**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Gestão da visitação em Unidades de Conservação: o caso do Parque
Estadual de Campos do Jordão, SP**

Sara Ruiz Hirata

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

**Piracicaba
2013**

Sara Ruiz Hirata
Gestora Ambiental

**Gestão da visitação em Unidades de Conservação: o caso do Parque Estadual de
Campos do Jordão, SP**

Orientadora:
Profa. Dra. **ODALÉIA TELLES MARCONDES
MACHADO QUEIROZ**
Co-orientadora
Profa. Dra. **SOLANGE T. DE LIMA GUIMARÃES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Hirata, Sara Ruiz

Gestão da visitação em Unidades de Conservação: o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, SP / Sara Ruiz Hirata. - - Piracicaba, 2013.
217 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2013.

1. Gestão de unidades de conservação 2. Visitação 3. Parque Estadual de Campos do Jordão 4. Estudo de caso I. Título

CDD 333.72
H668g

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

Dedico

Aos meus pais Sérgio e Sônia, por me darem a vida e todas as oportunidades que me permitiram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me abençoar todos os dias e por me dar uma vida repleta de pessoas queridas que ajudaram a alcançar esse objetivo.

Obrigada Sérgio e Sônia, pais tão amados, por terem feito tudo por mim, por sempre terem confiado e acreditado que eu conseguiria realizar meus sonhos, graças a vocês consigo trilhar um caminho mais seguro e iluminado. Obrigada também Sérgio Jr, Francine, Sílvia e Rodrigo, pelo apoio em todas as etapas desse trabalho, por sermos uma família pequena, porém muito unida e amada.

Um agradecimento especial ao meu esposo Gabriel, pelo companheirismo, cumplicidade, dedicação e paciência. O seu amor me faz acreditar na existência da paz e que a vida pode ser cada dia mais feliz ao seu lado.

Obrigada Professora Odaléia, por ter me orientado no Mestrado, me ensinando com carinho a conquistar um aprendizado consistente. Agradeço ainda pela amizade e parceria, especialmente no tempo que estivemos juntas em Portugal. Obrigada por ter me incentivado a ser uma pessoa mais madura e livre.

Também agradeço à Professora Solange por ter me co-orientado e contribuído para que eu realizasse este trabalho, suas indicações me ajudaram a encontrar a melhor forma de conduzir a pesquisa.

Muito obrigada professora Lia Vasconcelos, por ter me recebido na Universidade Nova de Lisboa, e por ter aberto um novo horizonte de ensinamentos. Sua energia e vivacidade foram essenciais para tornar a experiência em Portugal num período memorável e enriquecedor.

À professora Teresa Magro gostaria de agradecer por ter me motivado o interesse pela gestão de áreas protegidas, pois, com seu conhecimento e habilidades fez com que o tema se tornasse mais instigante e envolvente para mim.

Obrigada Mara Casarin por todo apoio, paciência e esforços que me acompanharam durante todo o Mestrado, certamente foram imprescindíveis para que esses anos do curso fossem menos difíceis.

Agradeço, por fim, aos entrevistados com quem tive contato durante o trabalho, os prestadores de serviços Anésio, Castriana, Cristiano, Francisco, Luci Mara, Paulo e Vilma, e, especialmente, à gestora Célia Serrano e aos ex-gestores Marco Pupio e Waldyr Joel, obrigada pela colaboração.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT.....	11
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE TABELAS	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Objetivo Geral.....	20
1.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Justificativa	21
1.4 Fundamentação do Trabalho.....	22
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
2.1 Áreas Protegidas	25
2.1.1 Benefícios das Áreas Protegidas.....	28
2.1.2 Mundo: surgimento e desenvolvimento das áreas protegidas	29
2.1.3 Brasil: unidades de conservação da natureza	34
2.2 Gestão de Unidades de Conservação	43
2.2.1 Planejamento e Plano de Manejo.....	54
2.2.2 Órgãos Gestores.....	59
2.2.3 Unidades de Conservação Paulistas	64
2.3 Gestão da visitação em UCs	72
2.3.1 Uso Público em Parques	72
2.3.2 Visitação	76
2.3.3 Educação e Interpretação Ambiental	84
2.3.4 Impactos da visitação em unidades de conservação.....	90
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	101
3.1 Área de Estudo:.....	101
3.1.1 Aspectos Geográficos	101
3.1.1.1 Relevo e Hidrografia	101
3.1.1.2 Clima	105
3.1.1.3 Vegetação	105
3.2 Aspectos históricos, socioeconômicos e ambientais.....	106
3.2.1 A consolidação do turismo em Campos do Jordão.....	108
3.3 Parque Estadual de Campos do Jordão	114
3.4 Procedimentos Metodológicos.....	124

3.4.1	Primeira etapa: análise de documentos sobre o PECJ	126
3.4.2	Segunda etapa : entrevistas e formulários	126
3.4.3	Terceira etapa: análise e interpretação dos dados.....	130
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	133
4.1	Perfil e análise das entrevistas com os gestores.....	133
4.2	Caracterização dos prestadores de serviços de apoio à visitação e análise de sua relação com o PECJ.....	148
4.3	Caracterização do visitante sob os aspectos socioeconômicos e análise da sua relação com o PECJ e a gestão da visitação na unidade.....	155
4.4	Análise das táticas de encaminhamento da gestão da visitação do PECJ a partir da vinculação à Fundação Florestal.....	178
4.5	Sugestões para aprimorar a gestão da visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão.....	183
4.6	Discussão do conjunto de resultados	186
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
	REFERÊNCIAS	195
	REFERÊNCIAS CONSULTADAS	206
	ANEXOS.....	209

RESUMO

Gestão da visitação em Unidades de Conservação: o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, SP

A demanda pela visitação nos Parques brasileiros tem crescido ao longo dos últimos anos e é cada vez mais necessário que a gestão dessas áreas protegidas seja efetiva para se alcançar os propósitos de existência das mesmas. Com o objetivo de analisar a gestão da visitação dessa categoria de Unidade de Conservação no Estado de São Paulo, foi delineado um estudo de caso sobre Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ, criado em 1941. Localizado a cerca de 180 quilômetros da capital paulista, na Serra da Mantiqueira, o município de Campos do Jordão tem no turismo sua principal atividade econômica e, ao mesmo tempo, se encontra num espaço de áreas protegidas que visam conservar a biodiversidade local. Neste contexto, a abordagem do caso escolhido apoiou-se na revisão da literatura, análise de documentos e legislação pertinentes, visita a campo, diálogo com a gestão atual e passada do Parque, com os prestadores de serviços de apoio ao visitante e uma amostra do público que visitou a área em julho de 2011. Motivada por questionamentos a respeito das modificações da gestão do PECJ desde a criação do Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR (SÃO PAULO, 2006) – e a percepção dos envolvidos sobre as ações voltadas ao uso público, a pesquisa alcançou resultados que evidenciaram mudanças no direcionamento da gestão do Parque e implantação de medidas para melhorar a qualidade da recepção dos frequentadores, como o novo Centro de Visitantes revitalizado em 2010. Também está em elaboração o novo Plano de Manejo – PM – que deverá ser concluído em 2013. Sobre a percepção das gestões atual e da passada, notou-se um otimismo sobre o potencial da visitação do Parque, a importância das atividades de recreação, educação e interpretação ambientais. Os representantes dos serviços de apoio à visitação avaliaram positivamente as medidas implementadas que atingiram o uso público e o seu ambiente de trabalho. Os formulários empregados com os visitantes sugerem que os indivíduos que vão ao PECJ estão satisfeitos com os atrativos e com a experiência da visita, mas reivindicam principalmente por mais infraestrutura de atendimento e monitores ambientais. Como um todo, observou-se que a efetividade de gestão da visitação do PECJ tem sido buscada e passos importantes já foram dados, restando para os próximos anos o enfrentamento de problemas como falta de recursos e processos burocráticos excessivos para que as funções do Parque sejam plenamente contempladas.

Palavras-chave: Gestão de unidades de conservação; Visitação; Parque Estadual de Campos do Jordão; Estudo de caso

ABSTRACT

Management of visitation in protected areas: The case of the Parque Estadual de Campos do Jordão, SP

The demand for visiting the Brazilian Parks has grown over the past years and it is increasingly necessary that the management of these protected areas is effective to achieve the purpose of existence of the same. Aiming to analyze the management of visitation in that category of Conservation Unit in the State of São Paulo, a case study was outlined on the Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ, created in 1941. Located about 180 km from the state capital, in the Serra da Mantiqueira, the municipality of Campos do Jordão has in tourism its main economic activity, and at the same time, it is an area of protected areas designed to conserve local biodiversity. In this context, the approach chosen for this case relied on the literature review, document analysis and legislation, field visit, dialogue with the management of the park, past and present, with service providers visitor support and a sample of public who visited the area in July 2011. Motivated by questions regarding the changes of PECJ management since the creation of the State Forests System - SIEFLOR (SÃO PAULO, 2006) - and the perception of stakeholders on initiatives aimed at public use, research has achieved results that show changes in direction of Park management and implementation of measures to improve the reception quality of the visitors, as the new Visitors Centre revitalized in 2010. Also under development is the new Management Plan - PM - to be completed in 2013. On the perception of the current and past administrations, we noted optimism about the potential of visiting the Park, the importance of recreational activities, environmental education and interpretation. The representatives of support services to visitors positively evaluated the measures implemented that reached the public use and their working environment. The forms employed with visitors suggest that individuals who go to PECJ are satisfied with the attractions and the experience of the visit, but they request more infrastructure services and environmental monitors. As a whole, it was observed that the effectiveness of management's visitation of PECJ has been looked for and important steps have already been taken, leaving in the coming years coping with problems such as lack of resources and excessive bureaucratic procedures for the functions of the Park are fully addressed.

Keywords: Management of protected areas; Visitation; Parque Estadual de Campos do Jordão, Case study

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crescimento das áreas protegidas durante o século XX	32
Figura 2 – Distribuição de Parques e Reservas no território brasileiro.	39
Figura 3 – Investimento por hectare de área protegida em diferentes países	51
Figura 4 – Número de funcionários por hectare de UC no Brasil e em outros países...	52
Figura 5 – Logotipo do ICMBio.....	60
Figura 6 – Logotipo do Instituto Florestal.....	62
Figura 7 – Logotipo da Fundação Florestal.....	63
Figura 8 – Unidades de Conservação do Estado de São Paulo	65
Figura 9 – Importância biológica e socioeconômica das UCs paulistas analisadas pelo RAPPAM.....	68
Figura 10 – Vulnerabilidade das UCs paulistas analisadas pelo RAPPAM.....	69
Figura 11 – Visitação das UCs paulistas entre 2007 e 2012	79
Figura 12 – Visitação dos Parques Estaduais Paulistas entre 2007 e 2012	80
Figura 13 – O impacto econômico do turismo na economia local	93
Figura 14 – Localização de Campos do Jordão no Estado de São Paulo, Brasil.....	101
Figura 15 – Localização do município de Campos do Jordão em relação às capitais brasileiras mais próximas	103
Figura 16 – Mapa Florestal de Campos do Jordão	115
Figura 17 – Visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão entre 2002 e 2012 ..	122
Figura 18 - Síntese das etapas dos procedimentos metodológicos.....	131
Figura 19 – Exemplar do Informativo sobre o PECJ distribuído entre 2004 e 2008 ...	142
Figura 20 – Linha do tempo do Parque Estadual de Campos do Jordão.....	145
Figura 21 – Imagens representativas dos serviços de apoio à visitação. 1-Artesanato Mineiro; 2-Trenzinho do Parque; 3-Lojinha do Parque; 4-Cantina do Parque; 5-Zoom Aventura; 6-Viveiro de Mudanças; 7-Trilha guiada com monitor da BK; 8-Casa do Chocolate.....	154
Figura 22 – Distribuição dos visitantes de acordo com a faixa etária	156
Figura 23 – Distribuição dos visitantes em faixas etárias de acordo com experiência	157
Figura 24 – Distribuição dos visitantes por grau de escolaridade	158
Figura 25 – Distribuição dos visitantes por renda familiar em salários mínimos	159
Figura 26 – Tipos de hospedagem utilizados	160

Figura 27 – Distribuição dos visitantes de acordo com o local de origem	161
Figura 28 – Atrativos de Campos do Jordão	163
Figura 29 – Principais atrativos do Parque Estadual de Campos do Jordão.....	164
Figura 30 – Frequência de visitas à UC de quem já conhecia o PECJ	165
Figura 31 – Opinião sobre quem é responsável pela gestão das UCs paulistas	167
Figura 32 – Opinião dos visitantes sobre os objetivos de um Parque Estadual.....	169
Figura 33 – Opinião dos visitantes sobre impactos gerados pela visitaço do PECJ ...	174
Figura 34 – Relaço entre nvel de escolaridade e percepço dos impactos gerados pela visitaço no PECJ	175
Figura 35 – Distribuiço dos comentrios e sugestes dos visitantes	178
Figura 36 – Imagens do Centro de Visitantes em 2011	179
Figura 37 – Novas instalaçes do interior do Centro de Visitantes.....	180
Figura 38 – Quadro com orientaçes para o passeio do visitante	181
Figura 39 – "ECO DICA": Material informativo distribudo no PECJ	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Parques Consolidados no Brasil nas diferentes esferas administrativas.....	40
Tabela 2 – Parques Estaduais Paulistas mais visitados entre 2010 e 2012.....	81
Tabela 3 – Classificação dos Municípios da Serra da Mantiqueira por declividade	102
Tabela 4 – Avaliação dos usuários do TripAdvisor ® sobre o Horto Florestal/ PECJ. .	123
Tabela 5 – Escala de valores e correspondências para avaliação do PECJ.	130
Tabela 6 – Estabelecimentos e perfil dos prestadores de serviço de apoio à visitação	149
Tabela 7 – Tipos de hospedagem utilizados pelos visitantes	160
Tabela 8 – Motivos que trazem visitante de volta ao PECJ	166
Tabela 9 – Classificação da opinião sobre objetivos de um Parque Estadual	169
Tabela 10 – Avaliação dos visitantes sobre componentes do PECJ.....	171
Tabela 11 – Agrupamento da opinião sobre impactos da visitação do PECJ por tipo .	173
Tabela 12 – Distribuição dos comentários e sugestões	177

1 INTRODUÇÃO

As relações humanas com os recursos naturais disponíveis no planeta remetem a milhares de anos atrás, desde o surgimento do homem na Terra. Essas interações, ao longo dos séculos acompanharam a dinâmica temporal e permitiram o desenvolvimento das sociedades como são hoje, a infraestrutura construída, os avanços na medicina, nas tecnologias e na compreensão ambiental.

A evolução humana, no entanto, desenvolveu-se a custos altos para os recursos naturais, sendo uma relação que não trouxe benefícios proporcionalmente iguais para as partes envolvidas. Tal desenvolvimento implicou na supressão de ecossistemas inteiros, alterando não apenas a paisagem, mas as funções ecológicas que existiam antes, colocando em risco ou mesmo extinguindo muitas formas de vida animal e vegetal.

Em vista dos remanescentes que resistiram ao crescimento da população mundial, ou mesmo de biomas que foram mantidos por outras razões, as áreas protegidas – AP – vieram como uma resposta do despertar humano sobre as necessidades de se preservar a biodiversidade e resguardá-la pelas funções imprescindíveis ao próprio homem e suas futuras gerações.

Desde o século XIX quando os Estados Unidos criaram o *Yellowstone National Park*, outros países em todos os continentes também passaram a caminhar em direção à proteção dos ecossistemas presentes em seus territórios. Com diferentes abordagens e ideologias, as áreas protegidas se expandiram a níveis globais e continuam sendo criadas, no entanto, a efetividade delas ainda é uma questão muito complexa e delicada, mesmo após mais de 140 anos da criação de *Yellowstone*.

Inúmeras variáveis influenciam as áreas protegidas, entre elas o investimento de recursos, estratégias políticas, envolvimento da sociedade, comunidade local, dentre muitas outras. O uso público em parques é nesse contexto uma atividade que acompanha essas áreas desde os princípios da sua criação e existem muitas críticas a favor e contra a presença humana nesses espaços que, como um todo, permitem refletir a respeito das condições que a visitação deve ocorrer em uma AP considerando os benefícios e os impactos dela.

As Unidades de Conservação da Natureza, como são denominadas as áreas protegidas brasileiras, têm sua história a partir do final do século XIX, no entanto foi a

partir da terceira década do século seguinte que elas ganharam forças para se desenvolver no país.

O Parque Nacional de Itatiaia foi o primeiro a ser criado no Brasil, fato ocorrido em 1937, seguido pelo de Iguaçu e Serra dos Órgãos, criados no final da década de 1930. No início da década de 1940 o Estado de São Paulo também passou a fazer parte desse novo cenário brasileiro quando criou o Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ – em 1941 baseado nos conceitos correspondentes aos propostos pelos EUA e Europa.

Apesar dessas intenções, a mentalidade brasileira da época sobre o assunto e a possibilidade de apropriação da oportunidade de recreação, educação e interpretação ambiental dentro dos Parques, Nacionais, Estaduais ou Municipais, ainda estava só começando, o que faz da visita em Unidades de Conservação do nosso país uma atividade recente que vem se consolidando em importância e procedimentos, impulsionando a demanda a crescer a cada ano.

Da mesma forma, a legislação referente à temática e os órgãos gestores que cuidam das UCs passaram ao longo do tempo por alterações e transformações que somente na última década deram indícios de que estão se tornando consistentes.

Em 2000 foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) que trata da criação, implantação e gestão das UCs, lei federal que tem norteado as políticas adotadas pelo Governo Federal e pelos Estados. As unidades federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, criado em 2007 (BRASIL, 2007) para tomar as competências do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, criada em 1986 pelo Decreto Estadual nº 24.932 (SÃO PAULO, 1986a) é quem reúne as instituições de gestão do Estado que administram as áreas florestais, formadas pelo Instituto Florestal – IF – e a Fundação Florestal – FF.

Desde a criação das primeiras UCs paulistas, o IF, criado em 1886, esteve presente à frente da direção delas, o que mudou a partir de 2007 com a criação do Sistema Estadual de Florestas (SÃO PAULO, 2006) que alterou a competência de gestão dos Parques Estaduais e outras categorias protegidas para a FF.

O aumento da demanda de visitantes tem sido comprovado pelos últimos dados fornecidos pela Fundação em 2013 que mostram um incremento de 82% da visita

dos Parques Estaduais no período de 2007 a 2012. Dentre os Parques mais visitados, o PECJ ocupa a segunda posição, atrás apenas do Parque Estadual do Jaraguá localizado na região metropolitana, demonstrando sua importância como referência no estudo do uso público nas UCs paulistas.

Como já mencionado, o Parque faz parte do começo da inserção brasileira e paulista na criação de áreas protegidas e é também o alvo do estudo de caso dessa pesquisa.

Localizado no município de Campos do Jordão que fica a cerca de 180 quilômetros da capital do estado, o Parque Estadual representa um terço do território local com área de 8 341 hectares protegendo um importante remanescente da Mata Atlântica que contem nessa porção geográfica a araucária como espécie mais representativa. O contexto local da criação e desenvolvimento do Parque caracteriza-se pelo entorno formado por municípios paulistas e mineiros situados na Serra da Mantiqueira.

Campos do Jordão, efetivamente criado como município no ano de 1874, tem sua história entrelaçada ao turismo desde cedo com a consolidação em etapas que levaram a atividade a ser a principal função econômica local.

Na década de 1920 a principal procura partia de turistas que buscavam nas terras jordanenses a cura para males pulmonares, especialmente a tuberculose, em sanatórios criados para atender esses pacientes atraídos pela divulgação dos benefícios do clima para sua cura. Juntamente a eles, famílias vinham para acompanhá-los, enfrentando acessos ainda escassos e difíceis para chegar até a cidade.

Com os avanços da medicina, a estância foi perdendo sua função como destino a sanatórios, mas já estava em meio a outros fatores que incentivaram o crescimento do turismo, com a construção de complexos hoteleiros, atrativos, e o investimento de turistas que edificaram ali sua segunda residência.

Essa dinâmica atraiu não apenas turistas, mas também muitos empreendedores e gente que quisessem aproveitar as oportunidades de trabalho. Com um aumento de mais de 40 000 habitantes desde a década 1920, Campos do Jordão teve um crescimento desordenado e impactante ao ambiente que é também seu principal recurso para promoção da atividade principal.

Hoje o município recebe quase um milhão de turistas na alta temporada concentrada nos meses de inverno. Antes, a elite do país era o principal público desse

destino, mas com a facilitação dos acessos para chegada e popularização dos atrativos, atualmente ele recebe um turismo de massa formada por todas as classes sociais.

Nota-se que a visitação do PECJ é estreitamente ligada aos turistas que vão até o município e esse fator desencadeia uma série de observações que serão apontadas ao longo dessa pesquisa em conjunto com os estudos de outras variáveis do uso público do Parque, que é caracterizado basicamente pelas atividades de pesquisa, recreação, educação e interpretação ambiental.

Dessa forma, considerando a trajetória da existência do Parque Estadual de Campo do Jordão e as decorrências do SIEFLOR sobre como tem sido feita a gestão, em especial sobre a visitação, temos as seguintes questões que embasaram os objetivos da investigação:

A gestão da visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão, SP sofreu modificações significativas após a sua vinculação à Fundação Florestal paulista a partir de 2008? Como as alterações têm sido implementadas? E suas consequências?

Como se dá a percepção dos gestores, prestadores de serviços e visitantes sobre a gestão e a visitação do PECJ?

Em busca do esclarecimento das indagações, foram elaborados o objetivo geral e os objetivos específicos, assim como as justificativas que amparam o estudo.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a gestão da visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão no contexto do seu programa de uso público.

1.2 Objetivos Específicos

Delinear o perfil do gestor atual e de alguns ex-gestores do PECJ e analisar a visão deles sobre a problemática abordada;

Identificar o perfil dos prestadores de serviços de apoio à visitação do parque para caracterização dos mesmos e da sua relação e experiência com o local;

Caracterizar o visitante sob os aspectos socioeconômicos, origem, escolaridade, relação com o local e percepção sobre o PECJ;

Investigar as táticas de encaminhamento da gestão da visitação do PECJ nos últimos 5 anos para observar mudanças ocorridas a partir da sua vinculação à Fundação Florestal a partir de 2008;

Elaborar um conjunto de sugestões para melhorias na visitação em unidades de conservação, especialmente em Parques, tendo como principal alvo o PECJ.

1.3 Justificativa

O objetivo desta dissertação foi pesquisar sobre a gestão das atividades de visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão, o mais antigo entre os paulistas e um dos primeiros do Brasil.

Compreender como as mudanças decorrentes da gestão estão sendo encaminhadas nesse espaço recente é fundamental para uma verdadeira apreensão da realidade local para que seja possível identificar as principais tendências enquanto área protegida e espaço do uso público com características especiais devido ao contexto turístico que há em Campos do Jordão.

A gestão da visitação é de suma importância já que a atividade tem efeitos sociais, culturais, econômicos e ambientais que demandam estratégias eficientes para geri-los na busca da conciliação harmônica entre a presença humana e a conservação dos recursos naturais.

A pesquisa como um todo se justifica pelos ganhos de um estudo cujo intuito está em ir além das estruturas físicas, legais e aparentes da situação e fazer uma abordagem das causas e inter-relações que tem influenciado a construção dos Parques Estaduais Paulistas e principalmente do PECJ em seus aspectos mais peculiares.

Estudar as consequências do SIEFLOR desde que o Sistema foi criado é interessante para compreender a significância da alteração de paradigmas entre o Instituto Florestal e a Fundação Florestal representada por quem ocupa o cargo de gestor.

Essa análise estimula indagações sobre como tem sido estruturada a identidade do órgão gestor perante os visitantes e as pessoas que trabalham dentro da UC e também sobre como se dá a demanda e a percepção dos visitantes sobre as unidades de conservação em geral e os objetivos que movem um Parque Estadual. Dentro da investigação há, portanto, uma atualização dos últimos dados de visitação das UCs

paulistas e do PECJ e interpretação do comportamento da curva de demanda que tem sido desenhada ao longo dos últimos cinco anos.

Os estudos são ainda importantes pela abrangência do último período antes da implantação do novo Plano de Manejo que vem para superar os anos de defasagem do PM de 1975 e será um documento essencial da evolução do PECJ a partir de 2013.

Abrir o diálogo com gestores, prestadores de serviços de apoio à visitação e visitantes deu uma visão mais ampla porque trouxe um olhar distinto de cada parte e nesse sentido a gestão da visitação é enriquecida ao contar com todos esses elementos para ajuda-la a direcionar suas ações.

Enfim, é preciso refletir sobre as influências dos valores culturais na construção da percepção ambiental sobre as áreas protegidas sob uma perspectiva que não somente critique e analise os problemas, mas também verifique os encaminhamentos que estão sendo dados e as expectativas reais de se aumentar a efetividade dos processos que envolvem a visitação das UCs.

1.4 Fundamentação do Trabalho

O roteiro do trabalho é apresentado a partir desta Introdução seguida pela Revisão Bibliográfica que visa destacar fatores históricos relevantes, explicar conceitos e construir aos poucos o estado atual das áreas protegidas desde a esfera global passando pelo Brasil, pelo Estado de São Paulo e assim chegando ao Parque Estadual de Campos do Jordão.

Os autores Ceballos-Lascuráin (1996), Chape, Spalding e Jenkins (2008), Cole e Hall (2009), Dudley (2008), Eagles, McCool e Haynes (2002), Leung e Marion (2000), Magro (2009) e Medeiros et al. (2011) foram essenciais para apresentação do desenvolvimento temporal e fundamentação histórica e atual dos conceitos envolvidos durante a pesquisa num conjunto de abordagem que tratou tanto do surgimento e efetividade de gestão das áreas protegidas, como dos impactos gerados pelo uso público, ideias sobre educação e interpretação ambiental, fatores de influência para um manejo bem sucedido, prioridades que devem ser contempladas no planejamento das APs e a importância delas sob o ponto de vista social, econômico e ambiental.

Apesar da maioria dos autores citados anteriormente serem estrangeiros, a consistência teórica oferecida por eles foi bastante pertinente à situação brasileira já que trazem exemplos e direcionamentos que levaram outros países a condições melhores às

áreas protegidas, justificando a estima por suas colaborações sem desmerecer os autores brasileiros que também têm aplicado grandes esforços na compreensão e engajamento em pesquisas que auxiliam as UCs do nosso país.

Dencker (1998) e Gil (2008) deram praticamente todo o suporte teórico para sustentar a aplicação das entrevistas e dos formulários e também a análise e interpretação das informações que foram coletadas, guiando os Procedimentos Metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos. Esses autores foram o apoio também da apresentação dos Resultados e de itens importantes comentados na Discussão.

Já sobre o estudo de caso, as referências a Ab'Saber (2003), Paulo Filho (1986) e Stigliano (2004) tornaram possível explorar o contexto onde o PECJ está inserido, compreendendo seus atributos geográficos e sociais assim como seu papel no município de Campos do Jordão.

Além dos autores mencionados, também foram imprescindíveis para construção do texto os documentos oficiais publicados pelo Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, legislação federal e estadual, contribuições de *homepages* acessadas e da organização não governamental WWF – Brasil.

Por fim as Considerações Finais buscam sumarizar os pontos mais importantes alcançados com o estudo e apresentar a contribuição do trabalho para a gestão da visitação das Unidades de Conservação e especialmente para a do PECJ.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Áreas Protegidas

Ao tratarmos da temática das áreas naturais, entramos em uma área onde existem muitos conceitos e interpretações por vezes divergentes. De uma maneira geral, quando mencionamos os termos “área selvagem” ou “área silvestre”, ou mesmo “áreas protegidas” e ainda “áreas naturais protegidas” também nos referimos à palavra “*wilderness*”, termo em inglês muito utilizado na bibliografia internacional sem tradução específica em português, mas muito importante para o desenvolvimento da pesquisa científica nessa área no Brasil.

O *Wilderness Act*¹, de 1964, trata-se de uma lei criada nos Estados Unidos para regulamentar essas áreas, e, de acordo com ela, a definição de *wilderness* é:

*A wilderness, in contrast with those areas where man and his own works dominate the landscape, is hereby recognized as an area where the earth and its community of life are untrammelled by man, where man himself is a visitor who does not remain*² (WILDERNESS ACT, 1964).

Magro (2009) acredita que o termo *wilderness* varia de sentido conforme o país e a cultura do mesmo. Relevando a complexidade das definições sociológicas sujeitas aos valores culturais, a autora salienta a aplicação do conceito sobre uma área natural em que seus recursos são legalmente protegidos e há oportunidade para se encontrar bem-estar físico e psicológico.

A noção a respeito dos termos mais usados, como referido nos parágrafos anteriores, é necessária para compreendermos a interação entre as referências e esclarecer tanto a história como a construção das áreas protegidas – APs, seu significado no âmbito local e também mundial.

---

¹ Lei pública do Congresso dos Estados Unidos de 1964 criou a definição da palavra *wilderness*.

² Uma área silvestre/selvagem, em contraste com as áreas que o homem e suas próprias obras dominam a paisagem, é reconhecida como uma área onde a terra e sua comunidade de vida são desimpedidas pelo homem, onde o próprio homem é um visitante que não permanece.

A *International Union for Conservation of Nature*³ - IUCN - ou União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) é respeitada como referência em centenas de países e seu conceito de área protegida é o mais aceito atualmente:

*A protected area is a clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values*⁴ (DUDLEY, 2008, p.8).

Nota-se que o papel e a função das áreas protegidas são passíveis de mudanças que ocorrem ao longo do tempo, à evolução cultural, social e econômica de um lugar. Sobre isso, McNeely (1998) destaca que as áreas protegidas são uma resposta para as ameaças à natureza, pois a sociedade está em constante mudança, assim também são as perspectivas sociais sobre áreas protegidas e os valores que estão estabelecidos para conservar.

O conceito de área protegida tem, portanto, evoluído significativamente desde que foi proposto pela primeira vez no século XIX por visionários americanos e europeus, refletindo nos termos inseridos a diversidade dos objetivos que abrangem.

Eagles e McCool (2002) afirmam que os papéis de um parque ou outra área protegida variam em parte de acordo com a cultura e a relação histórica entre a cultura e o ambiente onde está incorporado. Para os autores, além da noção de reservas da biodiversidade, esses espaços podem ajudar a sociedade a entender os efeitos dos diferentes usos da terra sobre o meio ambiente e a entender a si mesma.

Atualmente as funções das áreas protegidas, ou unidades de conservação – UC, como são denominadas no Brasil, são amplamente diversificadas e podem contemplar desde o incentivo ao extrativismo até a conciliação da conservação com o uso público ou ainda áreas que se destinam especialmente para a realização de pesquisa científica, o que demonstra a necessidade das adaptações para que o conceito básico englobe questões referentes aos períodos históricos, às realidades locais, avanços da ciência e

---

³ A IUCN é a maior e mais antiga organização ambiental mundial. Foi fundada em 1948 e é considerada uma das maiores autoridades sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Atua como um fórum neutro para governos, organizações não governamentais (ONGs), cientistas, empresários e comunidades locais para encontrar soluções práticas para os desafios de conservação.

⁴ Uma área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação a longo prazo de natureza, associados com serviços dos ecossistemas e valores culturais.

mudança de valores de uma sociedade, considerando, nesse sentido, a cultura e as tradições.

Independentemente da variedade de conceitos e objetivos, as áreas protegidas são primordiais para a conservação da biodiversidade e é dessa ênfase que Dudley (2008) se utiliza ao afirmar que elas são os pilares de praticamente todas as estratégias nacionais e internacionais de conservação.

Para o autor, as APs funcionam como *benchmarks*⁵ que compreendem as interações humanas com o meio natural e são, portanto, reservadas para manter o funcionamento de ecossistemas naturais para atuarem como refúgio de espécies e assegurar que processos ecológicos que não conseguiriam sobreviver em paisagens terrestres e marinhas intensamente modificadas possam permanecer existindo, sendo, muitas vezes, a única esperança de reduzir a ameaça de extinção de espécies endêmicas, evidenciando que as áreas protegidas representam, acima de tudo, um comprometimento com as futuras gerações (DUDLEY, 2008).

A variedade nas categorias de proteção é pertinente à vasta gama de abordagens de gestão que suportam ambientes altamente protegidos onde a entrada de pessoas é limitada, pelos parques onde a ênfase está na conservação, mas os visitantes são bem-vindos, até abordagens muito menos restritivas onde a conservação é integrada com o uso tradicional ou ainda à extração sustentável de recursos (DUDLEY, 2008).

Compreende-se que a diferenciação de “tipos” de APs revela que a conservação não é obtida sempre pela mesma via, em todas as situações, ou seja, aquilo que se deseja em um lugar pode ser inviável ou impossível em outro. Dudley (2008) alerta para os cuidados na fase de criação das áreas protegidas, pelas consequências das mesmas não só sobre a proteção da natureza, mas por afetar grupos que tinham direitos sobre a terra e acesso aos recursos da mesma.

Muitas APs foram, e ainda são, criadas sem a participação da população local, gerando grandes conflitos que poderiam ser amenizados por meio de discussões conjuntas que favorecessem resultados mais sólidos e harmônicos para a conservação e para as pessoas.

---

⁵ *Benchmark* é um termo em inglês que pode ser entendido como uma avaliação para se comparar o que tem com o outro para que possa melhorar o que se tem.

2.1.1 Benefícios das Áreas Protegidas

Os benefícios das unidades de conservação para o ser humano também são relevantes enquanto funções dessas áreas.

Os ganhos se distribuem entre a proteção de sítios sagrados ou de importância significativa para a história e a ciência, o potencial genético de espécies, os serviços ambientais prestados naturalmente pelos ecossistemas, por exemplo, a provisão de água, fixação de carbono e manutenção de seus estoques, controle de erosão, conforto térmico, controle biológico e manutenção da paisagem. Além de tudo isso, temos também as oportunidades de recreação e convivência com a natureza em parques nacionais, uma forma de interagir com o ambiente de uma maneira cada vez mais difícil em qualquer outro lugar (DUDLEY, 2008; RODRIGUES; BONONI, 2008).

Chape, Spalding e Jenkins (2008, p.15) corroboram com esse entendimento e citam a IUCN para elencar quais seriam os maiores propósitos das APs:

- ❖ pesquisa científica;
- ❖ proteção da vida selvagem;
- ❖ preservação de espécies e da diversidade genética;
- ❖ manutenção dos serviços ambientais;
- ❖ proteção dos recursos específicos naturais e culturais,
- ❖ turismo e lazer;
- ❖ educação;
- ❖ uso sustentável dos recursos de ecossistemas naturais;
- ❖ manutenção dos atributos culturais e tradicionais.

Os autores de *The World's Protected Areas* ⁶ também destacam a magnitude de benefícios proporcionados pelas APs, incluindo entre eles o ganho de valor intangível, aquele que enriquece de alguma forma “os aspectos intelectual, psicológico, emocional, espiritual, cultural/ criativo do bem-estar e existência humana” (CHAPE; SPALDING; JENKINS, 2008, p.19), que em áreas naturais se expressam em valores de identidade, valores educativos, de paz e até terapêuticos.

Eagles e McCool (2002) acreditam que esses lugares sejam especiais para a restauração da saúde física e emocional dos visitantes, assim, estar ao ar livre, sob a luz

---

⁶ As Áreas Protegidas do Mundo

do sol e proximidade com a natureza é entendido como algo saudável que ajuda na renovação da saúde e alívio do estresse da vida urbana.

Há estudos científicos que confirmam o bem que a vivência em áreas naturais traz para a saúde humana. Na obra *Healthy parks, healthy people: The health benefits of contact with nature in a park context*⁷, Maller et al. (2008) fizeram uma revisão de literatura sobre o assunto e asseguram que o contato com o mundo natural, seja por meio da interação ativa ou passiva (como a contemplação) afeta a saúde e o bem-estar do homem de inúmeras formas positivas. Segundo os autores, há evidências de mudanças imediatas e de longo prazo favoráveis, emocional e fisiológica, provenientes do contato com a natureza através de animais, jardins, paisagens naturais e da vida selvagem.

Os parques são, portanto, espaços acessíveis que promovem tais incrementos às nossas vidas. Porém, como Maller et al. (2008) posicionaram-se, é preciso ainda ir além nos conhecimentos sobre os benefícios potenciais e superar as barreiras que dificultam esse reconhecimento como a falta de consciência dos governos e da comunidade em geral.

2.1.2 Mundo: surgimento e desenvolvimento das áreas protegidas

Há milênios a tomada de decisão sobre os recursos naturais tem sido feita pelos seres humanos ao se atribuírem esse poder. Essa abordagem tradicional de gestão tem se baseado em uma compreensão da relação desses recursos com os meios de vida, na experiência histórica e conhecimento de mudar a disponibilidade de recursos, bem como crenças e valores culturais (IUCN, 2012).

Reconhecendo o estreito laço que une o homem e a natureza, Magro (2009, p.13) complementa essa ideia ao dizer que:

A dependência do homem com a natureza foi uma relação estabelecida com o surgimento do próprio homem, onde ele a semelhança dos outros animais buscava no seu ambiente os melhores locais para alimentação e abrigo. O respeito do homem pela natureza se firmava inclusive pela adoração aos Deuses aos quais se atribuíam fenômenos naturais como trovão, raios, terremotos e erupções vulcânicas. O respeito e o sacrifício humano a esses Deuses representavam uma troca, onde a natureza retribuiria com fartura de alimentos e afugentando os perigos que a floresta apresentava.

---

⁷ Parques saudáveis, pessoas saudáveis: os benefícios de saúde de contato com a natureza em um contexto de parque.

Nota-se, pois, que as inter-relações entre o ser humano e o ambiente são muito antigas e consistentes, já que o primeiro é parte integrante do segundo.

Eagles, McCool e Haynes (2002) apresentam em sua obra uma versão sobre a história do surgimento das áreas protegidas e sua expansão pelo mundo. Os autores citam afirmações de historiadores sobre áreas que foram especificamente reservadas na Índia há mais de dois milênios para proteção de recursos naturais. Na Europa, especula-se que algumas áreas foram protegidas para a caça ser realizada por ricos e poderosos há quase mil anos atrás. Aos poucos, como podemos notar na evolução da história, as áreas que foram criadas para caça e proteção foram lentamente se abrindo para o uso público, fornecendo a base para o envolvimento da comunidade e fortalecimento do turismo.

A criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos, tais como *Yellowstone* e *Yosemite*, resultou de uma filosofia que valorizava essas áreas como grandes monumentos. Runte (1997) considera que a criação desses parques tenha ocorrido em resposta à Revolução Industrial que estimulou a intensa alteração das paisagens naturais e a transformação sem precedentes da terra, provocando uma demanda pela preservação do que estava sendo tão rapidamente perdido.

O *Yellowstone National Park* foi o primeiro parque nacional de fato, criado em 1872 nos Estados Unidos, e previsto como parque público para benefício e gozo das pessoas. Há discussões sobre o *Yosemite National Park* ter sido o primeiro, pois desde 1864 era considerado uma “reserva” graças a um decreto do então presidente Abraham Lincoln, mas somente se tornou parque em 1890 (COSTA, 2002). Em seguida, ainda no século XIX, outros países tomaram a iniciativa de determinar áreas a serem protegidas, como o Canadá e a África do Sul (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002).

De acordo com a obra de Chape, Spalding e Jenkins (2008), podemos citar outros parques pioneiros como o *Royal National Park*, na Austrália (1879), o *Tongariro National Park*, na Nova Zelândia (1894) e o *Banff National Park*, no Canadá (1898).

As semelhanças entre os parques emergentes dessa época foram destacadas por Eagles, McCool e Haynes (2002) por três características: eram criados por ação do governo; as áreas eram geralmente grandes e continham ambientes relativamente naturais e eram disponibilizados para todas as pessoas. Esse perfil demonstra, por conseguinte, que desde o início a visitação tem estado entre os pilares centrais da dinâmica dos parques nacionais.

Os autores atentam ainda que em países de grande dimensão como Austrália, Canadá, África do Sul e EUA, os estados, províncias e municípios também se lançaram na implementação de áreas protegidas. Diante dessa expansão, tornou-se necessária a criação de estruturas que viabilizassem uma gestão coordenada, o que motivou o surgimento de agências como *US National Park Service*⁸ (USNPS) em 1916, cuja filosofia de gestão envolveu tanto a proteção como o uso.

Eagles, McCool e Haynes (2002) afirmam que os primeiros diretores dos serviços nacionais voltados aos parques dos EUA e do Canadá defendiam a presença de pessoas para que desfrutassem dos benefícios dos parques e de certa forma apoiassem financeiramente os mesmos. Para tal, foram responsáveis pelo desenvolvimento de princípios de gestão para lidar com o visitante.

A filosofia dominante subjacente à criação de áreas protegidas até a segunda metade do século XX, especialmente nos EUA e outros países do 'novo mundo' reconhecia os valores econômicos potenciais do turismo e da ciência, mas defendia essencialmente a preservação de ilhas naturais de solidão e repouso como um componente imprescindível da sociedade moderna.

Para Diegues (2001), a criação de áreas protegidas nos EUA, ainda no século XIX, esteve ligada a uma das políticas conservacionistas que mais seriam levadas em consideração pelos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos e que envolve a mentalidade de conservar áreas onde o homem urbano pudesse conviver com a beleza cênica e a natureza selvagem desses locais, garantindo que, mesmo sob a consolidação do capitalismo americano, a urbanização acelerada, a expansão agrícola e a transformação dos ecossistemas pelo homem ainda assim haveria parcelas para conservar os atributos originais e possibilitar o uso público.

A ideia de parques se espalhou efetivamente pelo mundo no século XX, apresentando uma ampliação notável no número de áreas protegidas. Quase todos os países aprovaram leis que resguardavam a proteção de recursos em locais designados (EAGLES; McCOOL; HAYNES, 2002). Na Figura 1 é possível observar o incremento na quantidade de áreas protegidas entre 1900 e 1990.

Nota-se que nas últimas décadas do século XX o número de áreas protegidas cresceu vertiginosamente em relação ao início do século, e ainda hoje essa curva está ascendente, inclusive nos países latinos, como o Brasil. A América Latina se inseriu

---

⁸ Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos.

neste contexto a partir do México por meio da sua primeira Reserva Florestal de 1894, seguido pela Argentina, em 1903, o Chile, em 1926, e o Brasil, em 1937, ano de criação do Parque Nacional de Itatiaia (DIEGUES, 2001).

Figura 1 – Crescimento das áreas protegidas durante o século XX

Fonte: Eagles e McCool (2002, p.21).

Acompanhando o crescimento do número de áreas protegidas de acordo com a extensão das áreas protegidas em km² e número de áreas protegidas, houve também a evolução do conceito dessas terras a partir de complementações feitas por outros modelos em diferentes partes do mundo, algumas nações enfatizaram os valores culturais e outros a paisagem.

Como as áreas protegidas no sentido moderno foram criadas em um país após o outro durante o século XX, cada nação desenvolveu a sua própria abordagem para gerir em razão de peculiaridades culturais, políticas, dos recursos locais e da própria mentalidade de quais seriam os objetivos para conservação da natureza. Dessa forma, no início não existiam padrões ou terminologias em comum, e um resultado disso é que muitos termos diferentes foram usados para descrever áreas protegidas, juntamente a uma variedade de sistemas internacionais de áreas protegidas criadas em convenções globais (BRITO, 2000; DUDLEY, 2008).

Considerando os eventos que ocorreram em escala mundial ou continental com papel coordenador e organizador de políticas e que tiveram efeitos nas mudanças de conceito e perspectiva sobre a criação e gestão de APs, podem ser citados (VALLEJO, 2002, p.4):

- ❖ Convenção para Preservação da Fauna e Flora em Estado Natural (Londres, 1933);
- ❖ Convenção Pan-americana de Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem do Hemisfério Oeste (Washington, 1940);
- ❖ Congresso organizado pelo governo francês e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1948, quando a IUCN passou a coordenar e iniciar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza, por meio de assembleias anuais realizadas a partir de 1960;
- ❖ Os I, II, III e IV Congressos Internacionais de Parques Nacionais, realizados respectivamente nos EUA (Seattle, 1962 e Yellowstone, 1972), Indonésia (Bali, 1982) e Venezuela (Caracas, 1992);
- ❖ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92 ou Rio-92, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, reuniu mais de cem chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra; e
- ❖ V Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado no ano de 2003, em Durban, na África do Sul.

Esses encontros influenciaram o mundo todo a organizar e compreender tanto as concepções relativas à temática como as perspectivas para criação e gestão das APs.

A ecologia trouxe, de acordo com Eagles, McCool e Haynes (2002), especialmente na década de 1960, uma compreensão mais ampla da necessidade de uma abordagem sistemática para o planejamento e gestão de recursos, com isso, os preceitos ecológicos tornaram-se importantes na coordenação de criação de novos parques.

É evidente que as questões econômicas também são consideradas nesse contexto observando-se uma crescente valorização de muitas áreas protegidas pela prestação de serviços ambientais, como o abastecimento de água, controle de inundações e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como pelos impactos econômicos gerados pelo turismo.

De acordo com as informações publicadas por Dudley (2008), havia cerca de um décimo da superfície terrestre do mundo sob alguma forma de área protegida no início do século XXI. Segundo o autor, ao longo dos últimos 40 anos a área global protegida aumentou de um tamanho relativo à área do Reino Unido para uma área equiparável à da América do Sul.

Embora a expansão no número de APs seja relevante, muitos desafios significativos permanecem, principalmente devido ao fato de muitas áreas protegidas ainda não se encontrarem totalmente implementadas ou gerenciadas. Para Dudley (2008), a grande maioria das áreas protegidas foi identificada e criada durante o século passado, o que expressa a maior e mais rápida mudança consciente de gestão de terras na história, porém não tão grande quanto à degradação do solo e de outros recursos que ocorreram no mesmo período, por isso essa mudança de valores ainda tem de ser plenamente reconhecida e compreendida.

2.1.3 Brasil: unidades de conservação da natureza

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), em seu capítulo VI, Art. 225 que assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, no parágrafo 1º, inciso III determina ao Poder Público a incumbência de

definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

Corroborando esse documento de suma importância nacional, a Constituição do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1989), em seu capítulo IV, Seção I, destinado ao meio ambiente também destaca a relevância da proteção de áreas.

Segundo Diegues (2001), o Brasil adotou os parques e categorias similares por meio de áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, com atratividade relevante para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental.

A conservação da biodiversidade *in situ*, por meio da criação e implementação de áreas protegidas é essencial para que o país cumpra com compromissos de sua Constituição bem como com diversos acordos internacionais firmados. Além dessa questão política, a proteção é primordial para a preservação dos bens naturais,

minimização dos problemas oriundos da 'crise ambiental', e promoção da qualidade de vida da sociedade (RODRIGUES; BONONI, 2008; WWF-BRASIL, 2008).

A realidade das áreas protegidas (APs) brasileiras é, em diversos pontos, específica em nosso país. Primeiramente, a denominação que damos a elas é a de unidade de conservação da natureza ou apenas unidade de conservação (UC), um termo que na prática é considerado sinônimo de área protegida.

Contextualizando historicamente a discussão sobre AP no Brasil, as primeiras menções de interesse sobre o processo de criação de áreas protegidas no Brasil ocorreram em 1876 e tiveram como precursor o engenheiro André Rebouças que, sendo uma personalidade com influência na política da época, propôs a criação de dois Parques Nacionais – Parnas – os quais abrangeriam as áreas da Ilha do Bananal (TO) e a de Sete Quedas (PR). Sem sucesso em sua empreitada, essas áreas só se tornaram unidades de conservação muito mais tarde, após a metade do século XX (FRANCO, 2010).

Somente no final do século XIX, em 1896, o estado de São Paulo deu seus primeiros passos motivados pela preocupação com as questões florestais e criou, em São Paulo, o Horto Florestal da Cantareira que visava à preservação de recursos hídricos. Atualmente essa área foi destinada ao Parque Estadual Alberto Löfgren e a sede do Instituto Florestal e da Fundação Florestal, órgãos responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação paulistas (WWF-BRASIL, 2008).

O Brasil teve sua inserção efetiva no conjunto de países a regulamentar as áreas protegidas relativamente tarde. Em 1934 houve a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, no Rio de Janeiro, refletindo uma mobilização da sociedade civil e instituições públicas preocupadas com a conservação da natureza. Deste evento, podem ser destacados posicionamentos que demonstraram anseios sobre a criação de Parques Nacionais, assim, foi mencionada a relevância dos Parques como centros de pesquisas científicas, a sua compreensão como obra artística e, por fim, visava-se a conservação da fauna e da flora com objetivos utilitários, estéticos e científicos (FRANCO, 2002).

No mesmo ano, o primeiro Código Florestal (BRASIL, 1934) foi instituído pelo então presidente Getúlio Vargas e embora não tivesse objetivos diretos e claros sobre a conservação de recursos naturais, o decreto previa a criação de espaços protegidos, dentre eles os Parques Nacionais, os quais eram entendidos como florestas

remanescentes de domínio público, onde era proibida qualquer atividade que pudesse prejudicar a fauna e a flora.

Segundo Drummond (1989), o processo de criação dos primeiros parques nacionais considerou a ocupação espacial e a necessidade de proteger áreas que estavam sendo afetadas pela pressão da expansão urbana, concentrando a maioria dessas áreas na região litorânea ou próxima ao litoral. Nota-se que a década de 1930 foi uma época em que as primeiras UCs brasileiras surgiram efetivamente começando pelo Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, e o de Iguaçu e Serra dos Órgãos, criados em 1939.

Desde então, até a década de 1960, mais de quinze Parnas foram criados, no entanto não seguiam critérios rigorosos e estratégicos de gestão a ser implementada. Em seu trabalho, Mercadante (2001) comenta que as UCs foram criadas por razões estéticas e em meio a circunstâncias políticas que influenciavam naquele momento histórico, não existindo até então o intuito de assegurar a conservação de áreas que resguardassem os ecossistemas brasileiros.

Conforme a evolução do pensamento a respeito dos recursos naturais na década de 1960 foi criada a Lei 4.771 (BRASIL, 1965) que instituiu o Código Florestal cujos propósitos trouxeram novos rumos para as APs e serviu para regulamentar os Parques até 2000.

Um dos pontos de destaque no Novo Código (BRASIL, 1965) é o que traz um sentido mais moderno e amplo para as funções dos Parques e outras UCs:

Art. 5º O Poder Público criará:

- a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;
- b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim (BRASIL, 1965).

De fato, a partir da década de 1970, segundo Franco (2010), as ações voltadas à proteção das florestas brasileiras tornaram-se mais consistentes pela busca na identificação de áreas mais importantes para a conservação da natureza, bem como da proposição de UCs para protegê-las e medidas necessárias para o funcionamento de um sistema que cuidasse das mesmas.

Posteriormente, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, foi também importante por determinar naquela data a importância da criação de APs como uma das melhores estratégias para a preservação da biodiversidade, conforme reiterado por Dudley (2008), citado neste trabalho no tópico “2.1 Áreas Protegidas”.

Dentro dessa evolução jurídica, foi criada em 18 de julho de 2000 a lei n. 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000). Conhecido por SNUC, o sistema normatizou as UCs, organizando-as em categorias de manejo que têm suas definições estabelecidas pela lei quanto aos requisitos necessários para serem criadas, alteradas ou mesmo extintas, abordando também os meios de implementação e gestão dessas áreas. A regulamentação da lei federal que criou o sistema foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340 (BRASIL, 2002).

O SNUC é um marco em nossa legislação, pois trouxe uma série de diretrizes e normas visando à “modernização da gestão e do manejo das áreas protegidas no Brasil” (WWF-BRASIL, 2008, p.8).

No Art 2º, a lei esclarece a definição do termo Unidade de Conservação:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Pela lei, ficou determinado que o SNUC (BRASIL, 2000) constitui-se pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais e seus objetivos são coerentes com sua classificação dentre as categorias de manejo. Visando contemplar as necessidades de conservação da natureza considerando suas características próprias, o SNUC (BRASIL, 2000) divide as áreas protegidas entre dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As UCs de Proteção Integral têm por objetivo principal “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (BRASIL, 2000). Nesse grupo, há cinco categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional (Parque Estadual; Parque Municipal); Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As UCs de Uso Sustentável têm por objetivo maior “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Sete categorias formam o grupo: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O SNUC (BRASIL, 2000) também considera no seu capítulo VI a Reserva da Biosfera e a define como “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais” com os objetivos de preservar a diversidade biológica e desenvolver atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida das populações. A Reserva da Biosfera é reconhecida pela UNESCO⁹ no Programa Intergovernamental chamado O Homem e a Biosfera – MAB¹⁰.

Algumas categorias de Unidades de Conservação também são relevantes na proteção do patrimônio histórico-cultural, bem como para populações tradicionais, especialmente em UCs que permitem o uso sustentável dos recursos naturais (WWF-BRASIL, 2008).

Devido aos objetivos de abordagem desta dissertação não serão detalhados os objetivos e finalidades de cada categoria, focando o trabalho nas UCs de Proteção Integral e especialmente nos Parques (Nacional, Estadual, Municipal).

Num enfoque quantitativo, os dados mais atuais do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da, CNUC, cuja última atualização data de junho de 2012, que são disponibilizados através do *site* do Ministério do Meio Ambiente, MMA, fornecem uma noção sobre o número atual de UCs existentes e sua distribuição entre as esferas nacional, estadual e municipal.

De acordo com as informações do CNUC/MMA (BRASIL, 2012a), o Brasil possui atualmente 1.649 unidades de conservação que representam 1.515.195 Km² de seu território, ou 17,7% do total dele que é de 8.547.403 Km², segundo o Instituto

---

⁹ UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A missão da UNESCO é contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação (UNESCO, 2012 What we are. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/introducing-unesco/>> Acesso em: 25 nov. 2012.

¹⁰ Programa o Homem e a Biosfera (*The Man and the Biosphere Programme* - MaB) é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio.

Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). Da distribuição entre as esferas do poder administrativo, 886 UCs são federais, 658 são estaduais e há 105 municipais.

A Figura 2 ilustra a distribuição das UCs brasileiras no território do país.

Figura 2 – Distribuição de Parques e Reservas no território brasileiro

Fonte: IBGE (2013).

Em termos de área, o Brasil tem uma representatividade considerável, pois, de acordo com Medeiros et al. (2011), o país detinha em 2011 a quarta maior superfície terrestre coberta por UCs no mundo com 1.278.190 km², ficando atrás apenas dos EUA (2.607.132 km²), da Rússia (1.543.466 km²) e da China (1.452.693 km²). Do número total, 1.158 são UCs do grupo de Uso Sustentável. Assim, calculando pela diferença, temos 491 unidades, ou 30% do total, de áreas protegidas que compõem o grupo de

Proteção Integral, as quais ocupam uma área de 521.185 Km². Dessas unidades, 28,3% são federais, 59,9% estaduais e 11,8% municipais.

Os Parques Estaduais, do ponto de vista conceitual, são semelhantes aos Parques Nacionais e estão destinados à proteção de áreas representativas de ecossistemas, dotados de atributos naturais ou paisagísticos notáveis, sítios geológicos de grande interesse científico, educacional, recreativo ou turístico, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção com o uso indireto, o qual se entende como “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” para fins científicos, educacionais e recreativos (BRASIL, 2000).

Segundo o Decreto Estadual 25.341 de 4 de junho de 1986 (SÃO PAULO, 1986b) que aprova o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, os parágrafos 2º e 3º elucidam:

§ 2º - Os Parques Estaduais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos e criados e administrados pelo Governo Estadual, constituem bens do Estado destinados ao uso do povo, cabendo as autoridades, mandadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los novos.

§ 3º - O objetivo principal dos Parques Estaduais reside na preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Os parques são uma categoria notável entre as UCs brasileiras e estão distribuídos nas diferentes esferas administrativas conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Parques Consolidados no Brasil nas diferentes esferas administrativas

NACIONAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)
68	252.653	177	93.983	52	153	297	346.789

Fonte: BRASIL, 2012a.

A partir das informações apresentadas na Tabela 1, verifica-se que 66,5% da área protegida na forma de proteção integral são de parques. Nota-se que apesar da quantidade de parques nacionais ser menor do que a de estaduais, a área deles é significativamente maior quando calculada a média, ou seja, a média do tamanho dos parques nacionais é de 3715,5 Km² enquanto que dos estaduais é de 531 Km².

Em relação à proteção por biomas, segundo o CNUC/MMA (BRASIL, 2012b), o bioma mais protegido em termos de área, contando os dois grupos de proteção, Integral e Uso Sustentável, é a Amazônia com 26,4% de seu território em forma de UC

(306 unidades), seguido pela Mata Atlântica, 866 unidades protegem 9,8% do bioma, no Cerrado são 328 unidades que correspondem 8,2%, o Pantanal tem 4,4% protegido em 19 unidades e por fim o Pampa com 20 unidades que conservam 3,3% da sua área total.

Nota-se que as UCs não se distribuem equitativamente entre os biomas em termos de percentual de área protegida do total existente de cada um, como dito anteriormente, as áreas próximas ao litoral foram priorizadas no início, como a Mata Atlântica, e aos poucos as outras áreas têm sido contempladas.

Apesar da magnitude dos números apresentados na Tabela 1, as UCs brasileiras estão, em grande parte, impregnadas por problemas graves que afetam sua existência, como regularização fundiária, falta de funcionários e de infraestrutura básica, ausência de plano de manejo ou planos ultrapassados, entre outros altamente influenciados pela insuficiência de investimentos.

Outro ponto muito importante que revela um desafio à proteção de áreas no Brasil é, de acordo com Stigliano (2004), as iniciativas do governo tanto federal, como estadual e municipal, que criaram inúmeras UCs, porém, a existência de fato delas não garante que os recursos existentes serão protegidos, isso porque na prática as unidades enfrentam um longo percurso entre ser criadas, “sair do papel”, regulamentar sua situação fundiária dentre outros entraves que restringem sua efetividade.

Pimentel (2008) observou em sua tese de doutorado que as consequências da criação de UCs, como as responsabilidades política, legal e financeira para conservar e manejar tais áreas não são realmente consideradas no processo de criação o que inviabiliza uma implantação efetiva e cria, segundo o autor, citando Brito (2000) e Dourojeanni¹¹ (2002), os chamados parques de papel, ou ficções jurídicas que não estão inseridas e palpáveis na realidade social.

Em tom de crítica, Vallejo (2002, p.76) afirma no artigo “Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas” que:

As políticas públicas têm ignorado, historicamente, o valor agregado à manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, considerando apenas os valores diretos e imediatos obtidos a partir de sua exploração. As unidades de conservação têm sido criadas, mas não se tem garantido a sua territorialidade através de políticas públicas transversais. Mesmo com os avanços, elas

¹¹ DOUROJEANNI, M.J. Vontade política para estabelecer e manejar parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. cap. 23 p. 347-362.

continuam sendo “ilhas” e “santuários” de preservação das espécies e esse isolamento não garante a sua existência, nem seus fins.

Não se trata de desqualificar os esforços para criação de UCs, pois tais iniciativas são importantes para o desenvolvimento dessas áreas bem como de políticas ambientais que sejam adotadas pelo poder público para aprimorar o sistema de conservação da natureza do nosso país.

Decorrente da carência de informações sistematizadas que vão ao encontro da sociedade e esclareçam o papel das UCs, temos a falta de reconhecimento e a dificuldade de se internalizar o papel delas na economia nacional, entretanto está claro que as áreas protegidas não são espaços “intocáveis” e muito menos alheios às atividades humanas, inclusive as produtivas, como trata a obra “Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional” que reafirmam o cumprimento de uma série de funções das UCs, inclusive em setores econômicos, como

parte expressiva da qualidade e da quantidade da água que compõe os reservatórios de usinas hidrelétricas, provendo energia a cidades e indústrias, é assegurada por unidades de conservação. O turismo que dinamiza a economia de muitos dos municípios do país só é possível pela proteção de paisagens proporcionada pela presença de unidades de conservação. O desenvolvimento de fármacos e cosméticos consumidos cotidianamente, em muitos casos, utilizam espécies protegidas por unidades de conservação (MEDEIROS et al., 2011, p.6).

Pelos exemplos mencionados, nota-se que o papel de uma unidade de conservação pode tomar caminhos muito diversificados e, acima de tudo, úteis para a sociedade.

De acordo com Medeiros et al. (2011), a utilidade das áreas protegidas é composta de produtos e serviços geralmente públicos que chegam às pessoas de forma difusa, de maneira que a internalização do papel das UCs não seja facilmente assimilado. Para os autores, isso ocorre, entre outras coisas, pela carência de informações sistematizadas que esclareçam a sociedade.

Assim, o cumprimento e especialmente a compreensão do SNUC (BRASIL, 2000) pelas pessoas e pelo poder público são formas de minimizar grandes fragilidades das unidades de conservação brasileiras.

2.2 Gestão de Unidades de Conservação

A gestão de unidades de conservação é um trabalho que envolve todos os componentes e questões de uma área protegida para que sejam geridos de forma que funcionem corretamente a fim de alcançar os objetivos de uma UC conforme sua categoria e inserção local.

Vallejo (2002) salienta que a gestão adequada da proteção dos ecossistemas tem sido comprovada como essencial para garantir a manutenção de processos ecológicos essenciais e importantes para a sociedade.

Tratando do conceito da palavra, muitas descrições existem e variam de acordo com a cultura e o contexto. Limitando-nos à conceituação do termo referente às áreas protegidas, temos que, para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), de acordo com a publicação “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”, de 2006, que a gestão compreende os

Mecanismos administrativos, gerenciais, de controle ambiental e avaliação, como também aqueles que definem e promovem a forma de participação das populações locais e dos principais agentes regionais públicos e privados. (BRASIL, 2006, p.10)

A definição apresentada demonstra a importância do caráter ativo da gestão em tomar decisões que encaminharão ações para o sucesso das funções de uma UC, bem como a importância da atuação conjunta com comunidade.

Numa abordagem para esclarecer a distinção entre planejamento e gestão, Eagles e McCool (2002, p.77) ressaltam que o planejamento geralmente envolve “a identificação do conjunto de ações de gestão adequadas”, ações que estão previstas para serem eficazes e eficientes. Já a gestão identifica os meios, as políticas, as ações e os caminhos para atingir esse futuro e gerenciá-lo; é ela que deve determinar quais ações ocorrem quando, por quem e qual o custo, também sendo responsável em garantir os recursos necessários para monitorar a implementação, avaliação de resultados e adequação das ações, conforme necessário .

Para os autores, todos os parques são criados pela sociedade por algum propósito, que varia através do tempo e da geografia e conforme as instituições amadurecem diferentes ideias de valor passam a influenciar algumas mudanças do conceito de gestão e qual atuação está vinculada a ela.

Na concepção deles, os aspectos fundamentais da gestão de áreas protegidas sustentam-se em três pilares: Gestão de Finanças, Equipe, Legislação e Política; Gestão dos Recursos Naturais e Culturais; e Gestão da Visitação e do Turismo.

Sob a visão dos fatores econômicos, políticos, sociais, naturais, e culturais, Eagles e McCool (2002) afirmam que entender como gerir parques e áreas protegidas requer não apenas conhecimento científico sobre os atributos biofísicos e culturais, mas também uma clara compreensão das funções desse lugar e suas funções específicas na sociedade em que estão inseridos.

Nota-se, por conseguinte, que um componente importante do trabalho de um gestor de uma área protegida, é não apenas lidar com os problemas do passado e do presente, mas também considerar os desafios e oportunidades do futuro, pois assim ficam mais preparados para lidar com as questões, problemas e oportunidades trazidos por ele. Os autores afirmam que antecipando as ameaças os gestores ficam numa posição melhor para prever as questões e as chances que podem surgir.

Ao mesmo tempo em que os gestores podem ficar sobrecarregados pela seriedade e complexidade da gestão de uma UC, Eagles e McCool (2002) salientam que a função é também uma grande oportunidade de atuar junto a esses espaços tão importantes em fazer o bem em um mundo cada vez mais desafiado por conflitos e pobreza.

De acordo com os autores:

Os gestores de parques e áreas protegidos enfrentam um numeroso e incrível número de problemas e desafios, no entanto, eles têm um papel muito importante na nossa sociedade, pois cuidam de lugares especiais, onde nossos netos poderão ir para aproveitar assim como nós fizemos (EAGLES; MCCOOL, 2002, p. 313).

Diante da conceituação e dos papéis que a gestão deve desempenhar, a avaliação da efetividade das ações desenvolvidas pelo gestor é fundamental para alcançar as finalidades da área protegida, pois para todas as categorias de gestão, sua eficácia fornece uma medida da realização efetiva das metas de conservação.

Dudley (2008), afirma que a eficiência da governança, também compreendida como gestão no sentido abordado, é influenciada pelo controle de qualidade, isto é, "quão bem" a gestão está funcionando. Em outras palavras, o conceito de qualidade aplicado a qualquer situação específica é uma tentativa de fornecer respostas a perguntas como "Esta é uma 'boa' gestão?" e "Essa definição de governança pode ser

‘melhorada’ para alcançar a conservação e os benefícios de subsistência?” (DUDLEY, 2008, p. 28).

Para o autor, a boa gestão pode ser entendida como um sistema que responde aos princípios e valores livremente escolhidos pelas pessoas e pelo país, resguardados na sua Constituição, na lei de recursos naturais, políticas sobre áreas protegidas, práticas culturais e leis consuetudinárias.

Chape, Spalding e Jenkins (2008) enfatizam que em termos de área terrestre, as áreas protegidas são agora uma das mais importantes alocações de solo do planeta. No entanto, de acordo com os autores, por mais que este compromisso seja uma conquista notável, é necessário reconhecer que reservar áreas para conservação trata-se do começo, pois a eficiência na gestão e provisão de recursos financeiros e técnicos é essencial para que os objetivos de conservação sejam alcançados.

Explorando a questão e abordando o conjunto de princípios da IUCN voltados à gestão das áreas protegidas apresentados na obra *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*¹², editada por Dudley (2008), temos:

- ❖ **Legitimidade e voz** – diálogos sociais e acordos coletivos sobre os objetivos de áreas protegidas e estratégias de gestão com base na liberdade de associação e de expressão sem qualquer discriminação relacionada a gênero, etnia, estilos de vida, valores culturais ou outras características;
- ❖ **A subsidiariedade** – atribuir autoridade de gestão e responsabilidade para as instituições mais próximas dos recursos em jogo;
- ❖ **Equidade** – partilha equitativa dos custos e benefícios da criação e gestão de áreas protegidas e fornecimento de recurso a um julgamento imparcial em caso de conflito relacionado;
- ❖ **Não causar danos** – certificar-se que os custos de criação e gestão de áreas protegidas não irá criar ou agravar a pobreza e a vulnerabilidade;
- ❖ **Direção** – promover e manter uma inspiradora e consistente visão de longo prazo para a área protegida e os objetivos de conservação;
- ❖ **Desempenho** – conservar a biodiversidade efetivamente e ao mesmo tempo responder às preocupações das partes interessadas; fazer uma sábia utilização dos recursos;

---

¹² Diretrizes para aplicação de categorias em áreas protegidas.

- ❖ **Prestação de Contas** – manter linhas claramente demarcadas de responsabilidade e garantir informação adequada e responsabilização de todos os interessados sobre o cumprimento das suas responsabilidades;
- ❖ **Transparência** – garantir que toda a informação relevante estará disponível para todos os interessados;
- ❖ **Os direitos humanos** – respeitar os direitos humanos no contexto da gestão da área protegida, incluindo os direitos das gerações futuras (DUDLEY, 2008, p.28).

Esses princípios idealizados, em conjunto, garantiriam que a gestão atuasse a caminho de um desempenho compatível com a grandiosidade dos seus objetivos e finalidades, cumprindo um ideal de inter-relações com a natureza e a sociedade de forma bem sucedida.

Para Dudley (2008), as áreas protegidas são o resultado de uma ênfase bem-vinda no pensamento de longo prazo e cuidados para o mundo natural, mas também, por vezes, vêm com uma etiqueta de preço para aqueles que vivem dentro ou perto das áreas que estão sendo protegidos, em termos de perder os direitos da terra, ou o acesso aos recursos.

Segundo o autor, considerando que, no passado, governos muitas vezes tomaram as decisões sobre áreas protegidas e informaram as populações locais mais tarde, hoje a ênfase está mudando para maiores discussões com as partes interessadas e decisões conjuntas sobre como tais terras devem ser postas de lado e gerenciadas. Ele enfatiza que essas negociações nunca são fáceis, mas costumam produzir resultados mais fortes e duradouros, tanto para a conservação como para as pessoas.

Ainda hoje existem muitos desafios e dificuldades a serem superados para que a gestão das UCs alcance uma implementação sólida e de sucesso. Numa análise global da efetividade de gestão das áreas protegidas, Leverington et al. (2010) desenvolveram um método para analisar os resultados de gestão das áreas protegidas sob a forma de diversas metodologias de avaliação e indicadores. O trabalho identificou 8.163 avaliações usando a abordagem *Protected area management effectiveness*¹³ (PAME) derivada de 54 metodologias diferentes aplicadas em países da Oceania, América do Norte, América Latina e Caribe, Europa, Ásia e África.

---

¹³ Eficiência de gestão de áreas protegidas

A maior parte da informação contida no estudo foi obtida a partir de metodologias de avaliação qualitativa, ou seja, a pontuação pode variar dependendo do ponto de vista do conhecimento e dos avaliadores, um fator que não permitiu o aproveitamento de todos os dados, mas ainda assim permitiu uma análise da eficiência global na gestão de áreas protegidas.

Dessa forma, os autores analisaram mais de 4000 áreas e classificaram a gestão delas variando entre fraca e eficaz, constatando que 40% apresentam grandes deficiências e 14% das regiões pesquisadas apresentaram deficiências significativas entre muitos indicadores de eficácia de gestão e, portanto, não tinham requisitos básicos para operar de forma eficaz. Os resultados dessa avaliação indicam que a gestão das áreas protegidas ainda tem um longo caminho de evolução, pois apesar de algumas áreas demonstrarem ter uma boa gestão, elas são minoria no conjunto dos dados analisados no estudo citado.

A sociedade continua a investir recursos na aquisição e gestão de áreas protegidas, acreditando que elas são a espinha dorsal da conservação da biodiversidade e que promovem uma série de benefícios sociais, econômicos e ambientais. Segundo Leverington et al. (2010), a criação de áreas protegidas tem sido desenvolvida relativamente bem, mas foi observado que o estabelecimento de uma AP não está intimamente relacionada com o desenvolvimento de sistemas de gestão adequados.

Apesar dos resultados obtidos na análise global alertarem para uma baixa efetividade da gestão das áreas, quanto às estimativas de resultados de gestão, incluindo a conservação dos valores ambientais e de impacto sobre as comunidades, os autores concluíram que há indícios de que elas estão contribuindo para a conservação da biodiversidade e o bem-estar da comunidade.

Ainda que o estudo citado não tenha incluído UCs brasileiras diretamente e mencionem a América Latina como um todo sem especificar os países analisados, o cenário no nosso país também é alarmante, como afirma Cavalcanti (2011) ao dizer que áreas protegidas encontram-se atualmente vulneráveis, o que se explica pelos problemas como falta de pessoal, ausência do plano de manejo, inexistência de participação das comunidades locais entre outras dificuldades também ligadas ao uso público.

O autor considera que “os parques nacionais são pressionados conforme as condições quando de sua implantação, não sendo capazes de uma plena garantia da integridade de sua proteção” (CAVALCANTI, 2011, p.152).

Com o objetivo de estudar um método de capacidade de carga para o Parque Estadual de Campos do Jordão-SP e extrapolando para as UCs em geral, Stigliano (2004) ressalta as dificuldades e limitações de se pensar no assunto devido à diversidade de interesses oriunda dos inúmeros agentes envolvidos.

Tanto para encontrar um melhor caminho sobre capacidade de carga, como para outros assuntos pertinentes à manutenção das áreas protegidas, encontram-se os mais distintos objetivos e interesses, muitas vezes, como diz a autora, contraditórios. Dos agentes envolvidos, vê-se que por um lado, os visitantes buscam uma experiência com qualidade, enquanto a população local deseja privacidade e menos interferências em seu estilo de vida, os gestores procuram manter a integridade dos recursos da área, os empresários e governantes querem maximizar a geração de receita e ainda existem outros interesses por parte de organizações não-governamentais, ambientalistas etc.

A autora reforça a ideia de que é preciso concentrar esforços da gestão para lidar com todo o processo de instalação e funcionamento de uma UC, pois só assim cumpre-se o principal objetivo da criação de uma área protegida: conservar os valores pelos quais ela foi estabelecida.

Segundo WWF-Brasil (2008, p.17):

Um sistema de unidades de conservação eficaz é aquele que possui alta representatividade ecológica e capacidade de persistir ao longo do tempo, ou seja, que protege uma amostra representativa e viável de todos os ecossistemas existentes na sua área de abrangência.

Levantando a relação entre efetividade da gestão e alocação de recursos, Medeiros et al. (2011) apontam para o aumento do volume de recursos financeiros destinados às áreas como grande parte da solução para o estado delicado e vulnerável que estão as UCs brasileiras. Nesse sentido, relacionar a economia brasileira com as unidades de conservação traz uma abordagem muito ampla e diversificada de assuntos que nos permite compreender a razão e as causas da situação em que muitas áreas protegidas se encontram hoje.

O crescimento da economia brasileira tem, historicamente, entre suas origens, a riqueza disponível em recursos naturais, como terras férteis, água, recursos florestais e reservas minerais variadas. Medeiros et al. (2011), no entanto, atentam que a disponibilidade de tais recursos é limitada e finita, tornando evidente que uma gestão eficiente é fundamental para assegurar a manutenção deles a longo prazo.

Baseado na exploração dos recursos naturais, muitas vezes feita de maneira não sustentável, o Brasil apoiou-se nessas bases para se desenvolver, porém, segundo Medeiros et al. (2011), as últimas duas décadas têm mostrado um crescente envolvimento entre setores governamentais e não-governamentais da sociedade nacional sobre a convicção de que esses recursos, incluindo a biodiversidade, são primordiais para o desenvolvimento futuro do país pelos bens e serviços que oferece, o que aponta para a visão de que as UCs são “peças-chaves” para conservação e a provisão de serviços ambientais que contribuem para o crescimento de uma série de cadeias econômicas.

Com base nas informações concedidas pelo Ministério do Meio Ambiente, Medeiros et al. (2011) relata que o orçamento anual para as UCs federais é praticamente o mesmo desde 2001, em torno de R\$300 milhões, uma situação desconexa com a expansão de 83,5% das áreas federais protegidas no mesmo período. De acordo com essa realidade constata-se uma redução na proporção de recurso investido por hectare de cerca de 40% entre 2001 e 2010.

Em Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2009), o MMA destacou que seu orçamento global era o décimo oitavo entre os ministérios e que o órgão enfrenta cortes e contingenciamentos rotineiros, uma realidade dramática em relação às unidades de conservação, pois de 2001 a 2008, a receita do Ministério do Meio Ambiente revertida ao SNUC (BRASIL, 2000) aumentou 16,35%, porém a área total das UCs federais teve uma expansão muito maior.

Sobre a administração de recursos, são conferidas as determinações dispostas nos artigos 34 e 35 do SNUC (BRASIL, 2000), os quais declaram ser permitido que os órgãos responsáveis pela administração das UCs recebam recursos ou doações de qualquer natureza que serão usados exclusivamente na implantação, gestão e manutenção. Os recursos obtidos pelas UCs de Proteção Integral através da cobrança da taxa de visitação e outras receitas geradas por arrecadação, serviços e atividades da unidade têm que ser aplicados seguindo os critérios:

- I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade;
- II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;

III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral (BRASIL, 2000).

Tais resoluções salientam a importância da consolidação de suas interações com a sociedade para angariar recursos que são revertidos para a sua própria gestão e infraestrutura.

Medeiros et al. (2011) apresentam o cenário potencial de impacto econômico para o conjunto de parques estaduais brasileiros, uma estimativa não muito precisa devido, como os próprios autores comentam, à falta de dados consistentes sobre a visitação dessas UCs.

A Copa do Mundo de Futebol que será realizada no Brasil em 2014, assim como as Olimpíadas que serão sedeadas em 2016, são dois grandes eventos que têm motivado a previsão de investimentos para as UCs. Essa influência corresponde à expectativa de um grande aumento na visitação já que a Embratur espera 60% a mais de desembarques internacionais até 2016, o que responde pelo incremento de 3,4 milhões de turistas internacionais, com potencial de gerar aproximadamente US\$ 12,5 bilhões em divisas que terão impacto na economia brasileira, incluindo os ganhos para as UCs visitadas na forma de recursos para sua própria manutenção e a do sistema (MEDEIROS et al., 2011).

Tratar do potencial de geração de receita da visitação dos parques é uma discussão interessante. De acordo com Medeiros et al. (2011), considerando a aproximação das Olimpíadas de 2016 e a efetividade de medidas de melhoria da exploração do potencial turístico dessas áreas, somando as federais e as estaduais, estima-se que somente no ano do evento as UCs dessa categoria receberão cerca de 20 milhões de pessoas o que representaria um impacto econômico de até R\$ 2,2 bilhões.

Logicamente, para que as estimativas tomem forma real até 2016 os autores afirmam que “é absolutamente necessário que as unidades de conservação recebam os investimentos necessários à sua consolidação, para que estejam aptas a receber o número de visitantes estimado” (MEDEIROS et al., 2011, p.25).

A efetiva implementação das UCs e o fomento do potencial de retorno econômico dessas áreas é, entretanto, um desafio imenso no cenário atual. Conforme dados apresentados por Medeiros et al. (2011), o MMA estima – por meio do cálculo de investimento demandado com referência aos padrões mínimos de gestão de países em situação de grandeza semelhante à brasileira, como EUA, Canadá, Austrália e México –

serem necessários R\$ 550 milhões por ano para o sistema federal, e R\$ 350 milhões, para o conjunto dos sistemas estaduais, somados ainda a cerca de R\$ 600 milhões para investimentos em infraestrutura e planejamento, no sistema federal, mais R\$ 1,2 bilhão, nos sistemas estaduais.

Para Medeiros et al. (2011), o cenário atual do SNUC (BRASIL, 2000), que tem recebido por ano cerca de R\$450 milhões, valor compatível à metade do mínimo necessário para os custos básicos para gestão e funcionamento do sistema, dá noção da gravidade das limitações enfrentadas pelas UCs frente às outras nações de mesmo porte, o que situa o Brasil entre os países com menores aportes financeiros por hectare protegido, como podemos observar na Figura 3.

Figura 3 – Investimento por hectare de área protegida em diferentes países

Fonte: Medeiros et al.(2011, p.10).

A comparação apresentada na Figura 3 indica o investimento destinado a cada hectare protegido no Brasil e a nos hectares deles. Com essas informações, Medeiros et al. (2011) revelam que até países cujo PIB são menores que o nosso investem entre cinco e trinta e cinco vezes mais por hectare na manutenção de seus sistemas.

Essa situação se agrava ainda mais dada a relação entre a superfície protegida por unidades de conservação do SNUC (BRASIL, 2000) e o número de funcionários alocados em sua gestão estar entre as piores do mundo. Tal afirmação é exemplificada pelos autores na Figura 4 ao citarem a África do Sul que emprega um funcionário para cada 1.176 hectares, enquanto o Brasil dispõe de um funcionário para cada 18.600 hectares.

Figura 4 – Número de funcionários por hectare de UC no Brasil e em outros países

Fonte: Medeiros et al. (2011, p.10).

Numa avaliação da demanda por profissionais na gestão das UCs, o MMA (BRASIL, 2009) constatou a carência de agentes em todos os níveis administrativos: na administração central; nas coordenações regionais; e nas UCs. De acordo com o Ministério, isso indica a falta de pessoal com todos os níveis de formação (superior, médio e básico), destacando o maior déficit de pessoal de campo que poderia ser contratado no entorno da unidade a fim de contribuir para a geração de empregos associados às áreas. Suas funções seriam ligadas à rotina do parque como manutenção, monitoramento básico, patrulhamento de trilhas, vigilância patrimonial e outras.

Os autores acreditam que a conciliação entre desenvolvimento e conservação é possível e ajuda para que a economia e a natureza sejam encarados como elementos complementares, e não antagônicos. Por suas palavras e com base nas análises efetuadas por eles, a conclusão que chegam é de que “Conservar a biodiversidade garante não

apenas mais crescimento, mas, principalmente, melhor crescimento” (MEDEIROS et al., 2011, p.38).

Oliver Hillel (2012), do Secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), acredita que o turismo seja uma ferramenta importante para a conservação já que a atividade é uma potencial fonte financeira para complementar os recursos investidos pelo Governo, muitas vezes suprimindo a demanda para operacionalizar muitas áreas protegidas. É ainda capaz de promover o contato entre a sociedade e a natureza, estimulando a conscientização da mesma para a importância das áreas protegidas, mencionando a frase “conhecer para preservar”.

O biólogo brasileiro que trabalha na CDB e reside no Canadá, destaca o potencial de arrecadação da visitação nos Parques brasileiros e afirma que essas UCs deveriam se apoiar em parcerias com a iniciativa privada por meio de concessões que suportem as necessidades das áreas e deem visibilidade a elas. Ele também fala que é importante envolver a comunidade do entorno e promover oportunidades aos empreendedores locais. Além disso, Hillel (2012) defende a existência de uma campanha de conscientização que mostre que a visitação aos Parques é uma maneira de se manifestar a favor da biodiversidade brasileira.

Em sua entrevista para o Instituto Semeia, Oliver (2012) comenta que o Brasil ainda está “engatinhando” no desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, considerando o país fora dos 3% a 5% de 192 países que fazem parte da Convenção da Biodiversidade que são proativos nesse sentido. Segundo ele, referências para a evolução brasileira podem ser encontradas em países como Quênia, África do Sul, Costa Rica, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Botswana.

O baixo desempenho nacional também foi tratado em março de 2013 quando O Estado de S. Paulo publicou uma matéria intitulada “Sem estrutura, 21% dos parques estão fechados” cujo conteúdo tratou de um levantamento realizado pelo Instituto Semeia que abordou 443 gestores e ex-gestores de UCs em 2012 a fim de investigar as impressões desses indivíduos sobre as UCs brasileiras.

Analisando cerca de cem parques nacionais, estaduais e municipais, o Instituto conferiu que 79% deles não geram receita com visitação e 21% nem recebem visitantes. Daqueles que recebem o público, 50% não alcançam 50 000 usuários por ano.

Em depoimento ao jornal, a diretora executiva da entidade que fez o estudo, Ana Luisa Da Riva, afirmou que acredita que dentre as razões para o baixo índice de

visitação estão a ausência de planejamento, a deficiência de infraestrutura para receber o público, além da falta de serviços para atender famílias, ecoturistas e pessoas comuns.

Consultando diretamente o relatório citado pelo jornal disponível na *homepage* do Instituto Semeia, temos um documento que traz ainda mais informações pertinentes ao assunto da visitação em áreas protegidas com uma visão voltada para as parcerias entre o setor público e o privado para a gestão das UCs.

2.2.1 Planejamento e Plano de Manejo

Segundo Eagles e McCool (2002), o planejamento e o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas ao longo do século XX foram dominados pelo modelo científico que tendia a excluir a comunidade local e o conhecimento informal. Muitos países adotaram o modelo norte-americano e retiraram populações dessas áreas criando situações de resistência e contrariedade.

Para melhorar sua aceitação, os autores creem que a gestão deve não apenas ser mais inclusiva como também reconhecer que outras formas de conhecimento que não a científica também são úteis. Eles comentam que o planejamento tradicionalmente tem sido concebido como um processo técnico, porém que os novos paradigmas para o planejamento terão que contemplar a abertura e aprender a construir o consenso.

O planejamento de uma unidade de conservação está estreitamente ligado à gestão dessas áreas e é muito importante para efetividade de manejo de cada local. Segundo Costa (2002), a pressão que já existe sobre as UCs federais e mais ainda nas estaduais e municipais tem entre suas causas a falta de planejamento nas áreas de seu entorno, os fatores políticos e a ausência de aplicação dos princípios de sustentabilidade que compreendem uma integração harmônica e positiva entre o homem e a natureza.

Considerando o planejamento como um processo, o mesmo deve ser de caráter contínuo, gradativo, flexível e participativo. De acordo com o IBAMA (2002), o planejamento mantém a correlação entre a evolução e a profundidade do conhecimento, a motivação, os meios e o grau de intervenção no manejo de uma unidade de conservação. Através dele é possível estabelecer a relação de prioridades entre as ações, mantendo, ao longo do tempo, as grandes linhas e diretrizes que orientam o manejo, o que permite o ajuste durante sua implementação e requer o envolvimento da sociedade em diferentes etapas de sua elaboração.

Magro (2009) afirma que o planejamento pode ser compreendido como uma seleção de resultados mais favoráveis a partir da comparação com alternativas que permitam se pensar a decisão com antecedência, possibilitando ganhos como na possibilidade de se reduzir gastos, avaliar a viabilidade de um projeto e diminuir riscos ambientais.

Sobre a compreensão do processo de planejamento, a autora apoia a ideia de que o mesmo seja feito por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas biológica, social e econômica que trabalhem em conjunto. Assim, Magro (2009) salienta que a equipe de planejadores deve conter os profissionais de acordo com os recursos mais relevantes da área, e cita como exemplo uma UC com cavernas que demandará o trabalho do espeleólogo; ou uma área marinha que necessitará do oceanógrafo etc.

Hammit e Cole (1998) reforçam as implicações locais como fatores decisivos sobre o planejamento. Os autores acreditam que o melhor desempenho de uma área protegida é alcançado ao perceber que elas não são todas iguais, que podem ser únicas e seria perigoso generalizar para todo o sistema o mesmo planejamento, evidenciando que a melhor opção é empregar ações mais específicas e condizentes com os limites locais.

Quanto à visitação, o MMA (BRASIL, 2006) definiu princípios que devem ser observados durante o planejamento e a gestão da visitação em UCs. Eles compreendem que é preciso priorizar os objetivos da UC, prever as atividades pertinentes e encarar a visitação como instrumento essencial para despertar a consciência e aproximar a sociedade e a natureza, devendo ser promovida de forma democrática e inclusiva e oferecida infraestrutura mínima para ser realizada.

O MMA (BRASIL, 2006) entende ainda que a visitação deve ser uma alternativa de uso sustentável, colaborando para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, buscando manter a integridade ambiental e cultural que sustentam a qualidade de vida.

Dentre os últimos princípios, o Ministério (BRASIL, 2006, p.13) indica que o planejamento e a gestão da visitação devem “buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes” e procurar satisfazer as expectativas dos visitantes quanto à qualidade e variedade das experiências, e do conhecimento além de segurança, assim como considerar formas distintas de visitação: individual, grupos espontâneos, grupos organizados etc.

Eagles e McCool (2002) afirmam que há um conjunto de tendências política, social, demográfica e tecnológica sobre como e por que as áreas protegidas são geridas. Essas tendências marcam a forma como os parques nacionais e áreas protegidas serão geridos e como poderão ter seus papéis compreendidos dentro de uma cultura.

Esses autores acreditam que os atributos do visitante devem ser estudados, reconhecidos e analisados como uma forma de contribuição valiosa tanto para o planejamento como para a gestão. Saber, segundo eles, qual o tipo de transporte utilizado, o nível de utilização dos serviços comerciais, a distribuição de uso temporal são alguns dos fatores que podem ser levantados e ter utilidade para um gestor tomar decisões.

Num contexto geral, considera-se que o planejamento e a gestão de uma área protegida procuram maximizar as oportunidades para a conservação e para os usuários, enquanto reconhecem e consideram as restrições para minimizar os impactos negativos.

As oportunidades e as restrições podem ser sociais, culturais ou biofísicas, devendo o processo de identificação ser participativo, cooperativo, envolvendo grupos de interesses diversos, além dos funcionários das UCs, representantes da sociedade e do poder público (SÃO PAULO, 2009).

As atividades de planejamento e gestão são partes distintas de um processo que visa o funcionamento de uma área protegida. Ceballos-Lascuráin (1996) esclarece que o planejamento provê uma base para decisão a cerca da alocação de recursos, análise e seleção de processos etc. Já a gestão, por outro lado, são as operações diárias que são necessárias para satisfazer os objetivos do plano.

Relacionando os elementos-chave para a proteção buscada pelos parques e áreas protegidas os autores resumem a conexão entre todos os componentes que tornam possível a efetiva existência de uma área protegida com as seguintes palavras:

Planning is a process of analysis and assessment that leads to a Management Plan which is formalized document stating goals, means to attain them (actions) and monitoring strategies. Management plans are Implemented through yearly commitments of funds, people and policy changes. Implementation is Monitored to ensure that the goals established in the planning process are achieved. Such monitoring not only ensures timely progress but is also a form of Enforcement to ensure not only that visitors follow rules, but that park organizations live up to their commitments¹⁴ (EAGLES; MCCOOL, 2002, p.78).

---

¹⁴ O planejamento é um processo de análise e avaliação que leva a um plano de gestão, que é um documento formal afirmando objetivos, meios para alcança-los (ações) e estratégias de monitoramento. Planos de gestão são implementados através de compromissos anuais de fundos, pessoas e mudanças

A relação trata de um documento formal muito importante para a gestão de uma área protegida, no qual são apresentados os objetivos, quais meios para alcançá-los e estratégias de monitorar as ações vinculadas a ele. No Brasil, esse documento é o Plano de Manejo (PM), previsto pelo SNUC (BRASIL, 2000) cuja definição está presente no art 2º da Lei 9.985/2000

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

O conceito reforça a ideia de Eagles e McCool (2002) e é tratado em detalhes pelo capítulo IV do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que fala sobre a criação, implantação e gestão das UCs. Sobre o Plano de Manejo, a lei determina que as UCs tenham esse documento, o qual deve abranger a área da unidade, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos.

Outras determinações do Sistema impõem que o PM seja elaborado em até cinco anos depois da criação da UC e proíbe quaisquer alterações, atividades e usos que não sejam compatíveis com o documento, reforçando o regulamento de normas que sejam pertinentes às particularidades biofísicas, sociais e culturais da área.

Segundo Rodrigues e Bononi (2008), o conjunto de programas que devem ser contemplados pelo Plano de Manejo considera a rotina da gestão das UCs e necessitam do apoio constante e de investimentos para a efetiva conservação do patrimônio público natural e histórico-cultural. Portanto, o documento também auxilia na destinação e obtenção de recursos para a implementação das medidas e intervenções propostas.

Cavalcanti (2010) enfatiza que um plano de gestão para ser efetivo necessita ter um caráter preventivo e não corretivo, de forma a olhar para o futuro e se beneficiar das experiências do passado para de fato proteger os recursos remanescentes e restaurar ou reabilitar as unidades ambientais.

---

políticas. A implementação é monitorada para garantir que as metas estabelecidas no processo de planejamento sejam atingidas. Esse acompanhamento não só garante o progresso oportuno, mas é também uma forma de execução para garantir que os visitantes não apenas seguirão as regras, mas que as instituições que organizam o parque vivem seus compromissos.

O planejamento de uma área protegida, de acordo com Eagles e McCool (2002), envolve dois aspectos: o processo de planejamento em si e o conteúdo do plano. Ambos devem ecoar princípios e conceitos científicos, técnicos e sociais. Para os autores

*plans are a contract between the public and the bureaucracy that manages the park. This leads to greater accountability on the part of the management organization to fulfill the direction given in the plan and implement the policies and actions stated in it*¹⁵ (EAGLES; McCOOL, 2002, p.88).

Essa compreensão reafirma o público como um corpo eleitoral que pode ajudar influenciando no ganho de recursos a serem alocados na implementação do plano.

O Plano de Manejo, por conseguinte, é o principal instrumento de gestão das UCs. Este documento apoia-se num formato técnico para fundamentar os objetivos mais relevantes da área e esclarecer quais são suas funções, atribuições e quais limitações estão impostas para o alcance desses objetivos.

A ausência histórica de investimentos públicos nas Unidades de Conservação – em todos os níveis – é constatada pela pequena quantidade de UCs que possuem planos de manejo, sendo menor ainda o número destas que os conseguiram implementar. Como consequência, há um comprometimento da qualidade no atendimento ao visitante de tais áreas, e a consequente dificuldade de gestão do turismo.

Segundo Sousa et al. (2011), o modelo atual de gestão de UCs tem tido um caráter mais administrativo do que de manejo de conservação o que evidencia um desafio grande e ainda maior pela constatação de que cerca de 78% das unidades federais e estaduais ainda não tem plano de manejo, causando limitações para a efetiva implementação da área protegida além de estarem em inconformidade com o SNUC (BRASIL, 2000) que prevê uma atualização do PM a cada cinco anos.

No entanto, Pádua (2011) ressalva que apesar do Plano de Manejo ser necessário para uma UC, o bom senso também é importante para compreender que com ou sem o documento formal as autoridades devem gerir as UCs. Segundo a autora “O plano de manejo não salva uma unidade de conservação. Medidas corretas de gestão podem salvar” (p.33).

A importância de instrumentos legais na gestão de UCs é inquestionável, e o Plano de Manejo é um dos principais documentos que norteiam a gestão de uma unidade. Embora seja uma ferramenta efetiva apenas quando compreendido dentro da

---

¹⁵ Planos são como um contrato entre o público e a burocracia da gestão do parque. Isso leva a uma maior responsabilização por parte da organização administrativa em cumprir as orientações dadas no plano e implementar as políticas e ações afixadas nele.

ideia completa do processo de gestão que une o planejamento e as ações, é fundamental como forma de garantir transparência e integração das áreas com a comunidade do entorno.

2.2.2 Órgãos Gestores

Devido à dimensão e a configuração do território brasileiro e sua distribuição de competências de poderes que cabe aos estados e municípios, temos distinções entre os órgãos públicos que gerem as Unidades de Conservação conforme o local onde estão inseridas. Dessa forma, a gestão de uma UC pode ser feita por órgão federal, estadual ou municipal. Todavia, independentemente da instituição e da localização, essas áreas como um todo estão vinculadas ao SNUC (BRASIL, 2000) e respeitam as definições apontadas pela lei.

A gestão de UCs no Brasil evoluiu em conformidade com a realidade de cada época, sendo desenvolvida ao passo que ganhavam maior relevância no cenário nacional. Após a criação das primeiras unidades na década de 1930, tivemos nos anos 1940 leis que instituíram normas em relação às questões de guarda e fiscalização dessas áreas, no entanto até a década de 1960 a criação e gestão delas não tinha um ordenamento consolidado (MACIEL, 2011).

Em 1967, pelo Decreto-lei nº 289 (BRASIL, 1967), foi criado o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal – IBDF – como uma autarquia federal ligada ao Ministério da Agricultura e responsável pelos assuntos referentes às florestas, cabendo a ele a coordenação e execução das medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país. A Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA – foi criada em 1973 e ficou vinculada ao Ministério do Interior com a incumbência de tratar das questões sobre os recursos naturais e ambientais (MACIEL, 2011).

Percebe-se, de acordo com Maciel (2011), que os dois órgãos existindo concomitantemente fizeram com que surgissem sistemas paralelos descoordenados entre si, não sendo interessante tal desconexão para a proteção da biodiversidade brasileira.

Em 1981 foram editadas leis que auxiliaram na convergência dos órgãos ligados à defesa da natureza. Foi implementada a Política Nacional de Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938/81 (BRASIL, 1981) que também criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA – dirigido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente –

CONAMA – e que se configurou como um conjunto articulado de instituições, entidades, regras e práticas federais, estaduais e municipais e de fundações instituídas pelo poder público para proteção e melhoria da qualidade ambiental (BRASIL, 2012c).

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – criado em fevereiro de 1989 (BRASIL, 1989), foi, de fato, segundo Maciel (2011), uma tentativa de unificar a política ambiental do país, especialmente sobre a administração das UCs.

Em 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente – MMA (BRASIL, 1992) – ao qual o IBAMA vinculou-se posteriormente. Ao MMA coube a responsabilidade a nível nacional de proteger e recuperar o meio ambiente assim como pela

inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade (BRASIL, 2012d).

Em 2007, sob as dependências do MMA, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – órgão instituído pela Lei nº 11.516 (BRASIL, 2007) que substituiu a competência do IBAMA sobre a gestão das áreas protegidas federais. O Instituto também integra o SISNAMA.

Figura 5 – Logotipo do ICMBio

Fonte: BRASIL (2012)

O ICMBio é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira. Os objetivos desse órgão são compreendidos pelas finalidades inscritas no primeiro artigo da lei de sua criação:

- I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
- IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e
- V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas (BRASIL, 2007).

Em resumo, de acordo com a *home page* do Instituto (ICMBio, 2012a), cabe a ele a execução das ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e pertinência de propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Também está apto a fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais.

Dessa forma, as competências atribuídas ao ICMBio perfazem a apresentação e edição de normas e padrões de gestão de UCs federais, a regularização fundiária, o monitoramento do uso público e da exploração econômica dos recursos naturais das unidades onde há permissão para tais atividades dentre outras competências que envolvem a pesquisa, normas internacionais e outros assuntos referentes às áreas protegidas.

Os estados são responsáveis pela criação de órgãos que cuidem das questões ambientais dentro de seu território, incluindo as UCs e demais objetos deste contexto. Dessa forma, muitos estados possuem secretarias responsáveis pela temática, as quais foram criadas num panorama recente interligado à ascensão das preocupações voltadas às condições de conservação dos ecossistemas configurada nas últimas décadas até os dias de hoje.

Como o Parque Estadual de Campos do Jordão é um dos parques de São Paulo, este estado será o priorizado nesse estudo.

O ano de 1974 marcou as preocupações e postura do estado paulista graças ao levantamento do patrimônio natural estadual realizado pelo Instituto Florestal, o qual constatou que havia somente 18% da cobertura original do Estado ainda preservada. (SÃO PAULO, 2010)

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA – foi criada em 1986 (SÃO PAULO, 1986a) com o intuito de contemplar as matérias do contexto ambiental, promovendo assim, a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, “coordenando e integrando atividades ligadas à defesa do meio ambiente” (SMA, 2012). Segundo São Paulo (2009, p.30), ela foi “a primeira secretaria especialmente voltada às questões ambientais no País”, o que demonstra sua relevância também no cenário nacional.

Atualmente, a SMA está amparada por dez eixos temáticos onde estão enquadradas as atividades segundo áreas que se distribuem entre água, solo, resíduos sólidos, economia verde e planejamento ambiental, biodiversidade e unidades de conservação, fiscalização ambiental, cuidado animal, ar e, por fim, licença ambiental.

Para cumprir com as responsabilidades atribuídas a ela, a secretaria conta com a atuação de departamentos, coordenadorias e fundações vinculadas a ela para execução de todas as ações competentes. Dentre essas instituições estão a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, a Fundação Florestal, o Instituto Florestal, o Instituto Geológico, o Instituto de Botânica, a Fundação Zoológico e a Polícia Militar Ambiental.

Em relação às unidades de conservação, é imprescindível se aprofundar a respeito do Instituto Florestal e da Fundação Florestal, ambos entrelaçados com a gestão das áreas protegidas do estado de São Paulo.

O Instituto Florestal – IF – é uma das primeiras entidades brasileiras voltada às questões florestais. Criado em 1886, o IF vinculou-se à SMA a partir de 1987. O instituto foi de suma importância para criação e gestão de grande parte das unidades do estado de São Paulo e para o tratamento das questões florestais como um todo.

Figura 6 – Logotipo do Instituto Florestal

Fonte: IF (2012)

De acordo com o IF,

A missão institucional está alicerçada em pesquisa, conservação e produção, subsidiando políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, promovendo e executando ações de proteção do patrimônio natural e cultural a ela associadas e ao desenvolvimento sustentável (IF, 2012).

A missão apresentada esclarece que são desenvolvidas as atividades pelo IF que colaboram com o manejo e uso sustentável dos recursos e envolvem principalmente a pesquisa com material genético florestal, o monitoramento da vegetação natural e do reflorestamento em todo o Estado, produção de sementes e mudas florestais de espécies nativas e exóticas para diferentes fins (IF, 2012).

Instituída pela Lei Estadual nº 5.208 (SÃO PAULO, 1986c), a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – ou Fundação Florestal, foi criada em 1986, no mesmo ano de criação da SMA, órgão ao qual está vinculada.

Os objetivos da FF visam “contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do Estado de São Paulo” (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2012a). Assim, a Fundação está estreitamente relacionada às ações de conservação ambiental, proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis, realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil. Além disso, é de sua incumbência a comercialização de produtos extraídos de florestas plantadas em áreas pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado.

Figura 7 – Logotipo da Fundação Florestal

Fonte: FF (2012)

Envolvidos pela preocupação com o turismo nas UCs e com o fortalecimento da gestão pública amparada pelo Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR (SÃO PAULO, 2006), a FF ainda tem trabalhado em cima de um conjunto de ações que configurem sua atuação para atingir a satisfação das atribuições dadas a ela.

Assim, o órgão tem buscado criar uma marca única que crie identidade visual ao Sistema por meio de um plano de marketing; outros esforços têm sido aplicados na melhoria da infraestrutura e na elaboração de manuais operacionais baseados em experiências internacionais, como o Manual de Construção e Manutenção de Trilhas, uma adaptação traduzida da obra *Trail Construction and Maintenance Notebook*, do Serviço Florestal e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Nota-se que tanto na esfera federal quanto na estadual às UCs estão sujeitas a revisões e mudanças nos modelos administrativos, financeiros e institucionais que causam oscilações e dificultam a continuidade na gestão das unidades, porém apesar disso, segundo o MMA (BRASIL, 2009) tais alterações também podem ser compreendidas como inovações necessárias que devem ser consolidadas nos próximos anos.

No Estado de São Paulo a transição mais recente que afetou a gestão das unidades de conservação paulistas foi entre o Instituto Florestal e a Fundação Florestal, como pode ser compreendido melhor no próximo tópico.

2.2.3 Unidades de Conservação Paulistas

Com um dos níveis de urbanização e industrialização mais elevados do Brasil, o Estado de São Paulo teve os recursos naturais de seu território intensamente explorados ao longo do tempo, implicando na supressão de grande área vegetativa e na consequente ampla degradação dos biomas que hoje se encontram fragmentados em meio ao uso diversificado da terra, espaços conhecidos como “ilhas”. (SÃO PAULO, 2009).

A seguir, a Figura 8 destaca a localização do estado paulista no território brasileiro e apresenta a localização das unidades de conservação paulistas:

Figura 8 – Unidades de Conservação do Estado de São Paulo

Fonte: WWF – Brasil (2004, p. 23).

De acordo com o Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto Florestal (SÃO PAULO, 2005), havia 13,94% do território paulista ainda coberto pela vegetação natural remanescente que compõem a Mata Atlântica e o Cerrado, dois biomas de relevância mundial pela grande diversidade biológica onde se encontram aproximadamente 78% das espécies da lista oficial brasileira de fauna silvestre ameaçada de extinção e que hoje estão sob o risco de supressão e degradação, (SÃO PAULO, 2009).

Os principais remanescentes estão na Serra do Mar, na Serra da Mantiqueira, no Vale do Ribeira, no entorno da capital, São Paulo, e no interior destaca-se o Parque Estadual do Morro do Diabo, na região do Pontal do Paranapanema, representativo por proteger cerca de 33 mil ha (WWF-BRASIL, 2008; SÃO PAULO, 2009).

Conforme já mencionado, a história das UCs paulistas teve início em 1896 com a criação do Horto Florestal, cuja área abriga hoje o Parque Estadual Alberto Löfgren. Na primeira metade do século XX foram criadas Reservas Florestais e os Parques Estaduais de Jaraguá e Campos do Jordão. O aumento de áreas protegidas, no entanto, se deu a partir da década de 1940, e a partir dos anos 1950 muitas das antigas reservas foram transformadas em parques.

WWF-Brasil (2008) e São Paulo (2009) comentam a criação do Parque Estadual da Serra do Mar em 1977, considerada a maior UC de Proteção Integral da Mata Atlântica, com 315 mil ha. Da década de 1980 em diante, de acordo com as referências, foram criadas muitas Áreas de Preservação Ambiental (APAs), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

De acordo com São Paulo (2009), o estado possui 4,7 milhões de hectares de áreas protegidas. As UCs de Proteção Integral ocupam em torno de 3,52% do território estadual composto pelo total de 248 209, 426 km² (cerca de 24 milhões de ha) e desse grupo o parque estadual é a categoria mais representativa, com quase 750 000 ha de área total protegida, seguida pela estação ecológica, com pouco mais de 120 000 ha.

Para Herculiani et al. (2009, p. 228) eles podem ser considerados “verdadeiros laboratórios ao ar livre, onde se tem a oportunidade de trabalhar a relação homem-natureza”, o que enfatiza sua importância não só de proteção à biodiversidade mas também como espaço de valor social.

A Gestão das Unidades de Conservação é, de acordo com Rodrigues e Bononi (2008), um dos Projetos Ambientais Estratégicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo que visa aperfeiçoar a proteção dessas áreas e tornar sua implementação efetiva.

Rodrigues e Bononi (2008) acreditam que, atualmente, no estado de São Paulo, a gestão ambiental está mais complexa e bem estruturada devido ao desenvolvimento de áreas de planejamento, educação ambiental, licenciamento, pesquisa científica, gestão de unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos, e também os conselhos que contam com participação da sociedade civil.

Entretanto, apesar do crescente esforço destinado às melhorias de gestão, as UCs paulistas, tal como as brasileiras em geral, enfrentam muitos desafios e dificuldades após o momento de sua criação e percorrem um árduo caminho para que sejam implementadas e desempenhem suas funções.

Para WWF-Brasil (2008), as unidades como um todo são muito vulneráveis às pressões e ameaças que as atingem de várias formas. As UCs também lidam ameaças relacionadas a grandes obras de infraestrutura, como é o caso das rodovias, e de reservatórios, torres de alta-tensão, dutos, entre outros que “causam a abertura de novos acessos, perda e fragmentação de território” (WWF-BRASIL, 2008, p.15). Outros fatores de risco para as áreas protegidas de São Paulo, segundo a ONG, podem ser elencados em: expansão urbana sob a UC, ocupação irregular, turismo desordenado, isolamento da unidade, e impactos oriundos da agricultura, pastoreio, mineração etc.

A *World Commission on Protected Areas*¹⁶, WCPA (IUCN) se organizou a partir de 1995 com a intenção de analisar questões referentes à efetividade de manejo das áreas protegidas. Desde então, tem desenvolvido referências para estimular a criação de metodologias que avaliem essa efetividade.

Em decorrência dessas ações, o *World Wide Fund For Nature*¹⁷, WWF, criou o método conhecido como *Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management*¹⁸ ou RAPPAM cujo intuito principal é promover melhorias no sistema através do fornecimento de “ferramentas para o desenvolvimento de políticas adequadas à proteção de florestas e à formação de uma rede viável de unidades de conservação” (WWF – Brasil, 2004, p.7).

---

¹⁶ Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial para a Natureza (IUCN).

¹⁷ Antigamente conhecido como Fundo Mundial para a Natureza, criado em 1961 com sede na Suíça.

¹⁸ Avaliação rápida e priorização do manejo de unidades de conservação

Da parceria entre a organização não governamental citada e a SMA, em 2004 foi publicado o RAPPAM, que avaliou a gestão das UCs estaduais. Foram analisadas áreas com abrangência sobre o leste do estado, incluindo o litoral, Vale do Ribeira, Alto Paranapanema, Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e região metropolitana de São Paulo de forma que 5 estações ecológicas, 25 parques estaduais e 2 parques ecológicos foram abordados. Cabe ressaltar que naquele momento todas essas UCs eram geridas pelo Instituto Florestal, exceto Parque Estadual Intervales, administrado pela Fundação Florestal.

Temos a seguir Figura 9 apresentando pelo RAPPAM (WWF – Brasil, 2004) com as respectivas representações da importância biológica e socioeconômica de cada unidade analisada.

Figura 9 – Importância biológica e socioeconômica das UCs paulistas analisadas pelo RAPPAM

Fonte: WWF – Brasil (2004, p. 15).

Esse reflexo foi baseado na percepção dos gestores quanto aos aspectos levantados o que gerou a média de 80% sobre a importância biológica e 65% sobre a importância socioeconômica. No primeiro aspecto houve variação de 26% a 100% e no segundo não houve tanta variação.

Quanto aos resultados, os autores observaram que as UCs com graus equilibrados entre importância biológica e socioeconômica são unidades situadas em grande parte na região litorânea ou próxima a ela, ou na região do Vale do Ribeira, o que lhes faz acreditar que haja uma relação com a maior demanda pela sociedade.

Segundo o documento, as principais ameaças às UCs paulistas vêm do desmatamento, da caça, do tráfico de animais e de plantas, da pesca ilegal, da extração de madeira, da introdução de espécies exóticas e dos incêndios que fragilizam os esforços para conservação da biodiversidade (WWF – Brasil, 2004).

Nesse sentido, o RAPPAM (WWF – Brasil, 2004) também apresentou uma análise sobre a vulnerabilidade das UCs analisadas, considerando, para tal, questões sobre dificuldade de monitoramento de atividades ilegais, práticas culturais, existência de recursos com alto valor de mercado, demanda por recursos vulneráveis, dificuldade de recrutar e manter funcionários, eficiência da estrutura de fiscalização dentre outras coisas.

Figura 10 – Vulnerabilidade das UCs paulistas analisadas pelo RAPPAM

Fonte: WWF – Brasil (2004, p. 17).

Foi observado, como pode ser visto no gráfico anterior, um grau relativamente elevado de vulnerabilidade, pois a média foi de 67%, sendo ainda que 15 unidades apresentaram valores acima de 70%; 5 variaram entre 65% e 69%; e 12 apresentaram grau abaixo de 65%.

Tratando da problemática que envolve a gestão institucional e considerando os resultados do estudo realizado para o RAPPAM, a WWF-Brasil afirma que

Dentre os problemas relacionados à gestão institucional figuram: falta de regularização fundiária, falta de pessoal para manejo, fiscalização e gerenciamento, falta de qualificação e treinamento do pessoal existente,

excessiva burocracia da administração pública, falta de recursos financeiros ou indisponibilidade de uso dos existentes.

A falta de pesquisa científica e de planos de manejo bem como a baixa participação da sociedade na gestão das UCs são outras deficiências que devem ser sanadas para a efetiva proteção da biodiversidade *in situ*. (2008, p.16)

Em busca do aprimoramento da gestão de suas UCs, o governo estadual criou o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR – por meio do Decreto nº 51.453 (SÃO PAULO, 2006) e com algumas alterações feitas no Sistema em março de 2009 pelo Decreto nº 54.079 (SÃO PAULO, 2009a). O SIEFLOR é composto pelas unidades de conservação da natureza e de produção florestal do estado de São Paulo, contando com as Florestas Estaduais, Estações Experimentais, Hortos e Viveiros Florestais, e outras áreas naturais protegidas, que tenham sido ou venham a ser criadas pelo Estado de São Paulo.

Para efetividade das disposições, o SIEFLOR determinou que o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA – fosse o órgão consultivo e deliberativo cuja função é acompanhar a implementação do Sistema. Já o órgão central, responsável pela coordenação do mesmo é a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e como órgãos executores foram incumbidos o Instituto Florestal – IF e a Fundação Florestal – FF.

Dessa forma, foi instituída a atuação integrada entre o IF, responsável pela pesquisa científica, e a FF, uma entidade da administração indireta com a incumbência da gestão administrativa do sistema. Tal distribuição de atribuições fez com que a partir desse decreto a FF se tornasse responsável pela gestão da maior parte das UCs paulistas.

Os dados obtidos em 2008, publicados por São Paulo (2009b), mostraram que do total de 196 áreas naturais instituídas pelo governo paulista, 135 estavam sob administração do SIEFLOR, 17 por outras instituições da SMA ou a ela vinculadas, 37 por outros organismos estaduais e 7 por proprietários de reservas particulares do patrimônio natural.

Segundo o IF, o Instituto atualmente é responsável pela administração de 10 Estações Ecológicas, 1 Parque Estadual, 18 Estações Experimentais, 2 Viveiros Florestais, 2 Hortos Florestais e 14 Florestas Estaduais que representam quase 54.000 ha. O IF também apoia a gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, pertencente ao Programa MaB-UNESCO¹⁹ (IF, 2012).

---

¹⁹ *The Man and the Biosphere Programme* – Programa o Homem e a Biosfera – UNESCO.

Os últimos dados informados pela FF, de março de 2010, declaram que há 92 UCs sob sua gestão, das quais são: 30 Parques Estaduais, 02 Parque Ecológicos, 16 Estações Ecológicas, 01 Floresta Estadual, 01 Reserva Estadual, 02 Reservas Extrativistas, 05 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 30 Áreas de Proteção Ambiental, 03 Áreas de Proteção Ambiental Marinha, 03 Áreas de Relevante Interesse Ecológico e 01 Monumento Natural.

A Fundação Florestal constituiu o Núcleo Planos de Manejo – NPM em março de 2007 o qual está ligado diretamente à Diretoria Executiva do órgão. O objetivo do núcleo, segundo a FF (2012b) é gerenciar os planos de manejo em UC buscando padronizar métodos e técnicas bem como o uso de serviços especializados para garantir a qualidade dos planos. Na elaboração das estratégias para execução dos planos, a FF trata de contratar universidades, empresas, organizações da sociedade civil, ou ainda contratar pesquisadores do IF como consultores externos para a elaboração de produtos específicos.

Atualmente, dezoito PMs já foram concluídos pela FF e nove estão em elaboração, dentre eles o do Parque Estadual de Campos do Jordão. Outros cinco planos estão em fase de análise pelo CONSEMA. Os valores divulgados pela Fundação que mostram quanto de recurso aprovado pela SMA foi destinado para a execução dos PMs nas UCs de Proteção Integral e também em Plano de Manejo Espeleológicos, são de quatorze milhões de reais entre 2007 e 2009 (FF, 2012b).

A alocação de recursos financeiros é um aspecto muito importante diretamente relacionado ao sucesso da efetividade da gestão de UCs. São Paulo (2009b) apresenta quais recursos podem ser destinados às áreas e quais são as fontes de financiamento. Assim, temos os Recursos Orçamentários, provenientes do Tesouro do Estado; a Receita Própria, composto pelas receitas ligadas à gestão das UCs como a cobrança de ingressos, hospedagens e, no caso das estações experimentais e florestas estaduais também podem vir da comercialização da madeira, resina e subprodutos florestais; e a Compensação Ambiental estabelecida pelo SNUC (BRASIL, 2000) que permite aplicar o recurso nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos com impacto ambiental significativo, situações que obrigam o empreendedor a aplicar, no mínimo, meio por cento do valor total do empreendimento na implantação e manutenção de Unidades de Conservação.

Já as fontes de financiamento mencionadas apresentam-se pelas seguintes entidades: Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organizações de Base (associações de produtores, de bairro ou outras). Quanto aos fundos, os mais conhecidos são: Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), *Kreditanstalt für Wiederaufbau* - KfW, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), *Global Environment Facility* (GEF), Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e outros (SÃO PAULO, 2009b, p.53).

Vê-se que a gestão das UCs paulistas tem sido amparada por diferentes órgãos estaduais que já se consolidaram, como o Instituto Florestal, ou que estão se firmando, como a Fundação Florestal, direcionando o caminho das unidades através de inovações, investimentos e atuação focada em atividades de manejo que garantam a efetividade das áreas protegidas do estado.

Como mencionado anteriormente, as alterações decorrentes de motivação política ou mesmo de compreensão conceitual trazem sérias consequências para a gestão das UCs, muitas vezes afetando a continuidade de ações inicialmente implantadas e com potencial positivo para a área. Esses efeitos podem se apresentar junto a novas propostas de gestão que também podem ser promissoras. Como um todo, sobretudo é pertinente entrelaçar o passado, o presente e os anseios futuros para que sejam extraídos os máximos benefícios de uma unidade bem gerida.

2.3 Gestão da visitação em UCs

2.3.1 Uso Público em Parques

Considerando o artigo 11 do SNUC (BRASIL, 2000) que trata dos objetivos dos Parques Nacionais/ Estaduais/ Municipais temos descritas as formas de uso público cabíveis nessas unidades, sendo elas a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental e de recreação em contato com a natureza bem como o turismo ecológico.

O Decreto estadual nº 25.341 (SÃO PAULO, 1986b), já mencionado anteriormente, aprova o regulamento dos Parques Estaduais paulistas e reafirma o delineamento dessas áreas, sendo elas incluídas na categoria ao possuírem

características especiais do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, assim como paisagens naturais de grande valor cênico.

O SNUC (BRASIL, 2000) e o decreto mencionado atentam para o condicionamento das atividades às limitações que sejam descritas no Plano de Manejo a fim de compatibilizar a viabilidade da conservação com o uso público. Dessa forma, a pesquisa depende de autorização do órgão responsável pela administração e tanto ela como a visitação estão sujeitas às normas e restrições referentes especificamente ao parque visitado.

No decreto estadual também são previstos que os Parques Estaduais disporão de Centros de Visitantes que concentrem museus, salas de exposições, utilização de meios audiovisuais para facilitar a compreensão da importância dos recursos naturais dos parques.

Somado a isso, o decreto discursa sobre atividades de interpretação ao ar livre que contenham trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros com o intuito de servirem para caminhadas, passeios, escaladas, contemplação, fotografias entre outras atividades que devem ser permitidas e incentivadas contanto que não perturbem ou desvirtuem as finalidades dos parques.

Da compreensão do conceito de Uso Público, Magro (2009, p.53) o considera como “termo adotado pelos órgãos oficiais, ligados ao manejo das áreas naturais protegidas no Brasil, pode ser definido como o usufruto gozado pelo público, quer seja recreacionista, educador, pesquisador ou religioso”.

A autora salienta que o uso público e a recreação, quando associados às áreas naturais protegidas, definem o uso que não está ligado às atividades administrativas do local, sendo “recreação” o termo mais adotado na linguagem técnica internacional pelos especialistas e compreende em práticas de diversão durante o tempo livre.

Nota-se dentre os estudos publicados e na ênfase dada pelos órgãos administrativos, bem como neste trabalho, que o uso recreativo, denominado também como visitação, é o principal ponto abordado quando o assunto é uso público, muitas vezes referindo-se a ele sem mencionar ou destacar como se dá a relação com a pesquisa científica, uso condicionado ao Plano de Manejo e autorização de órgãos competentes.

Para Medeiros et al. (2011), o uso público trata-se de uma maneira de utilizar e aproveitar as UCs por meio da visitação independentemente da motivação das pessoas,

que pode ser a recreação, a contemplação, a observação de aves, entre outras ou do segmento do turismo em questão.

Stigliano (2004) ressalta que há diversos tipos de visitantes que procuram Unidades de Conservação, portanto é muito difícil aplicar um único tipo de ação para gerir o uso dos mesmos. Como a autora menciona, existem os que buscam desde a observação de pássaros (*birdwatching*) até visitas de caráter científico, incluindo também os que visitam no intuito de realizar uma caminhada em local tranquilo, e os que buscam por atividades de aventura, entre outros.

Ao fazer parte do ambiente previsto dentro de um parque, o uso público demanda uma preparação da área para que possa ser recebido adequadamente. Dessa forma, de acordo com Magro (2009) é imprescindível que os gestores estejam munidos com instrumentos de manejo e diretrizes específicas para atender a essa necessidade bem como gerenciar esses espaços respeitando suas metas, objetivos, políticas e padrões.

São Paulo (2009b, p.46) reitera ao dizer que “Considerando-se que as áreas naturais públicas têm entre seus objetivos proporcionar oportunidades de recreação, lazer e ecoturismo, devem ser criadas condições propícias a essas atividades”.

A gestão, estritamente necessária para conservar os atributos do parque deve contemplar uma gama de assuntos voltados ao uso público para que as finalidades da área sejam alcançadas com menos impactos e mais benefícios para todos os envolvidos.

Entretanto, Gonçalves e Hoeffel (2011) alertam para o desafio que é implementar e gerenciar o uso dos espaços inseridos em UCs pois, segundo os autores, “não há um modelo de gestão específico que possa ser seguido e aplicado, já que há diversidades e especificidades locais e regionais” (GONÇALVES; HOEFFEL, 2011, p.22).

Nesse sentido, nota-se que as diversidades e especificidades locais e regionais mencionadas devem ser levadas em consideração no Plano de Manejo enquanto documento exclusivamente aplicável a determinada unidade de conservação onde estarão descritas as condições e limitações de uso. Assim, reafirma-se quão imprescindível é a análise do objetivo de cada área protegida.

De acordo com Stigliano (2004, p.38):

Se os objetivos de uma UC previrem atividades de lazer e de educação ambiental, como a estudada neste trabalho, ela requer uma estratégia de

gerenciamento de visitação para assegurar a oportunidade de os visitantes conhecerem tais valores, através de uma experiência satisfatória, em que o uso não conduza a níveis inaceitáveis de efeitos negativos.

A autora destaca que gerir a visitação é uma maneira de contribuir para o alcance dos objetivos de conservação e de visitação, sendo um componente importante na proteção das qualidades e valores de uma UC.

Segundo Magro (2009), o manejo inclui o planejamento e implantação de educação dos visitantes, estabelecendo, conforme a necessidade, regras, regulamentos e controle do uso demasiado. Para a educação dos visitantes, materiais como mapas, folders, guias de campo etc podem ser muito úteis. Nota-se que, o plano e as ações devem estar voltados para decisões sobre construção de trilhas, estradas de acesso, elaboração de regulamentos e inserção de patrulhamento para monitorar as condições de uso.

Todos esses empreendimentos visam manter a qualidade e proporcionar oportunidades compatíveis com o motivo de criação de uma UC. Cole et al. (1997) afirmam que a tomada de decisão sobre a gestão do uso público nas áreas protegidas deve estar ligada ao levantamento dos impactos que ocorrem nelas e seus efeitos, da caracterização dos visitantes e das estratégias desenvolvidas pela administração local para resolver conflitos e encaminhar seus planos de ação, considerando os benefícios das atividades que ocorrem no parque.

Pedrini et al. (2007) afirmaram ter notado que os parques em todos os níveis de governo têm buscado contemplar o modelo que tenta adequar as demandas de uso público, tanto recreativas como da pesquisa, com a conservação ambiental. Os autores acreditam que seja necessária essa compatibilidade de interesses já que ambas as demandas são relevantes para a sociedade, no sentido que a interpretação e a educação ambiental, bem como o ecoturismo, quando bem geridos, retroalimentam a sustentabilidade ambiental pretendida.

No estado de São Paulo, foi a partir da década de 1970 que as preocupações com o uso público passaram a se fortalecer dentro das Unidades de Conservação graças às demandas de utilização social das florestas para atividades de educação ambiental para professores e estudantes e de recreação para a população em geral. Desde então, nas décadas seguintes foram elaboradas diretrizes visando normalizar, sistematizar e direcionar o uso público embasadas nas experiências e contando muitas vezes com processos participativos para defini-las (SÃO PAULO, 2009b).

Acima de tudo, percebe-se que a interação do público com as unidades de conservação, especialmente em relação aos parques é uma maneira de conectar a sociedade às áreas protegidas enquanto espaços de aprendizagem e de experiências com vantagens mútuas que são maximizadas conforme o enriquecimento dessa relação.

Eagles e McCool (2002) afirmam que a solidez de todas as decisões é fortemente influenciada pelos valores e conhecimentos do público, o que indica quão importante é que os papéis ecológicos e culturais dos parques sejam comunicados e compreendidos a fim de que as decisões, juntamente aos responsáveis, sejam mais compatíveis com os interesses diversos sobre a área.

2.3.2 Visitação

Com o respaldo da sua notável importância nacional, o Ministério do Meio Ambiente, por meio da publicação “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (2006) discorre sobre a recreação nas UCs e garante que a participação consciente, responsável e ativa dos visitantes e das instituições envolvidas direta e indiretamente com a visitação em Unidades de Conservação é fundamental para compatibilizar a conservação e o uso dos ambientes naturais.

Serrano (2005) salienta que os benefícios da visitação em UCs não estão ligados somente na geração de renda por meio da cobrança de ingressos e taxas, mas também por uma série de vantagens possíveis como a maior integração das UCs com comunidades locais e com a sociedade como um todo, além da circulação de informações ambientais e divulgação da unidade através da própria visitação e de programas educativos, há ainda o aumento da oferta de espaços para recreação e lazer na região.

De acordo com o MMA (BRASIL, 2006, p. 9) alguns termos podem ser definidos da seguinte forma:

Visitante: aquele que visita a unidade de acordo com os propósitos e objetivos da área e com motivos variados como lazer, conhecimento, recreação, contemplação etc.

Visitação: aproveitamento e utilização da UC com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais.

Turista: é o indivíduo que se desloca para um local diferente de sua residência habitual, motivado por diversos interesses e que em sua permanência no local visitado pode vir a requisitar serviços como

hospedagem, alimentação, aluguel de equipamentos, lojas de *souvenir*, contratação de guias e monitores etc.

Considerando tais definições, podemos desenvolver uma linha de pensamento a cerca da relação entre a visitação e o turismo com as unidades de conservação, a qual é composta por fatores econômicos, socioculturais e ambientais muito importantes.

O Ministério do Meio Ambiente afirma que:

A visitação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, contudo, deve ser cuidadosamente planejada para que possa cumprir os objetivos de sua criação, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2006, p.7)

Essa visão reforça a importância da visitação como instrumento favorável não apenas aos visitantes, mas especialmente às próprias UCs atingirem seus objetivos e finalidades com o auxílio do engajamento social e da potencialização do uso sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas.

Nesse sentido, o MMA (BRASIL, 2006) acredita que o turismo fortalece a apropriação das áreas protegidas pela sociedade e ainda incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais. Para o órgão, esses benefícios dependem da consistência em desenvolver o turismo em harmonia e integração com fatores socioculturais, os conhecimentos tradicionais, a manutenção dos processos ecológicos, e conservação da biodiversidade.

Diante deste cenário temos a contrapartida da sociedade. Magro (2009) comenta que nos dias de hoje é possível observar uma demanda crescente no Brasil pela visitação a áreas naturais primitivas cuja facilidade de acesso é ainda recente. Nota-se que há uma tendência não apenas brasileira, mas mundial diretamente ligada ao turismo voltado à natureza e conseqüentemente às unidades de conservação onde são encontrados os atributos valorizados por essa modalidade de visitação.

Stigliano (2004) reforça o papel dos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, além de Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) como atrações notáveis para a prática do turismo em áreas naturais. A autora cita, como exemplos, o Parque Nacional de Itatiaia (RJ), o Parque Nacional de Iguaçu (PR), o Parque Estadual da Serra do Mar (SP), o Parque Estadual da Tijuca (RJ), o Parque Estadual de Campos

do Jordão (SP) dentre outros que se destacam pela visitação intensa e que demonstram um ganho cada vez maior de simpatizantes brasileiros e estrangeiros.

Segundo o MMA (BRASIL, 2006), os últimos anos têm demonstrado um crescimento expressivo da visitação em áreas naturais no Brasil e no mundo. O turismo ligado à natureza como principal motivação é um dos segmentos mais promissores do mercado de turismo, com um crescimento mundial estimado entre 10% e 30% ao ano.

Em 2000, segundo Eagles e McCool (2002), o Sistema de Parques Nacionais dos Estados Unidos recebeu quase 430 milhões de visitas, consolidando o sistema mais utilizado do mundo e definitivamente um dos negócios turísticos mais desenvolvidos que existem. No mesmo ano, de acordo com os autores, o Canadá recebeu 25.427.124 visitas no total de unidades de seu sistema.

Dentre uma série de países, Eagles e McCool (2002) citam parques e países que se destacam em todos os continentes do globo. Em 2001 estimou-se, sem exatidão devido às áreas abertas com várias entradas e consequente dificuldade de controle (modelo típico na Europa), que o uso recreativo em áreas protegidas na Inglaterra alcançou 76 milhões de visitantes. No Quênia foi notado que em menos de cinquenta anos houve uma expansão tremenda de 4 mil (1950) para 1,4 milhão de visitas (1996), fato também observado na Costa Rica onde a demanda de 250 mil (1985) pulou para 900 mil visitantes (1999).

Referindo-se agora sobre os Parques Estaduais, os autores citam os do estado da Califórnia, EUA, que em 2000 receberam aproximadamente 70.000.000 de visitantes. As maiores taxas na Austrália, em 1997, foram dos Parques Estaduais de *New South Wales* com cerca de 20.000.000 de visitantes por ano (EAGLES; McCOOL, 2002).

Quanto ao potencial do turismo como geração de renda para as UCs do Brasil, o MMA (BRASIL, 2009) se utilizou dos dados de 23 parques nacionais referentes a 2008 que demonstram o cenário daquele ano e dá uma noção do público que pode ser atraído e atendido pelos parques. Na somatória de visitantes foram conferidos 2.095.484 visitantes, ressaltando, porém, que 72% estiveram concentrados nos Parnas do Iguaçu e da Tijuca.

Como já mencionado no item “2.2 Gestão de Unidades de Conservação”, as últimas estimativas feitas pelo Ministério do Meio Ambiente considerando o aumento de turistas devido à Copa em 2014 e às Olimpíadas em 2016 mostraram que com investimentos na área e esforços para aumentar a efetividade das UCs brasileiras, é

possível que o país receba até 20 milhões de visitantes nos Parques Nacionais e Estaduais no ano do evento esportivo que será sediado no país dentro de três anos.

A visitação pública e as atividades turísticas desenvolvidas nas UCs paulistas também são tratadas pelo órgão gestor das áreas protegidas, especialmente em parques onde essa interação é incentivada. A SMA juntamente com a FF, elegeu o ecoturismo como um dos vinte e um projetos ambientais estratégicos, cuja intenção é consolidar o turismo em forma de estratégia para conservação e proteção da natureza e de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico regional (FF, 2012d).

Stigliano (2004) apontou em seu trabalho de mestrado que cerca de 2 milhões de visitantes distribuíam-se entre 143 UCs paulistas, um número que, segundo autora, é um dado oficial muitas vezes aquém da realidade e não equitativo, pois a visitação se concentra em algumas áreas e não há estimativas claras do governo sobre receitas geradas e custos com manutenção.

No estado de São Paulo, os Parques Estaduais, já são destinos que se destacam no país e recebem um número expressivo de visitantes.

As informações mais recentes concedidas pela Fundação Florestal (2013) mostram como tem decorrido a demanda da visitação das unidades de conservação paulistas. Mesmo considerando uma estruturação ainda não tão madura na contagem do público, os números expressam claramente que nos últimos cinco anos a procura pelas UCs tem crescido vertiginosamente.

Figura 11 – Visitação das UCs paulistas entre 2007 e 2012

Fonte: Fundação Florestal (2013)

A Figura 11 apresenta os dados da visitação desde 2007 até o ano de 2012. Se considerarmos a relação entre os números do último ano com os de cinco atrás temos um crescimento de 52% da demanda total, uma quantidade próxima dos dois milhões de visitantes anuais.

Separando apenas os dados dos Parques Estaduais, temos também os dados dos últimos cinco anos que mostram o aumento da demanda da visitação. No caso somente desses Parques, há um crescimento de 82% no período.

Figura 12 - Visitação dos Parques Estaduais Paulistas entre 2007 e 2012

Fonte: Fundação Florestal (2013).

Nota-se que a visitação nos Parques Estaduais é bastante representativa no número total de visitantes de todas as categorias de UC. No ano de 2012, a visitação nos Parques foi correspondente a quase 65% do total da visitação nas unidades administradas pela Fundação Florestal.

Dentre os 30 PEs analisados a distribuição também não ocorre de maneira equilibrada sendo que em 2012 os dados apontaram que quase 80% da visitação se concentra em seis Parques Estaduais, mostrando ainda que um terço deles não possui um sistema de contagem de visitantes, alguns, dentre outras razões por terem sido criados recentemente.

Na Tabela 2 são apresentados os seis PEs mais visitados nos últimos três anos.

Tabela 2 – Parques Estaduais Paulistas mais visitados entre 2010 e 2012

Unidade de Conservação	2010	2011	2012
PE Jaragua	320.529	379.035	459.748
PE Campos do Jordao	79.546	90.249	130.769
PE Cantareira	72.283	74.806	89.138
PE Ilhabela	39.106	57.901	83.972
PESM - Núcleo Picinguaba	155.000	32.841	48.596
PE Turístico Alto do Ribeira (PETAR)	25.964	36.856	37.301

Fonte: Fundação Florestal (2013).

Cabe ressaltar que o Parque Estadual da Serra do Mar, quando analisado em seus nove núcleos recebeu em 2012 mais de 87 000 visitantes, o que o colocaria à frente do PE Ilhabela.

Pedrini et al. (2007) acreditam que a quantidade de visitantes que as UCs paulistas recebem (considerando até dois milhões de visitantes por ano) não compreende um número elevado diante da população de São Paulo, a área territorial, dispersão geográfica e a diversidade de atrativos, no entanto, é uma contagem expressiva em vista da precariedade da infraestrutura disponível e a maneira como as áreas têm sido geridas.

Como o próprio órgão nacional tem demonstrado em suas publicações, tanto as UCs federais como as estaduais necessitam de investimentos muito maiores dos que têm sido efetuados nos últimos anos para que seja viável abrigar um número cada vez maior de visitantes e que eles possam ter uma experiência de boa qualidade.

Muitos parques se mostram desinteressados com os assuntos referentes à visitação, mas podem apenas estar evidenciando, segundo Eagles e McCool (2002) a carência de apoio político e de orçamento para dar atenção a essas questões, priorizando o envolvimento de sua equipe em outras funções e atividades.

Dentre as questões que limitam a qualidade da visitação, a oferta de infraestrutura é um fator relevante. Considerando que para satisfazer os visitantes são necessários serviços e programas, nota-se que a instalação do turismo implica numa sucessão de acontecimentos para recepcioná-lo. Nesse sentido, a infraestrutura para facilitar o transporte é construída e são desenvolvidos serviços de segurança, de informação e de acomodação que modificam ambientes e comunidades por meio desse fluxo emergente de visitantes, dinheiro e veículos.

Eagles e McCool (2002, p.172) elencam algumas das funções das facilidades de infraestrutura de um parque:

- ❖ Aumentar as oportunidades de recreação;
- ❖ Aumentar a capacidade para o turismo;
- ❖ Dar Suporte à segurança do visitante;
- ❖ Diminuir os custos de manutenção;
- ❖ Ter responsabilidade fiscal;
- ❖ Proteger e manter a integridade ecológica;
- ❖ Apoio à integridade cultural;
- ❖ Manter a saúde do ar, água e solos;
- ❖ Prever necessidades da equipe do parque.

Os autores destacam que todos os parques precisam de um grau de infraestrutura, pois ela é um componente significativo para a experiência da visitação e deve ser cuidadosamente pensada e gerida para satisfazer tanto as necessidades das pessoas que usam o parque como as da proteção dos valores ambientais e culturais da área.

Costa (2002) reforça a ideia de que o mínimo de estrutura é uma condição essencial para o atendimento das necessidades da demanda turística e concorda que a satisfação desse item engloba também a necessidade de um planejamento com mínimo impacto ambiental e total integração entre os grupos sociais envolvidos.

Em síntese, a autora elenca algumas necessidades gerais em infraestrutura para o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação:

- ❖ Construção e implantação de um centro de atendimento aos visitantes;
- ❖ Criação e implantação de estrutura administrativa *in loco*;
- ❖ Contratação e treinamento de pessoal;
- ❖ Definição física da área da UC (placas, cercas, ou quaisquer outros meios);
- ❖ Abertura e/ou melhoria nas condições físicas das trilhas de visitação;
- ❖ Desenvolvimento de um amplo e estruturado programa de comunicação;
- ❖ Implantação de sistema de sinalização (dentro e fora da UC);
- ❖ Cadastramento de potencialidades turísticas do entorno (patrimônio natural e cultural);
- ❖ Incentivo à participação de instituições e pessoas do entorno;

- ❖ Criação de material promocional e educativo;
- ❖ Promoção de estudos e desenvolvimento de pesquisas (COSTA, 2002, p. 41).

Esses itens compreendem um conjunto de construções físicas que servem para amparar uma gestão efetiva que contemple a proteção da biodiversidade assim como a convivência com a população local, meios para receber os visitantes de maneira adequada e apta a maximizar os benefícios dessas relações.

Cole e Hall (2009) afirmam que compreender a experiência do visitante é fundamental para a gestão eficaz do uso recreativo, e proporcionar oportunidades para que essas experiências sejam de alta qualidade é um objetivo importante de gestão como já ocorre nos países onde o uso é permitido e a recreação gerenciada.

De acordo com Neiman e Rabinovici (2008), a gestão de UCs em relação ao processo participativo que envolve a sociedade precisa ocorrer no estreitamento dos laços afetivos com os visitantes, que por consequência aumentaria a preocupação deles com preservação das áreas, e, por outro lado, com a comunidade local, garantindo uma participação efetiva da mesma no processo de tomada de decisão.

Gössling (1999) complementa a compreensão de que uma visita adequada está interligada a um planejamento eficaz, gestão e controle como condições prévias para uma boa relação entre as áreas protegidas e o turismo. Para o autor, o desenvolvimento positivo do turismo depende de estratégias bem-sucedidas para gerir sendo eficiente e para controlar o número de turistas, informar e educar os visitantes e moradores.

Ainda de acordo com Gössling (1999), exemplos realmente positivos do ecoturismo são raros, enquanto os perigos derivados dele estão presentes com frequência, portanto é preciso trabalhar com abordagens integradas com questões específicas de cada área e considerar que o papel do turismo no processo de conservação varia entre os países, e é influenciado por questões do mercado, acessibilidade e singularidades locais.

Hammit e Cole (1998) acrescentam que muitas vezes a gestão da visita acontece baseada na opinião e experiências dos gestores e órgãos administrativos, porém ainda que tais posicionamentos sejam importantes, é imprescindível o desenvolvimento sistemático de um monitoramento para coletar dados e gerar informações confiáveis e realistas que vão ao encontro da realidade local e permaneçam

válidas mesmo em situações de mudanças institucionais decorrentes das alterações políticas.

2.3.3 Educação e Interpretação Ambiental

Determinado pela Lei Nº 9.795 (BRASIL, 1999), o conceito de educação ambiental compreende os

processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade

Essa definição assegura o caráter essencial de que a EA deve ter caráter permanente nos âmbitos formal e informal da educação em todos os níveis de ensino.

Sorrentino et al. (2005) afirmam que a educação ambiental em si é fundamental na construção da cidadania e da ação pública para a formação de uma coletividade responsável pelo meio que habita, portanto deve ser direcionada ao modo ativo que considere o sentido de pertencimento e co-responsabilidade. Segundo os autores:

A educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política. As revoluções paradigmáticas, sejam científicas, sejam políticas, são episódios de desenvolvimento não cumulativo nos quais um paradigma antigo é substituído por um novo, incompatível com o anterior (SORRENTINO et al. 2005, p.287).

Assim, eles compreendem que a EA possa construir valores éticos e políticas de convívio social e mercado, discutindo a distribuição dos benefícios e prejuízos da apropriação e uso dos recursos naturais.

Zago (2008) corrobora a ideia da relação direta entre os objetivos da educação ambiental e a mudança de valores e atitudes por meio de reflexões do ser humano sobre ele mesmo, sobre o ambiente e como estão inter-relacionados. Assim, o autor observa que os aspectos éticos, políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais e ecológicos devem estar conectados.

Ele acredita que as finalidades da EA são alcançadas a partir do cumprimento de um processo que vai da sensibilização para a mobilização e dessa para a informação para que se chegue à ação. Zago (2008, p.41) enfatiza que “Nenhuma das fases pode ser desenvolvida isoladamente ou de modo linear. A Educação Ambiental não pode se

resumir somente a uma delas, sendo que todas devem ocorrer sob planejamento, controle e avaliação permanente”.

Para Hammitt e Cole (1998) também é importante que as ações educativas considerem os seguintes pontos: foco na mensagem; identificação do público; selecionar os métodos de comunicação; e decidir onde contatar o público. Para os autores

*Throughout this discussion we have frequently referred to the need to support certain actions with a strong educational program. Low impact education is one of the real keys to reducing impact in all recreation areas, from the most primitive to the most developed*²⁰ (HAMMITT; COLE, 1998, p.279).

Segundo Eagles e McCool (2002), as técnicas, ou medidas, gerenciais podem ser agrupadas segundo o grau de intrusão sobre a experiência do visitante (tais como estabelecimento de limites de uso ou impedimentos legais). De acordo com os autores, nos Estados Unidos, a filosofia corrente conduz à preferência por técnicas não tão intrusivas e mais sutis, conferindo ao visitante um grau elevado de responsabilidade.

Desta forma, reforça-se a educação do visitante e a disseminação de informações ao invés da aplicação de restrições. Para eles, o gerenciamento da visitação aborda duas questões principais: o que pode ser feito para melhorar a qualidade da experiência do visitante? Como gerenciar os impactos da visitação em níveis aceitáveis e com resultados desejáveis?

A primeira questão, de acordo com os autores, deve ser abordada sob a perspectiva da atividade turística na Unidade de Conservação: os visitantes buscam experiências de lazer que tragam satisfação. Isto não significa, obrigatoriamente, a necessidade de oferta de estruturas e instalações dispendiosas, programas caros, ou funcionários disponíveis em toda a área. Significa que os gestores estão conscientes das expectativas do visitante e, quando apropriado e em concordância com os objetivos da área, buscam satisfazê-las.

Para eles, a segunda questão deve ser feita porque tais áreas são estabelecidas para proteger ou preservar valores naturais e culturais e a visitação em certos locais pode ter efeitos negativos sobre esses valores, tornando necessárias ações administrativas para reduzir tais impactos. O gerenciamento também é necessário para

---

²⁰ Ao longo desta discussão, temos frequentemente referida a necessidade de apoiar determinadas ações com um forte programa educacional. Educação de baixo impacto é uma das chaves reais de reduzir o impacto em todas as áreas de recreação, da mais primitiva a mais desenvolvida.

maximizar os efeitos positivos da visitação, tais como o apoio à comunidade local, a apreciação cultural e a geração de renda.

Gonçalves e Hoeffel (2011) reiteram a importância do papel da educação ambiental como instrumento importante para o visitante despertar sua consciência e seu comportamento a fim de conciliá-los com a preservação ambiental. Entretanto, os autores salientam que isso só é possível quando a EA não se trata de uma abordagem apenas superficial e indiscriminada, o que ocorre, segundo eles, em muitas unidades.

A capacidade de compreensão da complexidade dos problemas ambientais vem sendo aprimorada junto à consolidação do processo educativo. Os problemas ambientais podem ser entendidos além dos conflitos entre as pessoas e a natureza ou entre as pessoas sob a perspectiva de que “não é a natureza que está em crise, mas sim as bases nas quais a maior parte das sociedades atuais se mantém” (GONÇALVES; HOEFFEL, 2011, p.22). Para os autores, a educação ambiental representa a busca de uma nova educação que vise à construção de novos valores, atitudes e percepções considerando o meio ambiente e a crítica a essa crise social.

Segundo Gonçalves e Hoeffel (2011, p.22):

A educação ambiental através do turismo e o turismo através da educação ambiental possuem o potencial de aproximar e transformar a relação ser humano/ natureza, levando à transformação da percepção e ao desenvolvimento de um comportamento crítico acerca das questões ambientais.

Os autores destacam a importância do turismo como via de conscientização para que as pessoas procurem mudar seu comportamento a fim de que seja compatível com a saúde da natureza.

As atividades de educação e interpretação são componentes fundamentais na experiência de visitação em uma UC. Em sua obra, Ceballos-Lascuráin (1996) afirma que essas ações quase sempre levam as pessoas a aprenderem algo novo, especialmente quando elas dirigem-se a essas áreas com pouco ou nenhum conhecimento sobre o sistema de gestão, de conservação ou mesmo o papel do ser humano no meio ambiente.

Em *Interpreting our heritage: Principles and Practices for Visitor Services in Parks, Museums and Historic Places*²¹, Tilden (1977) define a interpretação como uma atividade educativa cujo objetivo é apresentar os significados e relações através do uso

---

²¹ Interpretando nosso patrimônio: Princípios e Práticas para Serviços de Visitação em Parques, Museus e Lugares Históricos.

de objetos originais, a experiência em primeira mão, e por meios ilustrativos, evitando que haja apenas a comunicação de informações factuais.

Na mesma obra, o autor escreve uma célebre frase que reflete seu pensamento sobre o caráter da interpretação em si: *“through interpretation comes understanding, through understanding comes appreciation, and through appreciation comes protection”*²² (TILDEN, 1977, p. 38).

Para Tilden (1977), a interpretação deve se estruturar de acordo com princípios que visem, basicamente, relacionar a atividade com o perfil ou experiência a quem está sendo direcionada. O autor acredita que a interpretação seja uma arte que se utiliza dos sentidos para construir conceitos e instigar reações nas pessoas, buscando assim, despertar a curiosidade e ressaltar o que antes parecia insignificante.

Como um todo, o autor enfatiza que a sensibilização é efetiva por meio da oportunidade do indivíduo ter a experiência real do contexto natural, reiterando que a interpretação enquanto contato direto permite aprender sobre o patrimônio do lugar e, simultaneamente colaborar para que o mesmo seja apreciado e protegido.

Neiman, Geerdink e Pereira (2011) observam que a motivação para se visitar um local está estreitamente ligada aos processos de percepção individual e a partir disso, juntamente a experiências anteriores e outros fatores, que a interpretação ambiental é compreendida como auxiliar no momento perceptivo ao agregar valor à experiência do visitante e, especialmente, ao induzir a reflexões sobre os elementos apresentados.

Os autores compreendem que a interpretação ambiental insere-se na educação ambiental, a qual é entendida como “um processo permanente, que desencadeia diversas possibilidades e estimula ações e atitudes relacionadas ao equilíbrio do indivíduo, da sociedade e do meio ambiente” (NEIMAN; GEERDINK; PEREIRA, 2011, p.76).

Reiterando a concepção da interpretação ambiental como uma das principais ferramentas da educação ambiental, Zago (2008) lembra que a atividade está ligada à história dos primeiros Parques Nacionais do mundo e explica que sua intenção deve ser a de estimular as pessoas a entenderem seu entorno ecológico por meio da tradução da linguagem da natureza para a dos visitantes, buscando “informá-los ao invés de distraí-los, e educá-los além de diverti-los” (ZAGO, 2008, p.42).

O autor crê que dessa maneira, a interpretação colabora para a democratização do conhecimento ambiental e, ao passo que aumenta o nível de conscientização sobre a

---

²² Através da interpretação vem o entendimento, através do entendimento vem a apreciação e através da apreciação vem a proteção.

importância da natureza facilita a sua conservação e estimula a minimização dos impactos negativos causados pela presença humana.

Quanto à interpretação ambiental, o Ministério do Meio Ambiente defende que o posicionamento dos órgãos gestores baseie-se em diretrizes que se sustentam especialmente em seis pontos:

1. Adotar a interpretação ambiental como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.
2. Utilizar as diversas técnicas da interpretação ambiental como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita numa experiência enriquecedora e agradável.
3. Empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais.
4. Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local.
5. Envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos.
6. Assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes (BRASIL, 2006, p.17).

De maneira geral, as diretrizes apresentadas pelo Ministério visam o desenvolvimento de atividades que utilizem uma linguagem apropriada para que os visitantes possam ser entretidos e estimulados a compreender e a se conscientizar sobre os valores da UC e que como consequência menos impactos negativos sejam gerados nas áreas protegidas.

Nesse sentido, os gestores estão numa posição única de poder influenciar esse processo de aprendizagem; eles podem ser capazes não apenas de aumentar a compreensão dos visitantes, mas também estimular o comprometimento deles com a preservação dos recursos naturais. Ou seja, um plano cuidadosamente organizado para

programas de interpretação podem satisfazer diferentes tipos de necessidade que variam conforme os visitantes, incrementando a qualidade da experiência dentro da UC.

No Estado de São Paulo, a década de 1990 foi marcante por ter sido uma época em que a situação econômica da população local junto às dificuldades de gestão da visitação em UCs deu início aos estímulos para inserção das populações locais num modelo que tenta oferecer uma alternativa de renda para a comunidade do entorno por meio da capacitação para monitor ambiental com a finalidade de que sejam condutores dos visitantes (SÃO PAULO, 2009b).

Para Herculiani et al.(2009), o monitor, ou condutor, é muito importante como representante da área perante o visitante já que ele trabalha diretamente em contato com o público e que dá orientações sobre comportamento adequado e trata da interpretação dos elementos da natureza e daquele espaço, transmitindo conceitos e valores.

Por essa razão, a autora salienta a necessidade de se investir na formação desses indivíduos para que cumpram sua missão em enriquecer a experiência do visitante, elevando a qualidade relação entre o público e a unidade e buscando adequar os anseios das pessoas com as possibilidades da UC.

Nas conclusões de seu trabalho de mestrado sobre educação ambiental no ecoturismo, com um estudo de caso no Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar (Estado de São Paulo), Bacchi (2013) enfatiza a mesma questão, destacando a importância do papel do monitor ambiental no processo educativo em UCs e destaca que durante o contato com o visitante esse profissional “assume o papel de anfitrião, de líder do grupo e de educador, sendo ele o elo entre o ambiente e o ecoturista” e também pode ser considerado como o “catalisador no processo de sensibilização” (BACCHI, 2013, p. 121), sendo, concordando com Herculiani et al. (2009), essencial a capacitação desses indivíduos.

Nas UCs paulistas, as atividades de educação ambiental, segundo São Paulo (2009b), são realizadas em 80% das áreas, porém basicamente com as escolas. O Governo Estadual, entretanto também afirma que há estratégias de sensibilização para que outros usuários como visitantes habituais, grupos de terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais também sejam atendidos através de diferentes estratégias de sensibilização, interpretação e educação. Assim, preveem programas de capacitação e formação de professores, palestras, trilhas autoguiadas, interpretativas e monitoradas, além de campanhas, cursos e eventos (SÃO PAULO, 2009b).

2.3.4 Impactos da visitação em unidades de conservação

“*I am a traveler. You are a visitor. They are tourists*²³”. Essa frase que inicia o prefácio de *Tourism, ecotourism and protected areas*²⁴ (Ceballos-Lascuráin, 1996) é de autoria de Adrian Phillips, presidente da Comissão dos Parques Nacionais e Áreas Protegidas da IUCN entre 1994 e 2000, que capta o paradoxo existente entre sentirmo-nos realizados a viajar para lugares bonitos e selvagens, mas ficarmos chocados com o impacto gerado pelo grande número de pessoas que fazem o mesmo. Assim Phillips enfatiza que coletivamente as pessoas ameaçam os lugares que mais admiram.

Ceballos-Lascuráin (1996), entretanto, afirma que apesar das ameaças, o turismo pode ter efeitos positivos para o meio ambiente desde que haja o interesse conjunto de manter a qualidade ambiental, base para a atividade. Além disso, ele defende que o turismo é vital para as áreas protegidas, pois, a oportunidade de ver, tocar e ter uma experiência com o mundo natural frequentemente “converte” os visitantes em fiéis apoiadores.

Ao salientar que é importante reconhecer as receitas geradas pelos turistas como uma forma de facilitar o desenvolvimento de infraestruturas e outras melhorias para as áreas protegidas, Ceballos-Lascuráin (1996) comenta que o século XIX foi essencial para a criação do conceito de parque nacional, quando fundadores queriam proteger o meio ambiente em vez de oferecer *resorts*, mas foi com a chegada do turismo que a filosofia se tornou realidade, considerando a lógica econômica e política necessária. Assim, o autor alerta que a conservação não deve ser tratada separadamente dos assuntos socioeconômicos.

Caballos-Lascuráin (1996) acredita que é preciso existir um círculo de torcedores que apreciem e compreendam a necessidade da sobrevivência da área protegida ser assegurada, no entanto há também a preocupação de que o aumento no interesse pelo turismo nesses ambientes desencadeiem problemas causados pelo uso excessivo, como a degradação dos recursos naturais ou o rompimento das culturas e valores locais, reiterando o caráter essencial da gestão dessas interações por meio da identificação, mensuração e avaliação.

O que não se pode esquecer, é que o turismo em áreas protegidas, assim como em qualquer lugar, é um negócio, e para o sucesso dele é preciso buscar o lucro, e onde

---

²³ Eu sou uma viajante. Você é um visitante. Eles são turistas.

²⁴ Turismo, ecoturismo e áreas protegidas

não houver o alcance dessa satisfação os problemas podem se tornar maiores do que os que já existiam, acredita Ceballos-Lascuráin (1996). Por isso, de acordo com o autor, os gestores precisam priorizar os cuidados com a atividade, preferindo aprimorar a qualidade em vez de expandir em volume.

Seguindo o mesmo raciocínio de Ceballos-Lascuráin (1996), Eagles e McCool (2002, p.12) afirmam que: *“The experiences gained through the parks are an important meaning of life for many people, and this may be the most important souvenir taken by the visitor”*²⁵, e também acreditam que: *“Tourists visit parks and protected areas because there are values in them that they may not experience elsewhere”*²⁶ (EAGLES; MCCOOL, 2002, p.51). Com esse posicionamento, reiteram que os impactos positivos da visitação ultrapassam as noções de alcance que se tem dessa relação entre o indivíduo e o ambiente, como o fortalecimento de suas atitudes que alimentem uma cultura propícia aos parques.

Sobre os efeitos que o turismo pode causar numa AP, Eagles e McCool (2002, p. 72) salientam: *“We note here that tourism is often portrayed as potentially carrying the seeds of its own demise”*²⁷, o que sustenta o entendimento de que quando a atividade é mal administrada ela pode causar danos sociais e ambientais irreversíveis.

Para a evolução da atividade turística como um todo, e especialmente em áreas naturais, é essencial uma ampla abordagem que vise uma gestão equilibrada do ambiente, seu elemento básico.

Segundo Ruschmann (1997), a partir da década de 1950, o turismo passou a ter um crescimento acelerado resultando na degradação ambiental que atingiu vários polos receptores. A principal consequência desse avanço é observada, notadamente, nos espaços naturais, e muitos países já demonstram sua preocupação sobre o assunto, o que incentiva a tomada de decisões ambientalmente mais amigáveis que favoreçam a proteção ambiental.

Nas décadas de 1960 e 1970, reconhecendo o aumento da demanda pela visitação em parques nacionais, os EUA tiveram suas primeiras experiências sobre o controle do nível de uso, na forma de quantidade de visitantes, nas áreas protegidas com

---

²⁵ As experiências adquiridas por meio dos parques dão um importante significado de vida para muitas pessoas, e esse pode ser o *souvenir* mais importante levado pelo visitante

²⁶ Turistas visitam parques e áreas protegidas porque neles existem valores que não podem ser experimentados em nenhum outro.

²⁷ Nós levantamos aqui que o turismo muitas vezes pode estar carregando consigo as sementes de sua própria destruição.

o intuito de diminuir impactos sociais e biofísicos. Desde então em outras áreas do mundo e também na América Latina foram desenvolvidos métodos e empregados esforços para manejar a visitação com a minimização de impactos e o oferecimento de oportunidades recreativas de alta qualidade em ambientes naturais protegidos (ICMBio, 2011, p.8).

De acordo com o ICMBio (2011), no Brasil, o estudo e o manejo de impactos da visitação têm sido feito de forma pontual, sem um marco conceitual ou procedimentos comuns desde que os parques nacionais foram criados. A pressão tem sido maior a cada ano pelo crescimento na visitação e a maior pressão da demanda por conhecimentos, habilidades e ferramentas que possibilitem proporcionar experiências de alta qualidade ao mesmo tempo em que os impactos decorrentes das visitas sejam controlados ou reduzidos.

Segundo Ruschmann (1997, p.34), “os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”. Para a autora existem variáveis do turismo desenvolvido junto ao meio ambiente que têm efeitos de natureza, intensidade, direções e magnitude distintos que resultam em interações muitas vezes irreversíveis.

Em seu trabalho de mestrado, Stigliano (2004) estudou diversas referências que permitiram a ela apontar os principais impactos econômicos, socioculturais e ambientais, considerando os benefícios e prejuízos, ou os pontos positivos e negativos da atividade turística relacionados às áreas naturais protegidas.

Quanto aos efeitos econômicos positivos da atividade turística destacam-se, segundo a autora, essencialmente pela entrada e movimentação financeira que desencadeia a geração de empregos, o aumento da renda e melhoria do poder aquisitivo da população, a diversificação da atividade econômica regional assim como a fixação das pessoas e contribuição geral para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, comunicação, saneamento básico, iluminação etc.

Sobre os efeitos negativos na economia, notou-se que são formados, dentre outros, pela dependência e vulnerabilidade econômica, a sazonalidade da atividade, alterações e até extinção, de ocupações tradicionais, o aumento de preços de produtos em geral e a especulação imobiliária.

No esquema a seguir (Figura 13) temos um fluxo baseado na obra de Eagles e McCool (2002) que retrata resumidamente o funcionamento da economia de um destino turístico e auxilia na compreensão do impacto da atividade sobre o local, especialmente sob os aspectos positivos.

Figura 13 – O impacto econômico do turismo na economia local

Fonte: Eagles e McCool (2002, p.242).

Considerando a Figura 13, os autores explicam: um turista visita um parque e gasta R\$100 num hotel local. Isso resulta em R\$100 de impacto direto na economia local. O hotel gasta esse dinheiro com o trabalho de jardineiro, gerente etc, que consequentemente gasta o dinheiro na economia local (padaria, aluguel etc) que são os impactos induzidos. O hotel também compra serviços locais como lavanderia, construção civil etc, o que resulta em impactos indiretos. Além disso, o hotel compra bens e serviços importados e paga impostos e taxas fora da área local, o que caracteriza os vazamentos (EAGLES; McCOOL, 2002, p.243).

Os efeitos socioculturais positivos, de acordo com Stigliano (2004), enquadram o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a valorização do patrimônio cultural material e imaterial (festas, costumes, danças, culinária, artesanato), o aumento do orgulho étnico e do local e o maior conhecimento intercultural, além da diminuição de preconceitos.

Dentre os efeitos negativos, a autora destaca o desaparecimento e a modificação de formas de cultura tradicionais, o neocolonialismo e outras formas de dominação

cultural, além do aumento de problemas sociais como o uso de drogas, prostituição, violência, jogo; prejuízo à mobilidade; número excessivo de visitantes no destino turístico, o “efeito imitação” – moradores buscam copiar hábitos e comportamentos do visitante; a descaracterização da vida social local; a segregação dos residentes locais etc.

Eagles e McCool (2002) complementam Stigliano (2004) ao enfatizar que culturas não são estáticas, mas sim sofrem modificações e se adaptam a novas circunstâncias e mudanças no ambiente. O que ocorre, segundo os autores, é que algumas culturas têm tradições mais enraizadas, rituais e expectativas sobre o comportamento das pessoas do que outras, por isso, algumas culturas podem ser mais ou menos sensíveis aos efeitos do turismo.

Stigliano (2004) reúne em sequência os efeitos positivos e negativos do turismo sobre o ambiente natural. Assim, ela enuncia entre os efeitos positivos a ajuda na conservação das áreas naturais, a diminuição no ritmo de degradação ambiental, as melhorias na infraestrutura, o aumento da consciência da população local e dos turistas sobre a necessidade de proteção do meio ambiente, o incentivo à fiscalização por parte dos moradores, turistas e órgãos competentes etc.

Por outro lado, os efeitos negativos sobre o ambiente podem ser vistos por desmatamento, prejuízos a espécies em seus hábitos alimentares, reprodutivos, migratórios, supressão do habitat de plantas e animais, incêndios, aumento na geração de lixo e esgoto, compactação e erosão do solo, impactos sobre os recursos hídricos, poluição sonora, introdução de espécies animais e vegetais exóticas, geração elevada de poluentes pela queima de combustíveis fósseis, ataques provocados por contato entre humanos e animais, extração de recursos naturais para elaboração de *souvenirs*, ; retirada de minerais, rochas e fósseis, vandalismo (depredação de cavernas, pichação etc).

Hammitt e Cole (1998) alertam que é preciso considerar que todas as atividades de recreação em áreas protegidas causam distúrbios no ambiente, sendo que cada uma tem o potencial de impactar um componente, afetando solos, vegetação, fauna e recursos hídricos. Da mesma forma, Leung e Marion (2000) afirmam que eles podem afetar direta ou indiretamente esses componentes ecológicos.

Segundo os autores, os principais impactos diretos sobre o solo são: compactação, perda de matéria orgânica e perda de solo mineral. Já indiretamente ele é

afetado pela redução de umidade, aceleração do processo erosivo e alteração da dinâmica microbiótica.

Quanto à vegetação, eles citam como efeitos diretos a redução da altura e do vigor, a perda de cobertura do solo, arbustos e árvores, perda de espécies frágeis, danos aos troncos e introdução de espécies exóticas, enquanto que de forma indireta também é atingida por efeitos sobre a mudança na composição florística e alteração do microclima.

A fauna sofre interferências diretas devido à alteração e perda de habitat, introdução de espécies exóticas, alterações do comportamento dos animais (hábitos alimentares, refúgio etc). Indiretamente, também há redução das condições de saúde e bem-estar, bem como das taxas de reprodução e aumento na de mortalidade.

A água também é um componente ecológico impactado pela introdução de espécies exóticas, aumento na turbidez e na adição de nutrientes, nível de patógenos assim como alterações na qualidade. Efeitos secundários podem ser notados por mudanças nas características da água e no crescimento excessivo de algas.

Por fim, a autora expressa compreender que os efeitos ambientais negativos têm origem numa diversidade de causas, porém, acredita que eles decorrem principalmente de estrutura inadequada ou ineficiente, aumento descontrolado do número de visitantes, despreparo para se relacionar com o visitante, aumento no uso de equipamentos como geradores e barcos a motor dentre outros.

Em *Wildland recreation: ecology and management*²⁸ os autores Hammitt e Cole (1998) afirmam que devido ao aumento da popularidade nos últimos tempos e do fato da recreação em áreas florestais estar sempre ligada a impactos, nota-se uma necessidade cada vez maior de gerir efetivamente essa interação entre o visitante e o local visitado de forma que as soluções de gestão reconheçam as inter-relações que ocorrem entre os impactos para serem bem sucedidas, evitando o risco de que a solução para um problema seja a causa de outro.

Os autores compreendem que o uso recreativo, como é previsto e legitimado, deve continuar acontecendo e consequentemente os impactos dele também, sendo que o importante para essa situação é determinar o que é aceitável diante dos recursos da área, seus objetivos de existência e sua resiliência perante tais perturbações.

---

²⁸ Recreação em áreas florestais: ecologia e manejo.

Alden (1997) acredita que monitorar o comportamento do uso recreacional e seus impactos é vital para uma gestão de sucesso, acreditando ser improvável a sustentabilidade de um parque sem que haja uma gestão efetiva do usuário recreativo. O autor afirma que “*Adaptable management is an important aspect of recreational user management in the face of changes in the factors that affect the health of the ecosystem and the evolution of management techniques*”²⁹ (ALDEN, 1997, p. 227).

Em seu artigo *Recreational user management of parks: an ecological economic framework*³⁰, o autor reitera que o uso recreativo é uma das principais causas de danos ao ecossistema em parques, portanto, os impactos gerados por essas atividades devem ser geridos a fim de que a experiência do visitante lhe traga bem-estar sem que a saúde do ambiente local entre em declínio.

Juutinen et al. (2011) afirmam que para a gestão da visitação ser eficaz é preciso que os tomadores de decisão e gestores lidem com o *tradeoff*³¹ entre as preferências dos visitantes para a proteção da biodiversidade e para os usos de lazer e turismo.

Leung e Marion (2000) consideram indispensável reconhecer que as atividades de uso público geralmente ocorrem em locais de grande valor paisagístico, com representativa importância biológica, portanto, mesmo que os impactos ocorram em pequenas proporções eles podem levar à perda de áreas relevantes.

Eles endossam sua visão sobre a gestão do uso público em áreas protegidas ao enfatizar que ela deve priorizar uma atuação que evite os impactos negativos quando possível e minimize aqueles que não podem ser impedidos. Salientam que “*Even the most thoughtful visitors would leave footprints and unintentionally disturb wildlife*” (LEUNG; MARION, 2000, p.23), reiterando que os impactos são consequência inevitável da visitação independentemente do tipo de usuário.

Nesse sentido, os autores acreditam que “*Visitor impacts threaten to compromise wilderness management mandates for preserving and sustaining high quality natural environments and recreational experiences*”³² (LEUNG; MARION, 2000, p.43), e afirmam que os gestores devem efetivamente educar e regular os visitantes e gerenciar os recursos naturais da área.

²⁹ Gestão adaptável é um aspecto importante da gestão de usuário recreativo em face às mudanças nos fatores que afetam a saúde do ecossistema e a evolução das técnicas de gestão.

³⁰ Gestão do uso recreativo em parques: um quadro ecológico-econômico.

³¹ Expressão que define uma situação em que há conflito de escolha. Ocorre quando se abre mão de algum bem ou serviço distinto para se obter outro bem ou serviço distinto.

³² Os impactos dos visitantes ameaçam o compromisso da gestão de preservar e manter a alta qualidade tanto dos recursos do ambiente como das experiências recreacionais.

Leung e Marion (2000) reconhecem que a gestão geralmente enfrenta situações difíceis que exigem decisões como a de privilegiar a conservação dos recursos e afetar a qualidade da experiência do visitante ou ao contrário, mas que de toda forma essas escolhas devem se apoiar em bases técnicas e teóricas, assim como enquadrar-se à legislação vigente.

Stigliano (2004) enfatiza a necessidade de cuidados para o desenvolvimento de atividades turísticas em áreas naturais, considerando a fragilidade e vulnerabilidade das mesmas, assim como a preocupação em não segregar a população local do processo de planejamento e implantação do turismo. Em geral, a autora ressalta a importância de compreender mais profundamente como o ambiente reage ao turismo. Para ela

Sabendo-se que o turismo, especialmente em ambientes naturais e UCs pode trazer conseqüências indesejadas, deve-se ter em mente que há a necessidade de planejamento e de constante monitoramento, com a realização de pesquisas para a análise da evolução das muitas variáveis envolvidas (STIGLIANO, 2004, p.21).

O gerenciamento da visitação, para a autora é um componente de um conjunto de ferramentas administrativas que tem de ser aplicado para a proteção dos recursos e valores da área, ou ainda, pode ser entendida como uma forma de contribuição para alcançar os objetivos de conservação e de visitação pública de uma unidade de conservação.

O “impacto”, segundo Hammitt e Cole (1998), é um termo neutro que quando combinado às questões ecológicas refere-se à descrição de efeitos sobre o meio ambiente, podendo ser positivo ou negativo, além de geralmente não serem estáticos, mudando ao longo do tempo.

Quanto ao papel da gestão de uma área protegida, Hammitt e Cole (1998, p.13) asseguram: *“Management’s role, in general, is not to halt change within wildland areas, but to manage for acceptable levels of environmental change”³³*, denotando a compreensão dos autores sobre a inevitável existência de impactos e qual deve ser a relação de um gestor com esse fato, buscando impedir alterações indesejáveis e lidando com o controle das demais.

A quantidade de utilização de uma área não está, de acordo com eles, diretamente relacionada com a quantidade de impacto, já que há variações entre os

---

³³ O papel da gestão, em geral, não é travar as alterações nas áreas florestais, mas de gerir para que a mudança ambiental seja em níveis aceitáveis.

ambientes, entre as atividades, diferindo, portanto, conforme a intensidade, a frequência e a extensão de área alterada.

De acordo com Magro, Granja e Mendes (1990), as pessoas têm padrões de comportamento distintos, os quais sofrem influências de fatores individuais como idade, gênero, estrutura física, saúde mental entre outros. Para os autores, um bom programa interpretativo deve estudar e analisar esses fatores no intuito de prover atividades pertinentes conforme cada situação.

Hammitt e Cole (1998) também acreditam que as características dos visitantes podem influenciar o grau, o tipo e a distribuição dos impactos ecológicos causados pela recreação em áreas protegidas, indicando a pertinência de se observar o tamanho da área, o tipo de uso, o comportamento e os meios de transporte utilizados.

Segundo os autores, as variáveis ligadas ao uso do visitante e seu comportamento podem, em geral, ser analisadas para determinar quais as potenciais consequências desse uso recreacional, apontando para a categorização das ações dos visitantes entre apropriadas, inapropriadas ou ainda ilegais, dependendo da situação e configuração legal do local.

Eles apresentaram quais fatores estariam ligados ao comportamento do visitante, como a consciência sobre mínimo impacto, o nível de experiência, a motivação, e o grupo social. Apesar disso, os autores reconhecem que é necessário ter cautela ao especular sobre a influência das motivações dos usuários sobre os impactos de recursos já que poucas pesquisas haviam sido realizadas nesse sentido, além de ressaltar que *“visitor’s behavior is a complex phenomenon, rarely determined by a variable”*³⁴ (HAMMITT; COLE, 1998, p. 189)

Nesse sentido, as atividades de educação direcionadas aos visitantes são muito importantes para que a gestão funcione melhor. Para Hammitt e Cole (1998), através de ações educativas que tratem dos recursos da área e o seu uso apropriado, os gestores buscam desenvolver um mínimo impacto por meio de uma mudança permanente no comportamento do visitante.

Não se trata, segundo os autores, de uma panaceia que resolverá tudo, mas a consciência de quem sem educar e cuidar dos visitantes a gestão dos impactos não será eficiente e feliz. Portanto, reafirmam a educação como base fundamental sobre a qual um programa completo de gestão deve ser construído.

---

³⁴ O comportamento do visitante é um fenômeno complexo, raramente determinado por uma variável.

Stigliano (2004) também comenta um dos problemas mais comuns das UCs brasileiras que afeta a gestão da visitação e, consequentemente, a efetividade das ações educativas: a falta de pessoal. Já tratado anteriormente no tópico “Gestão de Unidades de Conservação”, a proporção de funcionários para a quantidade de hectares protegidos no Brasil é baixa e até discrepante em relação a outros países. A autora destaca que é fundamental que essas áreas contem com uma equipe grande o suficiente para fiscalizar os visitantes e guiá-los no intuito de evitar impactos e estimular um comportamento apropriado.

Levando em consideração todos os impactos que podem ocorrer numa área protegida, Hammitt e Cole (1998, p.13) questionam: “não seria melhor que o uso recreativo não existisse?!”. O posicionamento dos autores é atentar que apesar de cada vez mais surgirem estudos que demonstrem os efeitos da visitação, ainda assim é preciso compreender que a sociedade e o poder público criaram essas áreas para possibilitar a recreação e esse propósito deve ser aceito, notando o ser humano como parte de todos os ecossistemas e a gestão de áreas protegidas como forma de conciliar a manutenção dos recursos naturais com a continuidade da visitação, sendo, imprescindível achar um ponto de concordância entre ambos os interesses.

Por fim, quanto à procura de ações que mitiguem os impactos comentados, o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação, publicado pelo ICMBio (2011), descreve ainda as etapas de um modelo de manejo de impactos da visitação subdivididas em cinco partes que compreendem:

1. Organização e Planejamento – definição da equipe e levantamento de informações sobre a visitação na UC (plano de manejo, plano de uso público, mapas, zoneamento, plano de ação emergencial, estudos acadêmicos sobre visitação na área, relatórios e outros documentos afins).
2. Priorização e diagnóstico das atividades de visitação – descrever os lugares/atividades que serão objeto do manejo de impactos da visitação, priorizando os mais urgentes.
3. Estabelecimento do número balizador da visitação (NBV) – estimar a quantidade de visitantes que podem ser recebidos por dias, calculando a capacidade da área para determinada atividade em função das condições de manejo da visitação existentes.

4. Planejamento e Monitoramento de Indicadores – nessa etapa o propósito deve ser monitor os impactos da visitação usando indicadores como elementos chaves para que os gestores saibam o estado das condições de qualidade da experiência do visitante e dos recursos naturais e culturais em relação aos padrões estabelecidos.
5. Avaliação e Ações de Manejo – serve para avaliar se as estratégias de manejo estão sendo eficientes na conservação do ambiente e na qualidade da visitação e como deve ser a continuidade do processo.

3 MATERIAL E MÉTODOS retire o ponto

3.1 Área de Estudo:

Para tratarmos do Parque Estadual de Campos do Jordão, é importante abordarmos primeiro uma série de aspectos que caracterizam a região onde essa unidade de conservação está inserida, sendo, portanto, pertinente apresentar a caracterização geográfica-espacial e socioeconômica do município de Campos do Jordão, interior do estado de São Paulo.

A Figura 14 dá uma noção da dimensão e localização de São Paulo no território brasileiro e em destaque onde o município de Campos do Jordão se encontra no estado paulista.

Figura 14 – Localização de Campos do Jordão no Estado de São Paulo, Brasil

Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu (2012).

3.1.1 Aspectos Geográficos

3.1.1.1 Relevo e Hidrografia

Segundo Pivott (2006), os municípios paulistas localizados na Serra da Mantiqueira (Campos do Jordão, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e

Monteiro Lobato) têm predomínio da declividade de 40 a 60% com as classificações D, E e F, conforme a Tabela 3 explica:

Tabela 3 – Classificação dos Municípios da Serra da Mantiqueira por declividade

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
D (20 a 40%)	Compreende áreas muito inclinadas ou colinosas, onde o escoamento superficial é rápido na maior parte dos solos. A não ser que os declives sejam muito complexos, a maior parte das máquinas agrícolas pode ser usada, mas com dificuldades. Solos desta classe são muito facilmente erodíveis, exceto quando muito permeáveis e não muito arenosos, como alguns latossolos. Normalmente áreas com esta classe de declive somente devem ser utilizadas para cultivos perenes, pastagens ou reflorestamento.
E (40 a 60%)	É representada por áreas fortemente inclinadas, cujo escoamento superficial é muito rápido na maior parte dos solos. Somente máquinas agrícolas especiais ou muito leves podem ser usadas e com dificuldades. Geralmente essas áreas somente devem ser usadas com pastagens ou reflorestamento.
F (60%)	É constituída por áreas íngremes, de regiões montanhosas, onde praticamente nenhum tipo de máquina agrícola pode trafegar. O escoamento superficial é sempre muito rápido e os solos extremamente suscetíveis à erosão hídrica.

Fonte: Moreira et al. (2004, p. 55, *apud* PIVOTT, 2006).

De acordo com Ab'Saber (2003), a topografia da região é montanhosa e acidentada, classificada como “Mares de Morros Florestados” ou “Planalto Atlântico”. Assim, existem no entorno diversos recursos paisagísticos naturais que representam atrativos importantes para o turismo e prática de esportes de aventura.

Na Figura 15 temos a localização de Campos do Jordão em relação às capitais brasileiras mais próximas:

Figura 15 – Localização do município de Campos do Jordão em relação às capitais brasileiras mais próximas

Fonte: Campos do Jordão (2011).

Situado ao leste do Estado de São Paulo nas coordenadas 22° 44' de latitude sul e 45° 30' de longitude, Campos do Jordão registra altitude média de 1700m e possui uma área de 269 km². O município faz limites com os vizinhos paulistas São Bento do Sapucaí, Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal e Guaratinguetá, e com Wenceslau Braz, em Minas Gerais. Em relação aos grandes centros urbanos, o município encontra-se, relativamente próximo, de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, distando respectivamente a 167 km, 303 km e 477 km (PAULO FILHO, 1986; CAMPOS DO JORDÃO, 2011).

Para se chegar até o município a partir da cidade de São Paulo, o acesso pode ser feito pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto até a rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123); ou ainda indo pelas rodovias Presidente Dutra (BR-116), Monteiro Lobato e Floriano Rodrigues Pinheiro, quando a origem é a capital paulista.

A topografia do local de estudo é considerada altamente acidentada. A parcela central de Campos do Jordão apresenta cerca de 75% de áreas onduladas, 10% de zonas mais baixas e 5% de zonas excessivamente íngremes. Quanto à declividade, conta com inclinações que variam entre menos de 17 graus e mais de 45 graus, sendo que suas maiores altitudes de até 1.760 metros estão a noroeste enquanto as mais baixas, de até 1.560 metros encontram-se ao centro (MORAES, 1999, p.62).

Considerando essas características, Pivott (2006) destaca que a concentração urbana do município ocorre em áreas cuja declividade é de 20 a 40%, o que significa que não se enquadram nos parâmetros recomendados para ocupação segundo a proibição contida na Lei Federal nº 8.766/79 sobre ocupações em áreas com declividade acima de 30%, excetuando-se os casos que atendam exigências específicas das autoridades competentes.

Nota-se, portanto, que Campos do Jordão têm seu desenvolvimento estreitamente estabelecido sobre uma unidade geomorfológica constituída de morros arredondados limitados por serras, com ocupação de vales e topos de morros que pelo formato arredondado permitiu a expansão urbana fomentada pelos estímulos da atividade turística (PIVOTT, 2006).

Conjuntamente à expressão do relevo local, a hidrografia da região é também um aspecto relevante. O Rio Capivari é o rio mais importante de Campos do Jordão e suas nascentes se localizam no bairro Umuarama (SCHIAVETTI; FORESTI, 1999).

As bacias do rio Sapucaí- Guaçu e do rio Sapucaí-Mirim que nasce em Santo Antônio do Pinhal formam as duas principais bacias hidrográficas da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Serra da Mantiqueira – UGRHI-137. Ambas se direcionam ao território mineiro rumo ao rio Grande através da vertente norte da Serra da Mantiqueira. A unidade do rio Sapucaí-Guaçu corresponde a 293,5 km² de área, e 90% dela encontra-se dentro dos limites de Campos do Jordão, sendo os 10% restantes localizados em São Bento do Sapucaí. Já a unidade do rio Sapucaí-Mirim tem 392,5 km² de área, correspondendo à totalidade do Município de Santo Antônio do Pinhal, 90% de São Bento do Sapucaí e 10% de Campos do Jordão (COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA SERRA DA MANTIQUEIRA, 2009).

Observa-se, portanto, que as duas bacias hidrográficas mencionadas têm grande importância para o fornecimento de água devido à magnitude da inter-relação entre os cursos d'água e mananciais superficiais da Serra da Mantiqueira, de alguns estados

brasileiros e até mesmo de outros países já que nesse panorama são encontradas algumas nascentes da bacia do rio da Prata (CBH-SM, 2009).

3.1.1.2 Clima

Como peculiaridade da Serra da Mantiqueira, o clima local recebe fortes influências das condições da geografia onde se encontra devido às associações com a circulação atmosférica que atua no sudeste brasileiro.

Ab'Sáber (2003, p.49) comentando sobre o clima da região, cita a classificação de Köppen, como Cwb, ou mesotérmico, com inverno seco e verão brando e chuvoso, onde a temperatura nos meses mais quentes raramente passam dos 22° C e nos meses mais frios, e também mais secos, as médias ficam em torno de 16,5° C, porém as maiores baixas podem atingir mínimas negativas de até -12°C, com ocorrência de geadas.

A amplitude térmica diária deste tipo de clima é um dos maiores atrativos para o desenvolvimento do turismo, pois mesmo no verão as temperaturas são amenas, variando bastante durante o dia, chegando a mais de 30° C, porém as noites são predominantemente frescas, ficando em torno dos 15° C (SIRGADO, 2001; AB'SÁBER, 2003).

As especificidades do clima local, as temperaturas brandas, a insolação mais longa e mais intensa, o ar mais seco, bem como a paisagem de morros verde e oxigênio puro propiciaram comparações que tornaram Campos do Jordão conhecida como a “Suíça brasileira” (ROZETO; LIMA, 1968, p. 103).

Independentemente da comparação, é notável que o clima destaca-se como um dos principais atrativos turísticos jordanenses, pois oferece uma sensação diferente do clima tropical e quente que abrange a maior parte do território brasileiro.

3.1.1.3 Vegetação

Segundo o Inventário do Instituto Florestal do Estado de São Paulo (São Paulo, 2005), Campos do Jordão abrange uma área de 13.061 ha de vegetação natural remanescente em região montanhosa, entre altitudes que variam de 1500 m a 2000 m e apresenta o tipo de vegetação classificado como Floresta Ombrófila Densa, uma componente da Mata Atlântica brasileira.

Conhecida como “Mata de Araucária”, a Floresta Ombrófila Mista é também relevante no cenário da vegetação jordanense. Chamada ainda de “Pinheiral” é caracterizada por gêneros como *Drimys*, *Araucaria* e *Podocarpus*. No Parque Estadual de Campos do Jordão nota-se a preservação dessa formação vegetativa, especialmente da araucária (*Araucaria angustifolia*), uma espécie ameaçada de extinção que nessa unidade de conservação se sobressai entre as demais (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991).

De alta representatividade para a paisagem de Campos do Jordão, o gênero Araucária é, segundo Câmara (1991), como um fóssil vivo, pois está representado por poucas espécies que se distribuem sem continuidade na Austrália, Nova Guiné, Nova Caledônia e ilhas vizinhas e na América do Sul, onde ocorrem apenas duas espécies: *A. araucana* e *A. angustifolia*. No Brasil, a *A. angustifolia* distribuía-se de maneira contínua no Planalto Meridional Brasileiro (RS), ao norte do Rio Jacuí, (Santa Catarina e Paraná) e, em maciços descontínuos, nas partes elevadas de São Paulo e Rio de Janeiro sendo reduzida ao longo do tempo devido à pressão antrópica. O pinheirinho ou pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii*) é também uma espécie de conífera nativa que se associa às araucárias.

Os Campos de Altitude formam uma vegetação associada à Floresta Ombrófila Mista e incidem nas áreas situadas acima dos 1.800 m de altitude. Segundo Seibert et al. (1975), os Campos de Altitude podem ser descritos pela ocorrência de elementos como *Dyckia* sp., *Esterhazyia* sp., *Senecio* sp., *Drosera* sp. e *Erigeron* sp.

De maneira geral, há profundas modificações na área devido à exploração de madeira e outros usos do solo que comprometeram a vegetação original, ainda existindo em meio ao espaço protegido áreas que foram reflorestadas com *Pinus*, datadas da época em que o plantio das mesmas tinha incentivo fiscal (PAULO FILHO, 1986).

3.2 Aspectos históricos, socioeconômicos e ambientais

Em sua obra História de Campos do Jordão, Paulo Filho (1986) compila as informações desde os primórdios da ocupação da região jordanense e nos apresenta o caminho inicial que deu origem ao município. Segundo ele, as terras situadas na Serra da Mantiqueira ficaram algum tempo abandonadas após a ocupação por sertanistas, sendo, anos mais tarde, já em 1771, restabelecidas por Ignácio Caetano Vieira de

Carvalho que tomou posse da área e a registrou em São Paulo sob seu domínio com a denominação Campos do Alto da Mantiqueira.

Após a morte de Ignácio de Carvalho, ocorrida em 1823, seus herdeiros venderam as terras para o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão perto da época de Natal de 1825, motivo que o levou a batizar a área agora como Fazenda Natal (BRANDÃO, 1999, p. 88).

Como município, considera-se que Campos do Jordão foi criado em 1874 e teve como fundador Mateus da Costa Pinto que havia adquirido uma gleba na Fazenda Natal e construiu ali uma pensão para doentes que sofriam de tuberculose. A essa altura, as terras que eram chamadas de campos de Ignácio Caetano já tinham passado a ser conhecidas como os campos do Jordão. Em 1891 as terras que eram de Mateus Pinto foram compradas pelo Dr. Domingos Jaguaribe que deu seu nome para a então conhecida Vila Jaguaribe (PAULO FILHO, 1986).

Posteriormente, foi construído o Hotel Salto pelo herdeiro caçula do brigadeiro Jordão, o primeiro dedicado aos doentes às margens do ribeirão do Salto, de onde vem o início da formação da Vila Capivari (ROZETO; LIMA, 1968).

Até 1934, Campos do Jordão foi um distrito do município de São Bento do Sapucaí, porém, mesmo sem autonomia ainda a área se desenvolveu e passou por diversos acontecimentos importantes, dentre eles a construção da linha férrea com ligação ao Vale do Paraíba inaugurada em 1915 e depois eletrificada pela companhia inglesa *The Electric English Company* em 1924. Também na década de 1920, o território jordanense firma-se como centro de referência no tratamento das doenças pulmonares, recebendo de todas as partes do país os enfermos que tinham condições de ir até lá (PAULO FILHO, 1997).

Na década de 1930 nota-se uma demanda pelo clima oriunda da classe alta, principalmente de São Paulo, capital, que instala no município casas de veraneio para suas temporadas livres, iniciando-se assim uma mudança na fisionomia de Campos do Jordão. É a partir da sucessiva implementação das construções de segunda residência que se dá a fase de transição da cidade-saúde para a cidade-Turismo (PAULO FILHO, 1986).

Assim, a atividade turística em Campos do Jordão tornou-se ao longo das décadas seguintes sua principal vocação suprimindo a agricultura e os serviços terapêuticos que foram destaques da área anteriormente.

Segundo Pivott (2006), a construção do Grande Hotel em 1944 e as obras do Palácio Boa Vista impulsionadas pelo Estado de São Paulo, marcaram a história da cidade, bem como a criação pelo Decreto nº 11.908 do Parque Estadual de Campos do Jordão em 1941. O Palácio Boa Vista, destinado a ser residência de inverno do Governador paulista, passou por uma transformação em 1970 quando foi declarado Monumento Público e Centro Cultural, permitindo então a visitação em algumas partes sem comprometer a sua função principal.

Segundo Cavaco e Fonseca (2001, p.116), “O turismo é, sem dúvida, a grande actividade ou a actividade motora da economia de Campos do Jordão”, ou seja, conforme explicado por Silva (2003), trata-se de um município cuja economia está baseada essencialmente no turismo.

Quanto à população residente, essa apresentou um processo de ocupação urbana peculiar e desordenado devido à atratividade causada sobre pessoas de outras regiões que se fixaram no município ou por se identificar com suas especificidades ou para trabalhar e empreender no local. Esse incremento populacional criou uma demanda por serviços de abastecimento, saneamento, entre outros, acima do potencial existente, o que sobrecarregou a infraestrutura da cidade.

De acordo com Paulo Filho (1986), o processo de desenvolvimento urbano está estreitamente relacionado aos loteamentos criados pela iniciativa privada, os quais foram importantes para o desempenho da estância turística no seu início, porém desde a década de 1970 são percebidos os impactos negativos e o comprometimento da ocupação urbana ligada à forte especulação imobiliária que coordenou, indiretamente, a transformação da paisagem por meio do desmatamento de florestas e ações sobre a paisagem natural dos morros jordanenses que culminaram em situações preocupantes de erosão.

Nota-se essa pressão observando que o censo de 1920 contava 4.100 habitantes e em 1986 já eram cerca de 37.000 (PAULO FILHO, 1986). Atualmente, segundo o IBGE (2010), o município tem em torno de 47 mil habitantes, resultante do processo de crescimento populacional das últimas décadas.

3.2.1 A consolidação do turismo em Campos do Jordão

No decorrer de sua trajetória como cidade turística, Campos do Jordão passou por períodos marcados por características mais notáveis que outras e que foram

significantes para a consolidação do município como destino de visitaço famoso no Estado de São Paulo e no Brasil.

Principalmente a partir da década de 1940 o turismo se instalou ali e direcionou seu desenvolvimento neste sentido. Na década de 1960 percebia-se a presença dos turistas que, segundo Hammerl (2007), eram majoritariamente da alta classe, empresários e industriais que construíram casas de veraneio de luxo e frequentavam os hotéis cidade. A autora ainda relata que devido ao incremento de visitantes houve também notáveis melhorias no comércio local, nos hotéis e restaurantes, configurando uma fase de elitização do turismo, quando os estabelecimentos eram exaltados pelas luxuosas instalações e considerados alvo de orgulho. Já na década de 1980 há sucessiva decadência do elitismo devido ao início da visitaço em massa.

Em seu trabalho, ela teve acesso aos periódicos “A Cidade de Campos do Jordão” pelos quais pôde levantar informações interessantes sobre o desenvolvimento da atividade turística no local de estudo. Dessa forma, a autora notou fases de posicionamento diferentes a respeito das considerações sobre Campos do Jordão e da forma de promover o município, afirmando a ocorrência da redução de elementos que vinculavam a imagem local aos recursos terapêuticos e o fomento da divulgação das propriedades cênicas, naturais e favoráveis à visitaço.

Nota-se que o turismo de segunda residência faz parte da construção da atividade no município jordanense. Segundo Sena e Queiroz (2009), a segunda residência é um conceito amplo e complexo que, pela profusão de termos restritivos como casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias etc, ainda carece de um consenso terminológico. De forma geral, as autoras compreendem a residência secundária como um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias.

Esse tipo de ocorrência pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno e construção do imóvel ou a compra dele pronto, somados a impostos, manutenção e meio de transporte, geralmente automóveis particulares. Tais características permitiram às autoras afirmar que “segunda residência (é) uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social” (SENA; QUEIROZ, 2009, p. 160).

Para Sena e Queiroz (2009) é importante compreender, que a capitalização desenfreada do litoral para a construção de segundas residências, que também pode ser

vista em outras áreas, como a região de Campos de Jordão, tem impulsionado a degradação da paisagem natural e a redução da própria atividade turística, o que, consequentemente, também ocasiona a perda da sustentabilidade da população local já que o emprego de grande parte dela está vinculado ao turismo.

Conjuntamente ao que já foi apresentado, somam-se outros fatores à consolidação da atividade turística no local, como a criação da Diretoria Municipal de Turismo em 1952, a jurisdição da Estrada de Ferro de Campos do Jordão passa para a secretaria de turismo em 1972 e, em 1978, por meio da Lei nº 1844, a cidade conquista a denominação de Estância Turística (MASAKAZU, 1985).

Com a intenção de assegurar a instalação do turismo no município, também são feitas modificações para realçar ou criar elementos que deem mais “graça” ao local. Para Almeida (2006), o espaço e o território turistificados têm passado por transformações e adaptações com o intuito de destacar aspectos visuais que representem o lugar que se espera que os visitantes desejem ver.

Nesse contexto, portanto, segundo Hirata e Queiroz (2012), os visitantes são agentes transformadores dessa realidade, agitando essa cidade da Serra da Mantiqueira e impulsionando o estabelecimento de significados socialmente construídos e que fazem parte do imaginário coletivo dos turistas.

As consequências dessa “manipulação” podem, no entanto, não alcançar apenas benefícios já que é também capaz de reforçar estereótipos e desconstruir formas tradicionais de organizações e gerar conflitos entre as paisagens voltadas para os turistas e as paisagens do dia-a-dia local. Segundo Silva (2003), Campos do Jordão pode ser considerada uma “farsa” como cidade europeia no Brasil, promovendo uma “*paisagem idealizada*” (p. 91) por meio de um cenário que transmite a falsa ideia de “pitoresco”.

Hirata e Queiroz (2012) acreditam que Campos do Jordão propicia aos visitantes o contato com aquilo que lhes parece diferente e interessante, por não vivenciarem dessa atmosfera no cotidiano, tratando-se, portanto, de um espaço de lazer onde é possível se distanciar da rotina desgastante cujos componentes incluem poluição, violência, barulho, estresse entre outros.

Amarrada aos fatores climáticos, a atividade turística em Campos do Jordão é vista por Almeida (2006, p.41) da seguinte forma:

Todos os anos, nos [sic] mês de julho, a cidade atrai milhares de turistas e excursionistas, com grande público formado pelas classes de consumo A e B,

tornando Capivari, onde está o comércio mais sofisticado, uma vitrine para o lançamento de novos produtos por parte de companhias de diversos segmentos. Empresas de automóveis, eletroeletrônicos, vestuário, degustação gastronômica etc., montam “stands” temporários, aproveitando o trânsito incessante de pedestres pelas ruas do pequeno bairro. Em decorrência da expansão turística nessa região da Serra da Mantiqueira, muitos problemas e impactos negativos surgiram, tais como roubos, furtos, mendicância, vandalismo, congestionamento entre outros.

Sobre as consequências negativas do turismo no município, o mesmo autor salienta que existem muitos problemas em função dessa expansão do turismo, os quais são percebidos por congestionamentos, roubos e furtos, mendicância, vandalismo na paisagem dentre outros que ocorrem a cada temporada.

Segundo Soares (2001), as opções de lazer têm crescido e atualmente são oferecidas atividades diversificadas para os diferentes tipos de público, envolvendo desde a pesca de truta, as caminhadas, passeios a cavalo, campos de golfe, festivais gastronômicos e culturais até a patinação no gelo, esportes radicais e de aventura.

Almeida (2006) complementa essa afirmação e acentua que a sazonalidade tem forçado o governo local e os empresários a disporem de novas opções de turismo que possam ser realizados em todas as épocas do ano, abrindo assim o leque de oportunidades de lazer a oferecer ao visitante para que a economia local mantenha-se dinâmica nas estações além do inverno, promovendo a diversificação de usos do espaço e outras formas de apropriação da paisagem para a oferta turística abra novos rumos à organização do espaço em Campos do Jordão.

Hirata e Queiroz (2012), no artigo “Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP)” apresentam o estudo que reuniu dados obtidos com 72 turistas no período de alta temporada dos anos de 2007 a 2011. As autoras buscaram discutir as atividades turísticas em Campos do Jordão levantando o perfil dos visitantes e considerando a percepção ambiental e motivação dos turistas.

Nos resultados, foi observado um equilíbrio de gênero entre os visitantes e a concentração etária na faixa dos 26 aos 40 anos. Dos entrevistados, 71,15% declararam ter utilizado automóvel particular para chegar ao destino e 64,71% já conheciam o município jordanense. Outro dado interessante é que 43,9% eram da capital paulista.

Num segundo momento, as questões foram voltadas à percepção dos entrevistados. Indagados a dar sua opinião sobre quais seriam os principais impactos ambientais do turismo sobre o município, a maior parte mencionou efeitos negativos,

concentrando a indicação de geração de lixo e resíduo, seguidos pela degradação ambiental, especulação imobiliária, congestionamento e, como fator positivo as melhorias na economia local.

Já sobre a motivação para visitar Campos do Jordão, a resposta mais citada foi o clima “frio” (baixas temperaturas características da área na alta temporada), seguida pelo interesse na culinária local, a paisagem dentre outros. As autoras destacaram que, mais de um terço dos entrevistados afirmou conhecer o PECJ, no entanto, ele não foi mencionado entre os principais atrativos. Para elas, esse pode ser um indício de que essa UC é relevante no contexto municipal e regional, porém seu potencial como atrativo turístico não é plenamente desenvolvido, além de outros pontos, no geral, despertarem mais interesse.

Hirata e Queiroz (2012) evidenciam em seu estudo que a relação entre o visitante e o município e a população local é distante, observando que fatores de impacto como a construção de complexos hoteleiros e condomínios de segunda residência não foram mencionados, tão pouco a percepção da desigualdade social ali presente. Por isso, dentre as considerações apresentadas, elas notaram que

há indício de que a estadia dos visitantes é estreitamente relacionada ao espaço construído para recebê-los, concentrados nas vilas turísticas intencionalmente projetadas para o perfil turístico apresentado, não havendo relação com o espaço do município como um todo, incluindo suas fragilidades ambientais e de inclusão social dos moradores locais (HIRATA; QUEIROZ, 2012, p. 496).

Alguns pontos levantados pelo estudo citado, especialmente sobre a relação entre o visitante e o local podem ser percebidos em outros destinos turísticos, não sendo uma realidade exclusiva de Campos do Jordão, mas uma situação a qual outras localidades estão sujeitas a vivenciar.

Enfim, passados cerca de setenta anos da inauguração do primeiro hotel em Campos do Jordão, no ano de 1943, o município conta atualmente com mais de 70 meios de hospedagem cadastradas pela Prefeitura, de acordo com Araújo (2008).

Cavaco e Fonseca (2001) notaram, em sua obra “Território e Turismo no Brasil: uma introdução”, que incluiu estudos no interior paulista, que a função terapêutica do clima jordanense apagou-se diante dos avanços da medicina e ao mesmo tempo foi acentuada a busca pelo climatismo, ecoturismo e turismo cultural, citando o Festival de Inverno, realizado anualmente na cidade.

As autoras afirmam que, atualmente, “O turismo é, sem dúvida, a grande actividade ou a actividade motora da economia de Campos do Jordão, que induz por sua vez o comércio” (CAVACO; FONSECA, 2001, p. 116).

A Prefeitura de Campos do Jordão, em sua *homepage* (2012), reitera que a maior fonte de renda é o turismo como atividade responsável pelo desenvolvimento do município, somado a outros setores, como a indústria de confecção de malhas, chocolates, artesanatos e exploração de água mineral. Segundo Araújo (2008), esse município paulista é um dos principais destinos turísticos do Brasil, recebendo cerca de três milhões de visitantes por ano.

Gallo Junior, Olivato e Carvalho (2010) relacionam a alta expressividade alcançada com o turismo no município com o surgimento de problemas que acarretaram em uma notável especulação imobiliária através da implantação de inúmeros loteamentos, e demais construções cujas instalações muitas vezes não têm a devida infraestrutura urbana.

Os autores comentam ainda sobre a ocorrência de uma população flutuante que cresce na alta estação, especialmente em julho além de alterações da população residente que tem emergido progressivamente para a área urbana, alcançando uma taxa de urbanização superior aos 98% a partir da década de 1990.

De acordo com Gallo Junior, Olivato e Carvalho (2010, p.4), o município de Campos do Jordão abriga em seu território seis unidades de conservação que fazem parte do SNUC (BRASIL, 2000). São elas: Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira; Área de Proteção Ambiental Estadual de Campos do Jordão; Área de Proteção Ambiental Municipal de Campos do Jordão; Parque Estadual de Campos do Jordão; Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão; e Parque Estadual da Represa do Fojo.

Para eles, apesar de toda a proteção legal decorrente do estabelecimento dessas UCs, não há garantias de que ali ocorre uma efetiva proteção do meio ambiente, pois nesse contexto há uma série de problemas ambientais que permeiam essa condição através de ocupação irregular e desordenada de áreas de risco, construções de alto padrão acima de 1.800 m de altitude, diminuição da vegetação original e aumento da pressão sobre as UC, precariedade das condições socioeconômicas de grande parte da população local assim como carência de saneamento básico e de infraestrutura urbana entre outros.

Ainda segundo os autores de Sobreposição de territórios e festão de unidades de conservação de proteção integral: estudo aplicado ao município de Campos do Jordão,

O município de Campos do Jordão é um reflexo do processo de criação de Unidades de Conservação e da formulação das políticas públicas de proteção ao meio ambiente no Brasil, que historicamente tem ocorrido de forma desarticulada entre as esferas governamentais e sem o devido planejamento (GALLO JUNIOR; OLIVATO; CARVALHO, 2010, p. 10).

Diante de tais observações, eles enfatizam que é imprescindível a que a implantação de áreas protegidas ocorra de forma instrumentalizada e pertinente às especificidades locais, contando uma gestão integrada e eficiente, contando com o engajamento da sociedade nesse processo.

3.3 Parque Estadual de Campos do Jordão

O Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ), criado em 27 de março de 1941 pelo Dec. Lei 11.908, é o mais antigo do estado de São Paulo e ocupa cerca de um terço do território do município de Campos do Jordão com 8341 ha que abrigam um dos remanescentes da Mata Atlântica com ocorrência de araucárias, símbolo local estampada na bandeira municipal e em outras representações do município. Com mais de 70 anos de existência o parque já passou por muitas fases até seu nível de implantação atual. É popularmente conhecido na região como Horto Florestal e está a cerca de 13 km do centro da cidade, acessado pela Estrada do Horto que leva até a Avenida Pedro Paulo, onde se encontra o PECJ, ao nordeste do município como pode ser visto na Figura 16.

Figura 16 – Mapa Florestal de Campos do Jordão

Fonte: Instituto Florestal (2011).

No parque ainda podemos encontrar o prédio da Serraria, uma marca do cenário anterior à criação da UC e um patrimônio histórico que lembra a exploração que a região sofria por volta da década de 1920 quando era utilizada para o processamento da madeira, principalmente da araucária. Hoje a estrutura continua tendo algumas funções para manutenção do parque e para a visitação, porém as condições de conservação evidenciam a necessidade de uma restauração.

A partir de depoimentos de funcionários antigos, acredita-se que desde a década de 1980 o uso público ocorre no parque, época em que haviam algumas áreas de piquenique, lagos, o viveiro e apenas a Trilha da Cachoeira estava disponível para caminhadas o que persistiu até a década de 1990 quando novas trilhas foram implantadas.

Incluídas entre os principais atrativos do PECJ, as atuais seis trilhas variam em dificuldade, distância e paisagem, e passam por picos, rios e cachoeiras. Dessas, três delas possuem grau de dificuldade baixo, duas um grau médio e uma com dificuldade elevada. Descritas em suas especificidades, temos:

1. **Trilha Monteiro Lobato** – de baixo grau de dificuldade, a extensão da trilha é de apenas 250 metros e indicada especialmente para crianças. Seu atrativo é acompanhar o riacho das trutas. Antigamente contava com esculturas de personagens do autor famoso que foram retiradas há alguns anos devido ao estado de conservação ruim.
2. **Trilha das Quatro Pontes** – também de fácil acesso, sua distância atinge cerca de 1 quilômetro e é muito procurada pelas crianças principalmente por causa das duas pontes pênséis que compõem o caminho. O parque a utiliza em atividades de educação ambiental para tratar de questões como a poluição da água e a conservação da mata ciliar.
3. **Trilha da Cachoeira** – Apesar de ter uma extensão maior, de 4,7 quilômetros, o grau de dificuldade do percurso é baixo, possui alguns bancos para descanso ao longo do trajeto e atrai os visitantes em especial pela Cachoeira do Galharada.
4. **Trilha do Rio Sapucaí** – Com dificuldade considerada média, essa trilha tem 2,6 quilômetros de distância por onde podem ser vistas araucárias centenárias e o rio Sapucaí Guaçu.

5. **Trilha Campos** – também de dificuldade média, é um pouco menos longa que a anterior e tem 3 quilômetros de extensão formados por um misto de mata conservada, área de campo e reflorestamento. É uma das mais procuradas por escolas e universidade para atividade de maior aproximação com a natureza, assim como por visitantes mais experientes e ecoturistas.
6. **Trilha Celestina** – única das trilhas com grau de dificuldade considerado alto, o caminho de 8,5 quilômetros passa através da Mata Atlântica com araucárias, os Campos de Altitude e a uma visão panorâmica a quase 2000 metros de altitude (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009).

A infraestrutura encontrada no parque atualmente corresponde a construções utilizadas para a administração, atendimento aos funcionários e recepção de visitantes. Na entrada do parque podem ser vistas placas de sinalização que indicam algumas dessas estruturas bem como os atrativos da unidade.

Os serviços terceirizados que podem ser encontrados no parque atendem a demanda por alimentação, lazer e souvenirs. Assim, há a cantina, o café e chocolates, o trenzinho, 2 lojas de artesanato e souvenirs, viveiro com loja de plantas e agência de ecoturismo que promove atividades de arborismo, caminhadas interpretativas e rapel.

Na compreensão de Stigliano (2004, p.97), o PECJ tem uma das maiores infraestruturas para uso público dentre as UCs paulistas e acredita que ele

Possui atrativos variados e atende pessoas com interesses distintos, desde famílias que querem passar um dia inteiro no Parque, até pessoas que permanecem na área por menos de uma hora, apesar destes últimos serem minoria.

Segundo a autora, o parque é uma das unidades de conservação mais visitadas no estado de São Paulo e de acordo com uma entrevista que realizou com o gestor da época do estudo, somente no mês de julho de 2002 ele recebeu mais de 29 mil visitantes.

Até 2007, devido à ausência de um sistema de coleta de dados mais específico, a gestão do parque fazia duas subdivisões dos visitantes: portaria e grupos. Os dados da portaria são referentes aos ingressos vendidos na portaria da unidade e agrupam as famílias, turistas, grupos de amigos, portadores de necessidades especiais etc. E a

categoria grupos, quantificada através das informações de ofícios de solicitação encaminhados ao parque, era formada por escolas (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio), universidades, escolas técnicas, grupos de idosos e excursões organizadas. Dessa forma, o plano emergencial relata que em 2007 89% dos visitantes foram contabilizados na portaria e 11% como grupos, contando, respectivamente em cada categoria com 55.947 e 6.590 visitantes.

A partir de maio de 2009 foi possível implantar uma nova forma de categorização dos visitantes com a diferenciação dos ingressos entre inteiro, estudante e isentos.

Numa contextualização da área onde o parque está inserido, o Plano Emergencial nota o município de Campos do Jordão como um destino turístico muito procurado pelas classes A e B da sociedade evidenciando a atratividade da estância para os indivíduos mais abastados e também destino comum do turismo de segunda residência.

Além da visitação, PECJ também é muito procurado como alvo de pesquisas científicas de diversos temas. Por meio de um levantamento junto à Comissão Técnico-Científica (COTEC), ligada ao Instituto Florestal, foram conferidos entre 1980 e 2008 mais de 100 trabalhos realizados no parque, com uma parte ainda em andamento. Os principais temas abordados contemplam estudos sobre fauna, biologia florestal, educação ambiental, manejo de áreas silvestres, conservação, melhoramento genético e tecnologia, e utilização de produtos florestais. As pesquisas são feitas em menor parte pelo IF e 85% são desenvolvidas por indivíduos ligados às instituições de ensino e pesquisa, especialmente pelas paulistas como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (UNESP) entre outras.

Pioneira não apenas por ser um dos primeiros parques brasileiros, o Plano de Manejo da unidade também foi um dos primeiros a serem feitos. Criado em 1975, o plano contou com o trabalho do Instituto Florestal, com o diretor da época, Marco Antônio Pupio Marcondes e mais profissionais em conjunto com Paul Seibert, então profissional da Universidade de Munique, Alemanha.

No entanto, apesar de ser ainda um instrumento importante para a história e gestão do parque, um novo Plano de Manejo está sendo preparado devido à necessidade de atualização de diversos conceitos devido à defasagem do atual. Segundo Stigliano

(2004), o fator temporal pesa sobre a funcionalidade dele no momento atual e o distanciamento do mesmo da abordagem que se tem hoje sobre diversos aspectos uma vez que nesses quase 40 anos de criação tem-se um cenário muito diferente do da época, especialmente pelo fortalecimento do movimento ambientalista.

Até o presente momento, abril de 2013, o Plano de Manejo ainda não está pronto, mas estima-se que seja concluído entre julho e agosto desse ano. De acordo com informações do parque, o novo plano está sendo feito com recursos vindos de uma compensação ambiental da Petrobras-Revap. Em 2009, foi necessária a elaboração do Plano Emergencial de Uso Público (PEUP) do Parque Estadual de Campos do Jordão que permitiu que ações fossem providenciadas para suprir a demanda ligada à visitação daquele momento.

No plano emergencial, a equipe autora faz um diagnóstico que evidencia que a situação ruim e inapropriada de boa parte da infraestrutura em geral, dos equipamentos do parque utilizados pelo e para o uso público.

O Centro de Visitantes que até então contava com auditório, biblioteca e brinquedoteca estava com conservação ruim e inadequado às demandas e necessidades do visitante, faltava informações sobre a UC e também era inacessível a portadores de necessidades especiais.

Quanto ao estacionamento do parque, estavam evidentes problemas com a localização do mesmo, como uma parte estar situada em uma Área de Preservação Permanente (APP), além de não atender satisfatoriamente a demanda na alta temporada, fins de semana e feriados quando, segundo o plano emergencial, a UC registra a entrada de mais de 300 veículos por dia.

A sinalização existente no PECJ, com um modelo já antigo usado pelo IF, mostra-se insuficiente nos dias de hoje e encontra-se em condições precárias de conservação, evidenciando a necessidade de renovação da mesma. Essa substituição depende, no entanto, da definição de um modelo padronizado pela Fundação Florestal, bem como de recursos orçamentários.

A intenção é que as instalações passem por reformas que as habilitem a proporcionar momentos de interação entre o visitante e o parque, aproveitando ainda os conhecimentos gerados pelas pesquisas para difundi-los e dinamizar o contato com o público, motivando-o à sensibilização sobre as questões ecológicas.

Outra questão abordada pelo plano emergencial que se alinha às dificuldades de gestão da visitação é a quantidade de monitores ambientais disponíveis. Segundo o PEUP, até 2008 o PECJ tinha apenas dois monitores contratados e um voluntário, sendo preciso priorizar o atendimento a grupos. A partir de 2009, com a contratação de mais dois monitores foi aberta a possibilidade de melhorar o atendimento ao público.

A principal função dos monitores ambientais, segundo o PEUP (2009), é acompanhar grupos de visitantes e auxiliar no processo educativo, difundindo conhecimentos sobre o parque. Aos finais de semana e feriados também são responsáveis por dar orientações gerais e suporte aos visitantes. Além dessas atividades, os profissionais devem auxiliar no programa de proteção, dar apoio à portaria, diagnosticar irregularidades da infraestrutura da área de uso intensivo e trilhas e ainda trabalhar na confecção de placas para sinalização interna do PECJ.

Em suma, as principais reivindicações que constam no Plano Emergencial de Uso Público sobre a recepção e atendimento ao visitante visam, dentre outras coisas, reformas nas instalações, criação e produção de folhetos e materiais sobre o PECJ, ampliação e qualificação de monitores e vigilantes e adequação do posto médico. O alojamento para pesquisadores e estudantes, atualmente desativado, precisa ser realocado e ampliar sua capacidade de atendimento. Por fim, pertinente às ações de educação ambiental, é necessário implantar uma base para atendimento de um programa voltado a ela e a substituição das lixeiras existentes para inserção de coleta seletiva.

Um fator muito importante para o PECJ é que a sua situação fundiária está totalmente regularizada, o que lhe confere menos preocupações nesse sentido, mas não o isenta de outras complicações em seu território. De acordo com o PEUP (2009), há sérias ameaças à conservação da biodiversidade do parque devido à caça, a pesca e a criação de gado e cavalos que apesar de serem criados nas propriedades de entorno, às vezes invadem a área do parque. Também causa preocupação o plantio extenso de espécies exóticas, como o pinus, e a dispersão aérea de sementes característica, na área da unidade e no seu entorno, representando uma ameaça à conservação dos campos de altitude.

Desde a sua criação, o Parque Estadual de Campos do Jordão passou por mudanças de gestão decorrentes de alterações e surgimento de novos órgãos responsáveis pelas áreas protegidas do Estado.

Ligada à Secretaria de Meio Ambiente do estado, a gestão do PECJ foi de incumbência do Instituto Florestal (IF) até 2008 com o gestor Marco Pupio Marcondes quando o parque passou a ser gerido pela Fundação Florestal, também parte da SMA, pela gestora Célia Serrano. Essa recente mudança de órgão gestor foi decorrente do Decreto Estadual nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006 que criou o Sistema Estadual de Florestas conforme explicado anteriormente revisão bibliográfica que trata da gestão das UCs paulistas.

Em seu estudo, Giralabella (2009), apresenta a visão dos gestores de quatro parques estaduais paulistas entrevistados no intuito de levantar seus posicionamentos sobre plano de manejo e conselho consultivo. Nesse trabalho, a autora aborda também a opinião desses gestores sobre as mudanças na gestão das unidades de conservação paulistas em relação ao processo de transição do Instituto Florestal para a Fundação Florestal.

Dentre os entrevistados, Célia Serrano, então à frente do Parque Estadual de Campos do Jordão, comenta sobre a mudança citando benefícios como a profissionalização e a agilidade na administração, além da autonomia da FF em algumas questões jurídicas, vendo a alteração de forma positiva.

Os comentários dos outros gestores, responsáveis pelo Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba), Parque Estadual Ilha do Cardoso e Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira, enunciaram em seus comentários opiniões distintas, apontando a falta de histórico para avaliar mudanças, mas também mencionaram que a mudança tem indicado bons resultados.

Em outro momento, Giralabella (2009) elenca os principais comentários dos gestores numa avaliação do uso público que ocorre especificamente em cada parque. A gestora do PECJ declarou perceber que a unidade ainda está bem distante de aproveitar todo o seu potencial e a necessidade de se desenvolver mais atrativos que ampliem a participação já que o aumento da visitação tem sido notável.

Desde o segundo semestre de 2012, Mauro Castex passou a ser o gestor do parque e tem sido responsável pela continuação do Plano de Manejo que está sendo elaborado. A partir do início de 2013 os valores dos ingressos foram fixados em R\$ 9,00 para pessoas entre 8 e 60 anos de idade e R\$ 4,50 para estudantes e idosos.

Reunindo os dados de visitação do parque entre 2002 e 2008 que constam no PEUP (2009) com as informações mais recentes concedidas pela Fundação Florestal em 2013, temos a Figura 17.

Figura 17 – Visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão entre 2002 e 2012

Fonte: Fundação Florestal (2009; 2013).

A observação da Figura 17 e a apresentação da quantidade de visitantes permite inferir que no período de dez anos o crescimento da demanda do público foi de 55%. E se calcularmos o incremento de 2012 em relação a 2008 quando os dados indicam a menor visitação dos últimos anos e coincide com a chegada da FF, temos 131% de aumento.

Nota-se que o PECJ engendra em si uma série de questões ligadas à gestão socioambiental do seu território, principalmente, relacionados aos impactos da visitação e outros usos do seu entorno. Por ser um dos parques paulistas mais visitados, e também, provavelmente, uma das UCs brasileiras com mais visitantes, existem muitas preocupações com a efetividade da gestão dessa unidade para suportar as ameaças que ela sofre e conciliar suas funções de preservação e uso público na procura de evitar que o local fique sujeito à degradação dos seus recursos naturais ao passo que é oferecida qualidade cada vez maior para a experiência do visitante.

No intuito de averiguar outras fontes menos formais que apresentassem informações sobre a visitação no PECJ, foi acessado o TripAdvisor® onde encontra-se uma página com descrição, fotos e avaliações de indivíduos que já estiveram na UC.

Sem pretensões de afirmar os dados divulgados pelo *site* como resultado científico, a contribuição dos itens observados é ilustrativa.

O TripAdvisor®, segundo sua *homepage* no Brasil, é um *site* que oferece recomendações para ou sobre hotéis, resorts, pousadas, férias, pacotes de viagem, pacotes de férias, guias de viagem entre outras coisas. Trata-se de uma empresa presente em vários países que iniciou seus negócios em 2000.

Numa pesquisa superficial de artigos científicos publicados sobre o mesmo encontram-se referências como “*the largest online network of travel consumers to establish its current practices and challenges*”³⁵ (O’CONNOR, 2008, p.47) ou como “*the most prominent travel review site*”³⁶ (GRETZEL; YOO, 2008, p.35).

O site apresenta o Parque Estadual de Campos do Jordão com o nome Horto Florestal, como é popularmente conhecido. Na página ele consta entre 15 atrativos turísticos do município de Campos do Jordão elencados.

Até o momento (abril de 2013), há 175 avaliações sobre o parque, distribuídas nas categorias de uma escala de cinco graus de satisfação, como pode ser observado na Tabela 4

Tabela 4 – Avaliação dos usuários do TripAdvisor® sobre o Horto Florestal/ PECJ

Avaliação	Nº de usuários	Percentual
Excelente	97	55,4%
Muito bom	53	30,3%
Razoável	15	8,6%
Ruim	8	4,6%
Horrível	2	1,1%
Total	175	100%

Fonte: TripAdvisor® (2013).

Os resultados dessas avaliações apontam o Horto/ PECJ como um dos principais e mais interessantes atrativos de Campos do Jordão, uma referência para experiências de contato com a natureza, atividade física, contemplação e lazer.

Os principais pontos levantados de pontos negativos observados nas avaliações disponíveis no *site* referem-se à falta de informações e sinalização, deficiências no

³⁵ A maior rede online de consumidores de viagens para estabelecer suas práticas e desafios atuais.

³⁶ O site de revisão de viagens mais proeminente.

atendimento devido à pequena quantidade de monitores, demanda por mais infraestrutura e manutenção.

3.4 Procedimentos Metodológicos

O estudo de caso sobre a gestão da visitação no Parque Estadual de Campos do Jordão foi realizado conforme alguns procedimentos metodológicos coerentes com o contexto da temática abordada, se utilizando, portanto, de referências bibliográficas sobre o assunto que nortearam as atividades sob uma perspectiva exploratória.

Os autores mais representativos para a metodologia são Dencker (1998) e Gil (2008), respectivamente com as obras “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo”, e “Métodos e Técnicas de pesquisa social”. A obra de Judith Bell (2005), “*Doing your Research Project: A guide for first-time researchers in education, health and social science*”³⁷, também foi consultada, porém utilizada como referência secundária.

Houve uma estruturação para a coleta de dados por meio de etapas compostas pelo estudo de caso em si, na exploração de documentação formal e informal, entrevista com então gestora do PECJ no período de estudo e gestores que trabalharam na UC anteriormente, entrevistas com os prestadores de serviços ao visitante do parque e aplicação de formulários com os visitantes.

No primeiro momento do trabalho, a pesquisa bibliográfica foi importante por ampliar os conhecimentos e dar discernimento sobre o estudo como um todo, além de permitir o levantamento de dados históricos do surgimento e desenvolvimento das áreas protegidas no cenário mundial e brasileiro, assim como no Estado de São Paulo. Além de buscar a história e o estado atual do assunto pesquisado, também foram descritos componentes, fatores e desafios que envolvem as Unidades de Conservação, enfatizando o planejamento, a efetividade de gestão, o uso público e a visitação.

Dencker (1998, p.20) explica que: “ No caso das ciências sociais e do turismo, a busca do conhecimento encontra-se inserida na realidade histórica. Os dados históricos são específicos e únicos e afetados pela provisoriedade, dinamismo e especificidades”. Nota-se, por conseguinte, a importância de compreender a sucessão dos fatos ao longo

---

³⁷ Fazendo seu projeto de pesquisa: um guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais.

do tempo para que se possa construir um modelo esquemático da realidade, o que a autora acredita que a ciência seja capaz de fazer.

A natureza do problema abordado pelo presente estudo é prática, já que procura avaliar ações para escolher entre alternativas e prever acontecimentos. Visando conhecer a gestão da visitação do PECJ através de uma pesquisa exploratória e descritiva quanti e qualitativa, não há hipóteses a serem testadas ao longo desse estudo.

Gil (2008) afirma que a pesquisa exploratória costuma incluir levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Em conjunto a ela, a pesquisa descritiva, cujo objetivo principal é descrever as características de determinada população ou fenômeno ou ainda de estabelecer relações entre variáveis, é formada a maneira habitual de trabalho de pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Segundo Dencker (1998), as pesquisas qualitativas são caracterizadas pelo uso de um conjunto de metodologias que coleta e interpreta os dados de modo interativo durante o processo de investigação e concorda com Gil (1998) ao apontar a observação e análise de documentos, além de entrevistas, questionários e formulários como meios mais frequentes para se gerar informações.

Dencker (1998) e Gil (2008) compreendem que o estudo de caso trata-se de uma pesquisa aprofundada e exaustiva de um ou de poucos objetos ou situações, permitindo o conhecimento amplo e detalhado dos processos e das relações sociais.

A primeira autora afirma que a técnica é recomendável na fase inicial de investigações e ressalta que esse método garante uma flexibilidade considerável, no entanto não permite que os resultados sejam generalizados. Em sua obra, ela indica que o estudo pode ter exame de registros, observação da ocorrência de fatos, entrevistas estruturadas e não estruturadas entre outras técnicas.

Já Gil (2008), salienta que cada vez mais o estudo de caso tem sido usado pelos pesquisadores sociais com o propósito de explorar situações da vida real, descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação e ainda para tentar explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Sob as perspectivas apresentadas, o estudo de caso do Parque Estadual de Campos do Jordão como base para a pesquisa a respeito da gestão da visitação em UCs

paulistas, foi constituído de etapas que envolveram justamente as técnicas comuns ao método.

3.4.1 Primeira etapa: análise de documentos sobre o PECJ

Foram analisados documentos formais e informais do parque como o Plano de Manejo de 1975 e o Plano Emergencial de Uso Público de 2009, além de *folders* disponíveis e dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC – e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal.

3.4.2 Segunda etapa: entrevistas e formulários

Na segunda etapa do processo, foi feita a visita a campo para entrevistar os gestores, os prestadores de serviços de apoio à visitação e aplicação de formulário com os visitantes de acordo com arcabouço metodológico fornecido pelas referências citadas. Portanto, essa segunda etapa foi constituída por levantamentos, entrevistas, e aplicação de formulário numa amostra do universo em questão.

A última etapa foi de análise e interpretação dos dados para obtenção dos resultados da investigação.

Para elaboração das entrevistas e do formulário, foram realizadas visitas prévias ao local de estudo nos dias 04 e 05 de junho de 2011 para compreender melhor algumas características do espaço e das condições para coleta de dados. Nesses dias foi percorrida a Trilha do Rio Sapucaí, uma observação geral da infraestrutura e funcionamento do parque.

A coleta de dados ocorreu no final do mês de julho de 2011. Para angariar as informações foi concedida pela administração a hospedagem dentro do próprio Parque Estadual de Campos do Jordão numa casa utilizada por pesquisadores e monitores auxiliares que trabalham na alta temporada.

As entrevistas foram subdivididas entre os públicos a serem abordados: A. Gestores; B. Serviços de apoio do atendimento aos visitantes; e C. Visitantes.

Gil (2008) explica que a entrevista pode ser considerada um técnica de interação social já que se estabelece um diálogo em que uma das partes coleta os dados e a outra a fonte de informação. Sua relevância como método está na flexibilidade de estruturação,

bem como eficiência na captação de informações que evidenciam o que o entrevistado sabe, crê, espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez.

Quanto às entrevistas, Bell (2005, p. 157) acredita que *"One major advantage of the interview is its adaptability. A skillful interviewer can follow up ideas, probe responses and investigate motives and feelings, which the questionnaire can never do"*³⁸. E complementa essa ideia ao enfatizar que a maneira como uma resposta é dada, considerando tom de voz, expressões faciais etc. podem dar informações que uma resposta por escrito ocultaria. Ela também enfatiza que as pesquisas podem fornecer respostas para as perguntas "Que?", "Onde?", "Quando?" e "Como?", mas não são igualmente eficientes para desvendar "Por quê?", o que torna praticamente impossível que as relações causais sejam provadas pelo método de pesquisa.

Em concordância com os demais autores, Dencker (1998) também compreende a flexibilidade como uma vantagem da entrevista, e apoia que os resultados da aplicação da técnica são enriquecidos com a inclusão de pessoas com experiências diferentes, permitindo um levantamento de informações a partir de pontos de vista variados. Entretanto, a autora ressalta que ligado a esse fator positivo há a dificuldade em fazer comparações entre uma entrevista e outra, um ponto que deve ser considerado pelo pesquisador.

O formato da entrevista com os gestores foi semiestruturada e o roteiro baseado no prévio conhecimento a respeito de suas funções atuais ou anteriores na gestão do PECJ. Partindo desse ponto, foram formuladas perguntas sobre a formação pessoal e carreira, e, em seguida sobre a posição dos mesmos em relação à visitação do parque, às alterações decorrentes do SIEFLOR entre outros assuntos.

Para dialogar com os prestadores de serviços de apoio ao visitante, as entrevistas foram estruturadas e buscaram conhecer o perfil socioeconômico do respondente e as atividades/serviços oferecidos, além da sua relação com o PECJ e opinião sobre a gestão da UC.

O termo "levantamento", também conhecido como *survey*, é um procedimento empregado para obtenção de dados e, segundo Dencker (1998) serve como uma fotografia, pois oferece uma visão do momento pesquisado. Nesse sentido, a autora e Gil (2008) concordam que o levantamento oferece dados mais descritivos do que

---

³⁸ Uma grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade. Um entrevistador hábil pode acompanhar as ideias, as respostas de sondagem e investigar motivos e sentimentos, algo que o questionário não pode fazer.

explicativos, baseando-se na solicitação de informações acerca do problema estudado para depois analisa-las e obter possíveis conclusões correspondentes. Sua eficácia se dá no intuito de conhecer o comportamento da população abordada, conhecer preferências dos turistas, comportamento do consumidor, preferência eleitoral dentre outros.

Para o levantamento de informações dos visitantes do PECJ, foi necessário se utilizar de uma amostra do universo das visitas pensada sob o escopo das definições e indicações explicadas pelos autores. De acordo com Dencker (1998), o tipo de amostra escolhido deve ser pertinente ao objetivo final da pesquisa. Para a autora, a amostragem é indicada quando a análise de alguns casos é suficiente para permitir estimativas referentes ao universo e quando as variáveis tratam de formas de avaliação ou opinião de seguimentos específicos, não é necessário investigar todos os indivíduos do universo.

Gil (2008, p.89) salienta que “De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande, que se torna impossível considerá-lo em sua totalidade”, o que justifica a necessidade da amostra para estudos nessa área.

Considerando essas referências, bem como o objetivo maior do estudo, a amostragem utilizada foi por acessibilidade, que, segundo Gil (2008), faz parte dos tipos não probabilísticos, o que significa que dessa forma a amostra não passa por análise estatística rigorosa e costuma ser utilizada em estudos exploratórios ou qualitativos.

O formulário é uma técnica explicada por Dencker (1998) como sendo o questionário aplicado pelo pesquisador, assim, esse anota as respostas e faz observações durante a aplicação. Assim, ela o distingue do questionário, que pode ser preenchido por escrito, correspondência entre outras formas. A finalidade de ambos, no entanto, é semelhante e visam obter informações ordenadas dos componentes de uma amostra determinada.

De acordo com Bell (2005), é importante prezar para as questões tenham o mesmo significado para todos os entrevistados, tendo, na medida do possível, as mesmas condições de circunstância com cada um. Independentemente do método, as respostas para as mesmas perguntas a partir de um número de indivíduos deve permitir ao pesquisador não apenas descrever, mas também comparar e relacionar uma característica com outra para demonstrar que existem determinadas categorias.

A abordagem ao visitante foi feita por amostragem do universo de indivíduos através de formulários. Apenas visitantes com mais de 18 anos de idade poderiam responder as questões, portanto, principalmente o público adulto e idoso foi analisado.

Devido à imprecisão sobre a quantidade de visitantes que frequentaram a UC nos anos mais recentes na época da coleta dos dados, foi estimada uma amostra proporcional à relação de informações de visitação concedidas pela administração do parque no Plano Emergencial de Uso Público (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009).

Neste documento, foram apresentados os dados de visitação de 2002 a 2008. Considerando a quantidade de visitantes desse último ano, cerca de 56 000 indivíduos, juntamente com a informação de Stigliano (2004) de que em 2002 somente o mês de julho recebeu 30% da visitação anual, temos que, dado que o mês de julho continua tendo a mesma representatividade, 30% de 56 000 visitantes correspondem a 16 800 visitantes. Se distribuirmos esse total entre os 31 dias do mês de julho sem levar em conta a variação entre os dias úteis e os fins de semana, significa uma visitação diária em torno de 540 indivíduos. Logo, pelo período de estadia em campo com duração de 3 dias (quinta, sexta e sábado), estima-se que cerca de 1600 pessoas visitariam o parque, sendo que entre 5% a 10% delas seriam solicitadas a responder o formulário, ou entre 80 e 160 visitantes.

Tratando-se apenas de uma estimativa balizadora, a coleta de dados com os visitantes também foi realizada a partir da colocação da autora de “Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo” sobre a questão, ao dizer que “A escolha dos indivíduos da amostra é feita em campo, e o pesquisador percebe que o número é satisfatório quando as informações novas vão se tornando cada vez mais raras, até deixarem de ser relevantes” (DENCKER, 1998, p. 102).

Os formulários foram aplicados nos dias 28, 29 e 30 de julho nos períodos da manhã e da tarde, variando entre 10h30 e 16h30 considerando que a abertura do PECJ ao público é às 9h00 e o fechamento às 17h00. A intenção foi abordar os visitantes num momento em que já tivessem conhecido o parque ou parte dele. Devido a isso, os pontos de abordagem foram alternados entre a chegada de trilhas, próximo ao café, área de piquenique dentre outros.

No primeiro momento buscou-se traçar o perfil socioeconômico das pessoas, partindo para o enfoque na opinião delas em relação à gestão do parque, aos atrativos, a divulgação, à infraestrutura e os impactos gerados pela visitação. Posteriormente, foram indagados a responder se sabiam o que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC –, os objetivos de um Parque Estadual e qual órgão realiza a gestão das UCs do Estado de São Paulo.

Para efeitos da análise dos visitantes, foram feitas questões exclusivas para um grupo de indivíduos que respondeu ter visitado o Parque mais de uma vez. Eles foram solicitados a dizer a frequência com que visitam o PECJ e quais são os atrativos que os motivam a retornar à UC.

Alguns itens do roteiro de perguntas permitiam a atribuição de valor por escalas. Bell (2005, p. 218) a respeito do uso dessa modalidade, afirma que "*Scales are devices to discover strength of feeling or attitude*³⁹", justificando o seu uso pelo propósito do trabalho.

O esquema de correspondência apresentado a seguir explica a maneira como a técnica foi inserida na investigação.

Tabela 5 – Escala de valores e correspondências para avaliação do PECJ.

Valor atribuído	Correspondência (previamente explicada)
1	Ruim (insatisfatório/desagradável)
2	Razoável (pouco satisfatório)
3	Bom (satisfatório/agradável)
4	Muito bom (plenamente satisfatório/ótimo)

Fonte: Resultado da pesquisa.

Cabe ressaltar que, sendo a aplicação dos questionários no mês de julho, foram abordados os indivíduos que compõem a alta temporada de visitação do parque, portanto, seria necessário estudar as divergências e discrepâncias possíveis entre os resultados da pesquisa feita e os de uma coleta de dados nos outros meses de menor movimento.

3.4.3 Terceira etapa: análise e interpretação dos dados

Para Gil (2008), analisar e interpretar os dados são etapas distintas para se tratar os dados obtidos. A análise deve organizar e sumarizar os dados para que seja possível extrair informações úteis para a investigação; já a interpretação busca o sentido mais amplo das respostas, conciliando-as com conhecimento prévio.

As entrevistas feitas com os gestores geraram extensas anotações ao longo dos diálogos. A interpretação das mesmas buscou tratar o conteúdo de cada uma separadamente, sem exigir comparações entre a opinião dos entrevistados, considerando

³⁹ As escalas servem como dispositivos para descobrir a força do sentimento ou da atitude.

a visão de cada indivíduo como uma contribuição única para a pesquisa. Analisadas em conjunto, devem compartilhar e divergir dependendo da questão abordada, o que poderá ser compreendido melhor por meio de trechos transcritos da entrevista.

As entrevistas estruturadas com os prestadores de serviço também devem ser consideradas uma a uma e analisadas para explicar fatores importantes que afetam a visitação do parque.

A tabulação das informações geradas pelos visitantes envolveu análise qualitativa e quantitativa para que os resultados em percentuais pudessem expressar a representatividade de cada grupo, categoria ou resposta para classificações e comparações. Buscou-se evidenciar correlações entre as questões feitas para se pensar em conclusões possível e depois sugestões cabíveis de melhoria para algum problema apontado.

Coordenadas com a revisão da bibliografia, a análise e a interpretação das informações devem ajudar na construção da crítica sobre o a problemática abordada dentro do estudo de caso contando com todo o seu contexto, assim como auxiliar na elaboração de sugestões de melhorias para a gestão da visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão.

Figura 18 - Síntese das etapas dos procedimentos metodológicos

Fonte: Resultado da pesquisa.

As três etapas metodológicas utilizadas para o Estudo de Caso foram, de maneira geral, suficientes para a compreensão e análise do local bem como do amplo cenário formado desde a criação das primeiras áreas protegidas no mundo até a realidade local do Parque Estadual de Campos do Jordão.

Com a facilidade de acesso aos visitantes pelo montante que visita a UC no mês de julho, contando ainda com o favorecimento climático da época em que não houve

interferências na coleta de dados, os procedimentos foram bem sucedidos e ocorreram dentro do esperado.

A colaboração dos gestores, dos prestadores de serviços e dos visitantes foi essencial para o sucesso da investigação, observando a recusa em participar da entrevista de apenas três visitantes.

Alguns fatores limitantes que podem ser mencionados dizem respeito mais à viabilidade de deslocamento até a área para coletar as informações, ficando restrita aos três dias mês de julho de 2011, um espaço de tempo curto para a quantidade de atividades previstas bem como para cumpri-las considerando a área do Parque e a distribuição dos visitantes.

De fato, o estudo priorizou a aplicação de formulários na alta temporada, no entanto, ela poderia ter sido estendida a outros períodos de visitação, como dezembro e janeiro, meses de férias escolares em que seriam encontrados visitantes, provavelmente, com perfil diferente do turista típico da alta estação de Campos do Jordão. É notável na bibliografia consultada essa lacuna de levantamentos sobre os visitantes de outras épocas que não a de inverno e é evidente que outras considerações e suposições poderiam ser feitas a respeito, bem como comparações a respeito da qualidade de experiência de cada grupo.

É imprescindível ressaltar que apesar da estruturação metodológica e dos esforços na análise e interpretação dos fatos históricos, do contexto local e especialmente dos dados coletados, existem limites que transcendem a capacidade de compreensão e alcance de um pesquisador. Ao entender que os estudos envolvendo as ciências sociais são altamente dinâmicos e complexos por lidarem com posicionamentos individuais, e ainda, tratando-se de um estudo de caso, percebe-se a redução na oportunidade de ampliar a contribuição do estudo para uma parcela maior das áreas protegidas e da sociedade como um todo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca de esclarecer os fenômenos que envolvem a gestão da visitação das unidades de conservação paulistas, principalmente do estudo de caso voltado ao Parque Estadual de Campos do Jordão, a pesquisa traçou um roteiro de investigação que envolveu revisão de literatura e visitas a campo.

A literatura forneceu uma ampla contextualização dos cenários mundial e brasileiro das áreas naturais protegidas dando sustentação para o embasamento teórico de conceitos utilizados durante todos os procedimentos de aprendizagem e coleta de dados.

Estar presente no local de estudo, foi, por outro lado, essencial para diagnosticar os fatores envolvidos na gestão da visitação do Parque, especialmente após sua vinculação à Fundação Florestal como órgão gestor e evidenciar a ocorrência de fatos que estivessem tanto promovendo como limitando a efetividade de manejo da unidade.

A fim de ampliar o conhecimento sobre o PECJ e imergir em seu contexto, o estudo de campo foi composto de visitas ao local para observações e levantamento de informações pessoais que auxiliassem a construção da análise da gestão da visitação do Parque, inserindo, portanto, profissionais da gestão, da prestação de serviços de apoio no atendimento dos visitantes e uma amostra do público que esteve no PECJ entre 28 e 30 de julho de 2011.

4.1 Perfil e análise das entrevistas com os gestores

As entrevistas realizadas com a gestora Célia Serranos e os ex-gestores Marco Pupio e Waldyr Joel foram feitas em julho de 2011 e resultaram numa contribuição relevante ao estudo de caso sobre o PECJ. Os dois primeiros indivíduos foram entrevistados com o auxílio de um gravador portátil, porém o mesmo não estava disponível para ser usado com o terceiro. Assim, o perfil dos profissionais e a visão dos mesmos são aqui descritos ou apresentados por meio de alguns trechos destacados.

Célia Maria de Toledo Serrano, 46 anos de idade, é graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (1989), Unicamp, tem especialização em Turismo e Meio Ambiente pelo Senac (1994), mestrado em Sociologia (1993) e doutorado em Ciências Sociais (2006), ambos pela Unicamp.

Na trajetória de sua carreira, foi docente universitária e lecionou disciplinas ligadas à História, Turismo e Meio ambiente. Trabalhou como Assessora da Diretoria de Operações da Fundação Florestal de São Paulo de 2008 até 2012, período em foi gestora do Parque Estadual de Campos do Jordão.

Célia discorreu durante sua fala a respeito das questões propostas a ela e expandiu o conteúdo com comentários pertinentes aos assuntos tratados como a criação do SIEFLOR, o uso público no PECJ, limitações da efetividade de sua gestão dentre outros.

A gestora demonstrou estar confiante na instituição do Sistema Estadual de Florestas para tornar as políticas de conservação em UCs do Estado de São Paulo mais consistentes. Entretanto, ela faz também algumas ressalvas sobre o assunto ao dizer:

“Eu acho que a gente está ainda num momento inicial num processo (mudanças SIEFLOR) que deve ser muito bom para as unidades, mas que também depende de política, da sociedade, sobretudo, de se envolver através dos Conselhos Consultivos, mas não só de cobrar, de contribuir também, sobretudo depende da relação das unidades com os poderes públicos municipais”.

Dessa forma a historiadora aponta o envolvimento da sociedade como um todo para que a evolução das ações de gestão ocorra bem no conjunto de unidades de conservação paulistas, sem deixar de considerar as questões políticas que também costumam estar interligadas ao processo administrativo dos Parques e demais categorias de UCs estaduais.

Continuando a falar sobre a criação do Sistema e a passagem da administração do PECJ do Instituto Florestal para a Fundação Florestal, Célia acredita que a chegada efetiva da FF, que foi concluída com o começo da sua gestão, tenha contribuído para a renovação das estruturas e mesmo da forma de gerir a unidade.

Mesmo favorável às mudanças que a presença da FF trouxe ao Parque, ela se mostra ciente da dimensão dos problemas estruturais, financeiros e burocráticos e afirma:

“A minha avaliação era muito otimista na época (que começou em 2008) porque eu tinha metas a cumprir e pensava otimista ‘em tantos anos isso vai estar pronto’, assim eu chutei um pouquinho a mais, mas vai ser o dobro do tempo”.

Em sua opinião, a efetividade do SIEFLOR depende ainda do delineamento de procedimentos para várias coisas, tanto para o uso da frota, dos imóveis, da separação de espaço entre o IF e a FF, relação do patrimônio dentre outras. Célia explica que a Fundação Florestal, por ser uma fundação, trouxe mais agilidade para alguns processos, porém ainda assim existem entraves que impossibilitam uma conciliação do tempo de espera para recursos com manutenção, por exemplo, e a demanda real para tal serviço.

Visando um caminho que pudesse ajudar nesse processo, ela diz:

“Cada vez mais sou partidária da terceirização da gestão, da gestão compartilhada, porque diminui custo e dá agilidade de verdade”.

Em defesa da terceirização, Célia entende que esse seria o melhor caminho para que as UCs tivessem mais independência, eficiência executiva e sofressem menos com a lentidão burocrática característica de muitos processos públicos.

Sobre o Parque em si, a gestora afirma que a consolidação das ações para melhorar o exercício das atividades assim como da visitação esbarra em dificuldades oriundas de diversos fatores, entre eles o enraizamento local de conceitos equivocados sobre o PECJ e a sua finalidade.

“É difícil porque como é o parque mais antigo tem uma série de comportamentos e procedimentos meio cristalizados que precisam mudar. Uma mudança de cultura dos funcionários e da relação da população com o parque, dos vizinhos com o parque, na verdade a gente tá começando a instituir uma ideia de parque”.

Nota-se que a entrevistada critica a ausência de compreensão do que é um Parque Estadual, da noção do que se trata e qual a conduta deve ser englobada pela cultura de quem convive com o mesmo. Ela acrescenta:

“Porque parece bobagem, mas as pessoas olhavam para esse espaço como um horto, isso faz toda a diferença, porque as pessoas enxergam um lugar de lazer, eles veem como extensão da área urbana. Ficou muito próximo da cidade. E para mim a nomenclatura não é só simbólica, ela cristaliza a imagem do lugar. Os turistas chegam à portaria e perguntam ‘O que tem pra comprar?’ que não é mais dramático do que ‘O que tem pra fazer?’, e muita gente já volta”.

Fica evidente que a gestão atual do PECJ, representada por Célia, percebe que uma característica forte da unidade é ter agregada a ela uma visão errônea dos motivos de sua criação e existência por parte da população e mesmo de alguns funcionários, o que, em dados momentos criam obstáculos para alcançar os objetivos da UC, embora também seja significativo enquanto oportunidade de contato e experiência que podem levar a novas percepções mais coerentes sobre a área.

Formado em outubro de 2009, o Conselho Consultivo do PECJ é ainda recente, porém imprescindível que exista dentro dos Parques como forma de apoio no planejamento e no processo de tomada de decisões. Nas palavras da gestora sobre o Conselho do parque estudado:

“Eu tenho uma participação que ainda está longe de ser a ideal, mas que é bastante efetiva dos meus conselheiros por ser constante, porque a cultura da participação popular ou por representação quase não existe no Brasil, então eu respeito muito meus conselheiros”.

E comenta ainda que o funcionamento ocorre corretamente e felizmente, segundo ela, conseguem cumprir com as quatro reuniões anuais mínimas e eventualmente alguma extraordinária, sempre com um quórum de 70 a 80%.

Quanto ao novo Plano de Manejo, na época em que a entrevista foi realizada, em julho de 2011, a expectativa era de que este ficasse pronto em até um ano, com aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

Assim, a entrevista buscou levantar quais as expectativas sobre a gestão da visitação com a implantação do PM e Célia fez algumas explanações a respeito disso:

“A gente espera ter subsídios, ter respaldo pra implementar controle, monitorar os impactos, melhor que capacidade de carga, para ter assim. Começar a monitorar e tomar medidas a partir desse monitoramento, que a gente tenha respaldo para isso. Empiricamente a gente sabe de um monte de problema, mas a gente não tem um instrumento técnico que corrobore isso e permita que a gente tome algumas medidas, e essas medidas podem ser tanto restringir como ampliar”.

Vê-se que a gestora tem plena consciência das necessidades da UC e de que há uma forte carência de um instrumento legal, além de recursos, que seja pertinente ao Parque e lhe permita visualizar ações futuras e avançar no sentido mais propício ao

desenvolvimento do PECJ, algo que estava limitado devido a desatualização do Plano de Manejo de 1975.

Célia lembra que o Plano Emergencial de Uso Público, feito em 2009, já deu embasamento para algumas mudanças, sendo um suporte para agir em relação ao tráfego local, à circulação, paisagismo, controle de ingressos entre outros.

Entretanto, ela reitera a importância de se ter um arcabouço formal para monitorar e controlar os impactos que correm na unidade e apoia uma diminuição do fluxo de visitantes no que ela chama de “miolinho”, área onde estão concentradas as principais estruturas de recepção ao visitante, como o Centro de Visitantes, as lanchonetes etc., defendendo para isso o incentivo do uso de outros centros dentro do parque para a visitação, além da possível criação de novos atrativos que inclusive possam cobrar ingressos no intuito de estimular a receita do PECJ, uma ideia que seria facilitada pelo compartilhamento dessas novas atrações com a iniciativa privada, ou terceirização.

Dentre as preocupações sobre como o uso público tem acontecido nos últimos anos, a gestora tratou da perspectiva em relação à Educação e Interpretação Ambiental, reconhecendo que até aquele momento as atividades ligadas a isso eram incipientes.

“O que eu espero que a gente tenha é um Programa de Educação Ambiental que hoje a gente não tem de nenhuma forma. A gente tem informação sobre o parque nos grupos monitorados, eu não diria que a gente tem nada além disso”.

Diante dessa constatação, Célia esclarece que não tem a pretensão de estimular a visitação devido a essas fragilidades decorrentes da insuficiência de monitores para atendimento ao público e também da falta de capacitação desses monitores. Em suas considerações, ela demonstrou sua compreensão sobre educação enquanto um processo contínuo e bem estruturado e por isso ainda salientou que:

“educação é uma coisa muito importante e complexa para a gente chamar qualquer atividade de condução de educação. Eu chamo de informação e é muito básica sobre o Parque”.

De fato, como já mencionada na apresentação do Parque Estadual de Campos do Jordão, existem apenas quatro monitores trabalhando no local para uma demanda que já apresenta números elevados e vem crescendo nos últimos anos. Aliás, Célia elenca as

formas de arrecadação que geram receita no PECJ, sendo a principal delas a venda ingressos, complementada pelo alojamento, o viveiro, o aluguel dos terceirizados e direitos de imagem para produção fotográfica, de vídeos etc. Ela explica do total de todos os itens mencionados entre 25% e 50% retornam para o Parque.

A grande quantidade de visitantes, especialmente na alta temporada que ocorre nos meses de inverno é importante para sustentar a UC e o sistema estadual. Este fato também engloba uma questão especial do PECJ e que intima a gestão do mesmo a direcionar suas ações pensando num tipo de público que muitas vezes é diferente dos demais parques estaduais devido à sua localização em um município turístico e a proximidade com a área urbana fazem dele um dos destinos atrativos para o turismo de massa.

Nesse contexto, Célia faz comentários sobre as barreiras em lidar com esse tipo de turismo e principalmente de implementar ações de EA que sejam eficientes para atender os visitantes, demonstrando crer que há como informar e desenvolver algumas estratégias, mas que esse diferencial do público do PECJ é mesmo uma limitação que fragiliza o empreendimento de alguns programas.

“A gente ainda tem que caminhar muito para o desenvolvimento de estratégias que tragam as pessoas de fato pra perto, porque elas veem a paisagem, mas não entendem o ambiente”.

Esse pequeno trecho *“elas veem a paisagem, mas não entendem o ambiente”* explica uma conduta comum entre os visitantes do Parque, o que envolve outras questões que já foram abordadas como a proximidade à área urbana, a deficiência do entendimento a respeito das áreas protegidas e mesmo de enxergar o Parque, mas compreende-lo como se fosse um Horto.

A entrevistada não deixa de dizer que a procura pelos atributos naturais do parque e os ecoturistas tem aumentando também, no entanto ainda são de uma parte menor que busca o PECJ consciente de seu papel.

Mudando o foco para outro segmento do uso público, o diálogo encaminhou algumas indagações sobre a ocorrência da pesquisa científica na unidade. Para tais perguntas, Serrano afirmou que existem sim muitas pesquisas ainda em andamento no Parque e que apesar de ser um fator visto como positivo, ela observa o descumprimento de muitos pesquisadores aos procedimentos que devem ser tomados junto à Comissão Técnico Científica do Instituto Florestal. Além disso, cita a procura por muitos

estudos que não possuem entre seus objetivos contribuir para a preservação da UC, muitas vezes não explicando corretamente a metodologia e impactos que a coleta de informações vai gerar sobre o ambiente, especialmente em relação a pesquisas com fauna.

Com uma visão da situação mais recente da gestão da Fundação Florestal e do PECJ num ano em que o Parque comemorou 70 anos de criação, o diálogo com a gestora esclareceu uma série de fatores que influenciam na gestão da UC, passando por questões ligadas a recursos, política, tipo de turismo e expectativas futuras.

Discutir sobre a gestão do Parque e visitação que o mesmo recebe, ter uma visão de sua história e dos degraus ultrapassados para seu desenvolvimento enriquece a análise, e por isso, buscou-se a contribuição dos ex-gestores apresentados a seguir.

Marco Antônio Pupio Marcondes, 67 anos, é Engenheiro Florestal formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1970), UFRRJ, e possui mestrado em Ciências Agrícolas pelo Centro Agrônomo Tropical de Investigação e Ensino (1980), CATIE, na Costa Rica. É pesquisador do Instituto Florestal desde 1971 e a partir desta década se envolveu com questões de manejo do PECJ. Em 1978 já se tornara o chefe da unidade e até o ano 2008 esteve na gestão do mesmo durante alguns períodos.

O engenheiro contribuiu na elaboração do Plano de Manejo do Parque de 1975, sendo um dos autores do documento. Seu último período como gestor terminou em junho de 2008. Em julho de 2011 quando o Pupio foi entrevistado, ele ocupava o cargo de responsável pelo Viveiro Florestal de Pindamonhangaba, município paulista.

Considerando a longa experiência tanto no Instituto Florestal como no Parque Estadual de Campos do Jordão, o entrevistado fez uma abordagem histórica para comentar sobre sua carreira dentro do IF e alguns pontos sobre a criação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e da Fundação Florestal, ambas de 1986.

Pupio comentou que Instituto Florestal foi criado em 1886 e no início era direcionado para o serviço florestal, o que enquadrava uma ampla missão de cuidar de viveiros, proteger florestas, manejar a madeira etc. Assim suas funções foram tendo algumas alterações ao longo do tempo e foi incorporada a responsabilidade pelas áreas protegidas do Estado conforme foram estabelecidas.

Quanto ao papel do IF para as unidades de conservação, o engenheiro florestal destaca a representatividade do Instituto como pioneiro no Estado e no país na

elaboração de Planos de Manejo, e critica a falta de reconhecimento pelos esforços referentes ao assunto.

Ele explica que a criação da Fundação Florestal se deu após um diagnóstico do IF cuja conclusão levou-os a compreender que um instituto de pesquisa, dentre outros fatores, não teria capacidade para ser ágil com alguns processos. Pupio lembra que naquela época muitas estatais estavam sendo criadas e cita a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT – dentre outras, surgindo a ideia de se criar a Fundação, o que se concretizou em 1986.

Nas palavras dele, a função da FF deveria ser de *“agilizar a atuação do IF, ou seja, ser um braço mais largo do IF”*, dispondo para as finalidades previstas a amarração de processos e de cargos entre os dois órgãos da SMA.

De uma maneira geral, o entrevistado afirmou que, atualmente, as funções da FF divergem dos interesses iniciais da sua criação e critica, especialmente, a forma como seu quadro de funcionários é formado, na maior parte das vezes, por meio de cargos de confiança e indicação. Ele reconhece que nos órgãos públicos é frequente que isso ocorra e não isenta o IF de também já ter tido situações análogas ao longo de sua história. Dentre suas considerações, ele expressou o anseio por algo que unificasse o trabalho das duas entidades ao dizer *“realmente seria melhor acabar e criar um novo”*.

Então, num segundo momento, o diálogo tratou de questões mais específicas do PECJ. Pupio comentou que entrou no IF como pesquisador, mas ressaltou que depois que foi para a gestão em Campos do Jordão não realizou mais pesquisas e se dedicou à chefia do Parque.

Discorrendo sobre todo seu conhecimento a respeito da UC estudada, ele conta que:

“O Parque Estadual de Campos do Jordão, ele já foi criado como parque. Já nasceu parque, num conceito de parque do sistema americano de parque”.

Apesar de ter sido criado sob esse conceito, o ex-gestor esclarece que não havia naquele momento a filosofia que se tem agora de um parque, quanto ao uso público, à proteção e a preservação, enfatizando que no começo a visitação não era um objetivo do local.

Ele acrescenta que a visão dos brasileiros sobre essas áreas não era igual à dos norte-americanos e que a visitação pública só veio a ocorrer com mais frequência a

partir do Plano de Manejo de 1975, até porque, em anos anteriores “tudo era proibido” de se fazer na área e havia um interesse maior voltado à produção florestal, inclusive, o entrevistado fala que seu primeiro trabalho no PECJ, em 1971 era medir pinus para pesquisa e até então a chefia de um técnico do IF chamado Haroldo.

Pupio contou um pouco do contexto da época de criação do PM na década de 1970, do trabalho em conjunto com Paul Seibert⁴⁰ e dos pensamentos contemporâneos que os guiaram para criar o documento que seria utilizado até os dias de hoje.

“Na época em que o plano de manejo foi feito a intenção era juntar o que sabíamos dos modelos americano e europeu e fazer um modelo paulista, nós estávamos formando as pessoas”.

No trecho citado, ele reitera os ideais do modelo que usaram na época e a importância do IF na proposta de formulação desses documentos, apontando sua concordância de que um novo PM deve ser feito, mas que o de 1975 não pode ser esquecido, assim como as tentativas de implantá-lo. Além disso, demonstrou ser contrário à terceirização de funcionários do Parque.

Voltado às questões ligadas ao uso público, Pupio comentou algumas das ações trabalhadas durante sua gestão e enfatizou sua visão de que “*O que deve ser feito é conciliar o uso público com a conservação*”. Dentre as atividades, ele falou principalmente sobre o informativo (ilustrado na figura X) que foi distribuído no Parque entre junho de 2004 e julho de 2008.

---

⁴⁰ O professor doutor Paul Seibert era, na época de criação do Plano de Manejo do PECJ de 1975, docente da Universidade de Munique, responsável pelas disciplinas de Manejo da Paisagem e Mapeamento da Vegetação (SEIBERT et al. 1975).

Figura 19 – Exemplar do Informativo sobre o PECJ distribuído entre 2004 e 2008

Fonte: fornecido pelo Pupio.

Segundo Pupio, havia esforços para que a cada estação fosse lançado um informativo cujo conteúdo era composto por informações sobre educação ambiental, sobre o parque, sobre os funcionários, que eram estimulados a participar de reuniões e interagirem.

A gente falava sobre preservar, sobre as espécies, comemoração do dia da árvore. Isso (apontando para os exemplares que guardou) era distribuído dentro do Centro de Visitação. Criamos um projetinho para orientar as pessoas na visita. Também era colocado no informativo o funcionário do mês, do ano, isso fazia com que o visitante conhecesse não só o parque, mas a vida do parque também.

Vê-se que os informativos eram desenvolvidos com objetivos muito interessantes e pertinentes ao contexto do Parque, com uma preocupação especial de que o visitante, de alguma forma, fizesse parte do local ao mesmo tempo tivesse a oportunidade de conhecê-lo melhor.

Pupio lamenta que a publicação e distribuição dos informativos tenham sido interrompidas após sua saída, incomodado com a falta de contato com o turista do Parque e de uma ferramenta para a educação e a interpretação ambientais. Para ele

“O parque é um lugar de consciência, uma referência para a educação ambiental, um polo de preservação e conservação”.

Nesse sentido, o ex-gestor reitera sua discordância sobre a suspensão do material e também com as mudanças decorrentes do SIEFLOR, admitindo, porém, que a FF tem alcançado alguns resultados importantes, como o retorno direto de parte da receita gerada pelo PECJ para o próprio Parque, algo que na gestão do IF não havia sido alcançado ainda.

Assim como seu colega tanto de Instituto Florestal como de profissão enquanto engenheiros florestais, Waldyr Joel esteve por pouco tempo na gestão do Parque, porém está presente na área com outras atribuições que lhe conferem o conhecimento sobre a trajetória que a unidade tem percorrido, bem como sua dimensão e algumas fragilidades.

Waldyr Joel de Andrade, ex-gestor entrevistado em 28 de julho de 2011, é formado em Engenharia Florestal (1975) pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. Com 61 anos na época da entrevista, Waldyr é pesquisador do Instituto Florestal desde 1978 e desde 1997 atua em conjunto com a administração do PECJ, assessorando a gestão do Parque, no parecer sobre pesquisas na UC e sobre o uso público. Foi gestor da unidade entre 2000 e 2001.

Dada sua experiência como pesquisador do IF, como engenheiro florestal desde a década de 1970, e seu acompanhamento das atividades e manejo do Parque, a entrevista com o ex-gestor trouxe informações que colaboraram especialmente com a noção e entendimento da realidade das unidades de conservação paulistas.

De uma maneira geral, considerando as UCs brasileiras, o engenheiro florestal acredita que ainda “*Pano de fundo é igual o de sempre, ou seja, dificuldades de recursos humanos e financeiros*” o que faz com as mudanças sejam positivas, porém com entraves que não se resolvem por meio delas. Ele acredita que falta ainda consistência no planejamento, e especialmente na execução do que é planejado.

A ressalva que Joel faz é de que nos últimos anos a consciência ambiental tem se fortalecido e isso de alguma forma contribui para a efetividade das medidas tomadas pela gestão das unidades.

Instigado a dar sua opinião sobre o Decreto nº 51.453 (SÃO PAULO, 2006), que criou o SIEFLOR, ele fez um apanhado sobre as falhas e sucessos do Sistema, afirmando que o decreto em si foi bom por ter ordenado conflitos e encaixado responsabilidades. Quanto às falhas, o entrevistado comenta que acredita que sejam eventuais e individuais, destacando que muitas vezes ocorrem dependendo da dinâmica da situação dependendo da conciliação de dois ou mais fatores, por exemplo, ele

observa que não adianta colocar um gestor melhor se não houver recursos para que ele implemente as ações necessárias.

Joel acredita que a política da FF em colocar um gestor em cada unidade seja uma medida muito importante, no entanto demonstra contrariedade à entrada de pessoas no órgão que chegam a seus cargos por indicação.

Em vista do momento que a FF se encontrava em 2011 ainda se consolidando na gestão de várias UCs paulistas, o ex-gestor observa que a divulgação e a criação de uma identidade ainda não são fortes porque a Fundação ainda está *“arrumando a cozinha e o banheiro antes da área de lazer”*, querendo dizer que ainda há necessidades mais relevantes e urgentes, especialmente quanto aos ajustes de recursos.

Pelo que tem acompanhado do Conselho Consultivo, Joel acredita que *“É uma das melhores coisas que aconteceram para que gestor não tenha que mandar sozinho”*, mas pondera que ainda há um caminho a ser percorrido para que o mesmo traga contribuições mais consistentes para a gestão do PECJ. De toda forma, ele compara o processo com uma semente lançada e aguarda que ao longo dos anos os resultados surjam.

Da mesma maneira, ele explica que a gestão dos impactos gerados pela visitação é limitada às preocupações mais básicas, sendo um estudo de capacidade de carga interessante, porém ainda considerado um “refinamento” dada situação das outras demandas, salientando que as principais ameaças são a caça e a pesca predatória.

Em sua opinião, a educação e percepção ambientais devem ser trabalhadas, mas é notável que exista uma dependência significativa de prestadores de serviços com metodologias interessantes e atraentes, além do envolvimento de monitores capacitados, treinados e participativos.

Reunindo as informações angariadas ao longo das três entrevistas foi preenchida uma linha temporal que sintetiza acontecimentos relevantes para o PECJ, especialmente do contexto em que está inserido na última década e os traços que indicam sua projeção futura.

Na Figura 20 temos esquematizada a sucessão cronológica do Parque Estadual de Campos do Jordão desde a sua criação em 1941 até o ano de 2013 com destaque para eventos importantes ocorridos na UC e relevantes para o presente estudo de caso, como a transição de gestão do Instituto Florestal para a Fundação Florestal em 2008.

Figura 20 – Linha do tempo do Parque Estadual de Campos do Jordão

Fonte: Resultado da pesquisa.

Pela ilustração é possível visualizar o contexto abordado pela pesquisa e a representação de fatos que marcaram a gestão do PECJ e, consequentemente, influenciaram sua visitação.

Vimos que a criação do Parque seguiu uma tendência que surgiu nos Estados Unidos e recebeu influências de diretrizes empregadas tanto no país norte americano como em países europeus, como comentado pelo ex-gestor Marco Pupio e também no Plano de Manejo de 1975.

Ao longo das décadas a unidade sofreu diversas alterações conforme foram criadas novas leis pertinentes a ela, além de uma evolução do cenário mundial e brasileiro a cerca das questões ambientais. As UCs brasileiras nos últimos anos foram expandidas em quantidade e em área e hoje ocupam mais de 17% do território nacional, sendo a quarta maior superfície de área protegida entre os países do globo.

No entanto, como já demonstrado pela revisão bibliográfica e nos diálogos com os gestores, especialmente pelo trecho do ex-gestor Waldyr Joel que ilustra a situação,

temos que “*Pano de fundo é igual o de sempre, ou seja, dificuldades de recursos humanos e financeiros*”, ou seja, a deficiência na gestão das áreas protegidas do Brasil vem de longa data e ainda hoje não foram superadas embora muito tenha sido feito em termos de legislação pertinente, criação de órgãos públicos, e elaboração de princípios, diretrizes e metas para a efetividade dessas áreas já que os investimentos direcionados a elas não acompanharam o mesmo ritmo.

O caso do Parque Estadual de Campos do Jordão é especialmente interessante sob o ponto de vista tanto brasileiro como estadual já que foi um dos primeiros a ser criado no país e o pioneiro no Estado.

A administração do Parque foi ao longo do tempo sendo pressionada a responder às demandas e circunstâncias dos momentos históricos que se passaram o que levou à elaboração do Plano de Manejo de 1975 e os enfrentamentos mais recentes ligados ao decreto do final de 2006 que instituiu o Sistema Estadual de Florestas. Além disso ocorreu a mudança de gestão do IF para a FF e agora a elaboração de um novo Plano de Manejo, necessário como instrumento legal que corrobora a tomada de decisão e implementação das ações planejadas.

Nesse mesmo percurso, os objetivos de um Parque foram esboçados e delineados, sendo uma categoria de destaque pelo seu caráter natural de beleza cênica e importância como espaço para o uso público direcionado à pesquisa científica e principalmente às atividades de educação e interpretação ambiental assim como as recreativas e de contato com a natureza.

Se no primeiro momento, quando o PECJ foi criado nos anos de 1940, a visitação não era um objetivo da área, como foi comentado por Pupio durante sua entrevista, a partir da década de 1970 essa situação tornou-se muito diferente, apresentando, nas décadas seguintes, um crescimento da demanda por parte do público que mantém hoje em dia, colocando o mesmo na primeira posição dentre os Parques Estaduais paulistas situados no interior do Estado.

De fato, como apontado por Stigliano (2004) e reafirmado por Serrano na entrevista concedida em 2011, observa-se que existe uma ligação estreita entre a visitação do PECJ e o movimento turístico do município de Campos do Jordão onde a atividade é a principal matriz da economia local. A estância climática localizada na Serra da Mantiqueira recebe milhões de turistas por ano, principalmente nos meses de

junho e julho e oferece a eles uma série de atrativos que distribuem pela cidade e pelo entorno.

Muitas vezes, o que tem sido notado é que o visitante que vai ao PECJ chega ao mesmo crente de que está indo a um Horto Florestal local e o considera um dentre os outros atrativos turísticos o que faz com que frequentemente não compreendam os objetivos da UC, sua real dimensão e significado, buscando a área como uma continuação do ambiente urbano.

Não se pode dizer que somente essa variável influencia o uso público do Parque, e nem que os visitantes estão equivocados como um todo em procurar a área para lazer. Vê-se que um mínimo de infraestrutura e receptividade são fatores que propiciam a qualidade da experiência de visita, como muitos autores já demonstraram, e há, portanto uma necessidade de se conciliar o uso público com a conservação, como bem observou o ex-gestor Pupio.

Existem outras variáveis que condicionam a forma como a visitação ocorre e grande parte delas tem a ver com a maneira com que ele é gerido e também divulgado, apresentado aos seus visitantes. Dessa forma, a gestão da visitação tem um papel importante em acessar os indivíduos e empregar medidas por meio do oferecimento de equipamentos e materiais que se traduzam em políticas e orientações de conduta, possibilitando que, independentemente da motivação da visita, o público tenha a oportunidade de inserir os elementos principais da área à sua percepção ambiental.

Com a Fundação Florestal presente no Parque desde 2008 houve um notável aumento no número de visitantes nos últimos anos o que pode indicar que a gestão tem caminhado num rumo atraente para seu público. Na entrevista com a gestora Célia foi perceptível a expectativa que essa nova realidade traga para as UCs paulistas e para o PECJ novos empreendimentos e a renovação da estrutura física e administrativa da área.

Entretanto, essas mudanças ficam limitadas devido aos problemas financeiros, estruturais e burocráticos que são entraves ao desenvolvimento das medidas planejadas, uma situação de difícil resolução citada pelos três profissionais entrevistados.

A gestora demonstrou entusiasmo em promover a gestão compartilhada das unidades de conservação estaduais no intuito de que os processos sejam agilizados e tragam mais independência e eficiência ao funcionamento delas. A presença da iniciativa privada nas UCs, no entanto, é um assunto a ser trabalhado em um estudo

voltado para o tema, que discuta com mais profundidade as questões envolvidas com a terceirização e os impactos dessa modalidade público-privada.

Até o momento, a gestão atual posicionava-se esperançosa com as mudanças decorrentes do SIEFLOR, mas com total consciência das demandas ainda não supridas como a falta de monitores ambientais e de capacitação dos mesmos, o novo Plano de Manejo que dê suporte à gestão para tratar de planos como novos centros para visitação, implantação de programas de educação e interpretação ambiental e também de controle e monitoramento dos impactos gerados pelo uso público.

Tanto a gestora Célia como os ex-gestores Marco e Waldyr expressaram em suas falas a importância da educação e da interpretação ambientais, com pontos de vista diferentes em relação à forma como devem ser implantadas, mas como uma noção muito clara da relevância dessas atividades. Como Pupio disse, o Parque é uma referência em EA para a sociedade.

Eles concordam, por conseguinte, que é imprescindível a implantação de programas voltados à educação do visitante e à qualidade de sua experiência apoiados em metodologias pertinentes e sólidas desenvolvidas por profissionais capacitados e preparados para lidar com a visitação numerosa e peculiar do Parque Estadual de Campos do Jordão.

É evidente que o ponto de vista de cada um diverge em alguns aspectos devido à faixa etária ou mesmo às atribuições ao longo da carreira, a vivência de cada um. Entretanto, os entrevistados se mostraram conscientes das limitações e dos potenciais das UCs e especialmente do PECJ, todos com caráter correspondente à gestão de uma área protegida, com formação consistente e experiências que realçam a competência que os gestores têm ou tiveram para estar à frente do Parque.

4.2 Caracterização dos prestadores de serviços de apoio à visitação e análise de sua relação com o PECJ

A inclusão de entrevistas com alguns dos prestadores de serviços de apoio à visitação do PECJ resultou em informações interessantes a respeito desses indivíduos que lidam diretamente com o público que enriqueceram a pesquisa por meio de suas observações e experiência com o Parque, assim como seu conhecimento e relação com a gestão da unidade. Com exceção do Viveiro que é de responsabilidade do Instituto Florestal, os demais serviços são terceirizados.

Com a maioria dos entrevistados trabalhando na UC há mais de cinco anos, são também importantes na avaliação das ações aplicadas pela gestão atual e pelas anteriores as quais foram comentadas em alguns momentos pelos participantes.

Na Tabela 6 são apresentados os nomes dos estabelecimentos que prestam serviços de apoio aos visitantes e os respectivos entrevistados entre os dias 28 e 30 de julho de 2011 pela pesquisadora.

Tabela 6 – Estabelecimentos e perfil dos prestadores de serviço de apoio à visitação

Nome do estabelecimento	Nome do entrevistado	Anos de experiência no PECJ
Artesanato Mineiro	Castriana	4
BK Monitores	Paulo	5
Casa do Chocolate e Cantina do Parque	Francisco	13
Lojinha do Parque	Vilma	12
Trenzinho do Parque	Luci Mara	11
Viveiro de Mudas Nativas	Anésio	29
Zoom Aventura	Cristiano	3

Fonte: Resultado da pesquisa.

Os resultados das entrevistas são referentes aos questionamentos que identificaram o perfil delas assim como sua relação e posicionamento sobre a gestão do Parque. Nesse sentido, os prestadores poderiam dar sua opinião sobre a quantidade de visitantes e as atividades desenvolvidas em pelos gestores, além de serem motivados a darem sugestões e fazer comentários ao final do inquérito.

Artesanato Mineiro é uma das duas lojas que oferecem uma variedade de *souvenir* aos visitantes, especialmente de artesanatos feitos com madeira e outros matérias além de objetos de decoração e lembranças em geral que costumam ter gravado o nome do município de Campos do Jordão.

Castriana, de 26 anos de idade e com ensino médio completo, trabalha no Parque há quatro anos. Limitando-se a poucos comentários, a funcionária da loja demonstrou acreditar que as atividades desenvolvidas pela gestão atual em relação aos visitantes têm sido boas e afirma que de uma maneira geral muitas mudanças têm ocorrido no PECJ nos anos mais recentes.

A BK Consultoria e Serviços é uma empresa fundada em 1998 sediada na cidade de São Paulo que presta apoio a outras entidades com serviços de Tecnologia da Informação e Apoio à Gestão de maneira geral. Para o Instituto Florestal, a BK contrata monitores ambientais que trabalham como terceirizados nas unidades de conservação paulistas (BK CONSULTORIA E SERVIÇOS, 2013).

Em 5 anos como monitor ambiental do Parque, Paulo Sato, de 39 anos, com ensino superior na área de informática e ensino técnico em meio ambiente, turismo e nutrição, trabalha para a BK mas possui um relacionamento relativamente extenso com o PECJ.

Em sua opinião, a gestão do parque tem sido boa e bem organizada, apresentando significativas mudanças desde a criação do SIEFLOR e com a presença da Fundação Florestal na administração da UC. Paulo comenta que a gestão tem sido mais transparente, como comunicação e diálogo, buscando promover o acompanhamento das questões locais.

Ele acredita que a visitação está passando por uma fase de crescimento e de acordo com suas observações e experiência de contato com os turistas, o *“público também tem se diferenciado nos últimos tempos e está mais preocupado com o meio ambiente”*, uma afirmação apoiada, dentre outras observações, na diminuição notada de resíduos deixados em trilhas.

A Casa do Chocolate, localizada próximo ao Centro de Visitante, oferece ao público uma variedade de chocolates regionais, cafés, chocolate quente, doces típicos da região dentre outros produtos. Já o restaurante, chamado Cantina do Parque, fica próximo ao Viveiro de Mudas Nativas, tem à disposição dos visitantes refeições mais completas como pratos servidos com a truta, um peixe exótico trazido do hemisfério norte e muito consumido na região.

Proprietário tanto da Casa do Chocolate como do Restaurante, Francisco, de 46 anos e com o ensino fundamental completo, trabalha na prestação dos serviços de alimentação do Parque há 13 anos.

Em sua contribuição à pesquisa, Francisco comentou que a gestão do Parque está sendo boa e mais eficiente, com melhorias na infraestrutura, como das instalações para recepção dos visitantes. Afirma ainda que notou que 2011 não foi um ano com tanta visitação ao município de Campos do Jordão, mas que o PECJ continua recebendo muita gente.

Ele também vê de forma positiva o desenvolvimento das ações de gestão e a compensação dos investimentos que o comerciante fez nos últimos tempos. Sua única reivindicação seria de um horário de atendimento ao público mais longo.

A Lojinha do Parque, localizada numa parte da instalação que abriga o Centro de Visitantes, é um estabelecimento que oferece ao público uma diversidade de produtos como camisetas com imagens de araucárias e referências a Campos do Jordão, além de chaveiros, bonés, imãs, adesivos etc.

A funcionária Vilma, que foi entrevistada para a pesquisa, é uma senhora de 50 anos com o ensino médio completo e que trabalha no PECJ há 12 anos. Ela demonstrou muita satisfação em trabalhar na Lojinha e em sua opinião a gestão do Parque tem melhorado consideravelmente em relação à visitação. Segundo suas observações “*o parque está mais bem cuidado e melhorou a qualidade da visita, gostaram muito da mudança no Centro de Visitantes*”.

Apesar disso, Vilma menciona que percebeu que no passado o Parque recebia mais visitantes e tinha mais atrativos na alta temporada, que no ano de 2011 ela notou uma redução de visitas principalmente de pessoas que já conhecem o parque e o frequentam nessa época.

Graduada em Pedagogia e com pós-graduação, Luci Mara, de 53 anos, é a proprietária do Trenzinho do Parque atualmente. Ela trabalha no PECJ há 11 anos e discorreu durante a entrevista sobre a proposta do passeio realizado com o veículo e sua opinião a respeito da gestão da visitação que o Parque tem tido.

Sobre a visitação no Parque, assim como outros prestadores de serviços entrevistados, também disse ter percebido uma redução na quantidade de visitantes no município, mas acha que melhorou para o PECJ e salienta que os elogios ao Parque como um todo tem aumentado.

Luci Mara explica que seu atrativo é utilizado principalmente pelo público idoso e pessoas com dificuldade de locomoção, mas enfatiza que “*O Trenzinho é idealizado com princípios pedagógicos. O trabalho incentiva o povo a cuidar da fauna e da flora, há aula sobre araucária*” expressando a visão de que é uma atividade interessante para todas as idades.

Na opinião de Luci Mara a gestão tem sido excelente e justa, mostrando-se mais organizada e colaborativa. Segundo ela, as mudanças na gestão trouxeram mais diálogo e orientações pertinentes, além de menos pressões para seu trabalho.

Em 2011, na época da entrevista, o preço do passeio de Trenzinho era de R\$ 6 para crianças e R\$ 12 para adultos. Houve a oportunidade de participar de um dos passeios com o veículo. Com duração de cerca de 40 minutos, o percurso é dirigido e monitorado pelo funcionário Alexandre que dirige informações sobre a flora, a fauna e a história do Parque, fazendo ao longo do caminho algumas pausas para explicações mais detalhadas com o auxílio de alguns utensílios, especialmente para falar da araucária.

De uma maneira geral as explicações abordaram de forma clara e ilustrativa os assuntos que envolvem a localização de Campos do Jordão, o nomes dos rios da região, a importância da água, da fauna e da vegetação local, especialmente sobre a araucária. Houve também ênfase sobre quais condutas são proibidas no parque ou que são prejudiciais, como a pesca da truta, a caça e a coleta de pinhões. Trata-se de um serviço muito interessante oferecido no Parque apesar das críticas a ele por causa da geração de ruídos e perturbação à fauna.

O Viveiro de Mudanças Nativas oferece tanto aos visitantes como a pessoas e organizações interessadas em reflorestamento uma variedade de mudas de espécies nativas e exóticas. Há uma grande produção de mudas de araucárias e grande parte delas é plantada na própria unidade. Os visitantes podem comprar lá mudas de plantas como hortênsia, jasmim, azaleia dentre outras.

Anésio Dias Pereira, de 49 anos e ensino fundamental incompleto, é o responsável pelas atividades do Viveiro de Mudanças Nativas, trabalha no Parque há 29 anos e é Oficial de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica, concursado do Instituto Florestal há 15 anos.

Sendo o único entrevistado ligado diretamente ao Instituto Florestal e com tantos anos de experiência no PECJ, Anésio comentou que gosta de trabalhar no Viveiro e não tem sentido muitas diferenças na visitação dos últimos anos.

Para ele, que já vivenciou as mudanças do Parque por praticamente três décadas, cada gestão se apresenta de uma forma, pois *“cada um que entra faz uma coisa diferente”*. Assim, ele acha que a gestão atual é distinta das anteriores e disse ter a sensação que o servidor público não tem sido interessante desde que a Fundação Florestal assumiu o Parque, notando a preferência por funcionários da própria FF ou terceirizados.

A Zoom Aventura promove no Parque atividades esportivas e de aventura através do aluguel de bicicletas (R\$15/hora), arborismo e tirolesa (ambos a

R\$30/atividade). Segundo informações do entrevistado, os educadores ambientais da Zoom Aventura passam por treinamentos e obedecem as normas ligadas à atividade.

Entrevistado para a pesquisa, o funcionário Cristiano, de 28 anos e formado em Contabilidade com formação complementar de Educador Ambiental. Trabalha na Zoom há dois anos e meio.

Ele estima que o fluxo de visitantes atendidos varie entre 60 a 80 indivíduos por dia na alta temporada e de 15 a 30 clientes diários nas estações de menor procura. Na sua percepção, hoje em dia o Parque tem sido menos frequentado pela elite e há uma diversidade grande de público. No caso da Zoom, Cristiano comenta que muitos de seus clientes vêm ao PECJ por outros motivos e quando chegam lá e descobrem as atividades acabam participando das mesmas. Cristiano afirma que a gestão atual tem demonstrado mais envolvimento e divulgação, desenvolvendo esforços em organizar a visitação, cuidando também da manutenção do espaço, mas que ainda assim são observados os problemas com a falta de monitores, equipamentos e serviços.

Na figura seguinte estão representados alguns dos serviços de apoio à visitação que foram detectados para entrevista sobre relação com o PECJ.

Figura 21 – Imagens representativas dos serviços de apoio à visitação. 1-Artesanato Mineiro; 2-Trenzinho do Parque; 3-Lojinha do Parque; 4-Cantina do Parque; 5-Zoom Aventura; 6-Viveiro de Mudanças; 7-Trilha guiada com monitor da BK; 8-Casa do Chocolate

Fonte: Sara R. Hirata. Data: 29 de julho de 2011.

De maneira geral, os entrevistados mencionaram alguns pontos referentes ao estabelecimento que representaram durante o diálogo e os serviços que prestam dentro da unidade. A maioria deles demonstrou concordar com a forma que a atual gestão tem estabelecido sua presença o que pode ser reconhecido nos comentários sobre colaboração, participação, envolvimento e organização.

Alguns concordaram que o número de visitantes tem sofrido variação nos últimos anos, mas acreditam que a qualidade da visita tem melhorado e citam que se tornou mais frequente ouvir elogios sobre o Parque do público frequentador.

Um dos entrevistados, com cerca de três décadas de experiência no PECJ fez, ainda, uma crítica à gestão como um todo, destacando a alteração de gestores em períodos pequenos e a descontinuidade de ações, fatores que causam incongruências no funcionamento do Parque.

4.3 Caracterização do visitante sob os aspectos socioeconômicos e análise da sua relação com o PECJ e a gestão da visitação na unidade

Os formulários aplicados entre os dias 28 e 30 de julho de 2011 com os visitantes resultaram em 97 documentos válidos para a tabulação e análise.

Por meio de escolha aleatória dos visitantes que estavam no Parque na área onde o uso público se concentra, o anseio da pesquisa era entrevistar entre 5% e 10% dos indivíduos com base na média diária de 1600 visitantes estimada conforme apresentados nos Procedimentos metodológicos do trabalho. Com 6% da média alcançadas, a investigação atingiu com satisfação os objetivos pretendidos dentro das limitações temporais.

A todos os visitantes foi explicado o motivo da abordagem e a apresentação da pesquisadora ou do seu parceiro que auxiliou na coleta dos dados durante os três dias. Em seguida foi solicitada a participação do inquérito e apenas cinco pessoas se recusaram a respondê-lo. A duração de cada diálogo foi, em média, de 15 minutos, variando de acordo com a disponibilidade e disposição do público.

Assim, temos a seguir a caracterização do perfil dos participantes e a compilação das informações concedidas, compostas pela opinião e avaliação de quem estava visitando o Parque pela primeira vez (53) e por quem já o conhecia (44), sobre o Parque Estadual de Campos do Jordão.

Organizados por gênero, temos que, do total de indivíduos, 55% são do sexo feminino e 45% masculino. Em seguida, foi preenchida a faixa etária em que os visitantes se encontravam cuja distribuição pode ser vista a seguir.

Figura 22 – Distribuição dos visitantes de acordo com a faixa etária

Fonte: Resultado da pesquisa.

Vê-se que a maior parcela dos entrevistados encontra-se na idade entre 42 e 49 anos e representam 25% do total, seguida por 19% entre 18 e 25 anos, 16% entre 34 e 41 anos, 14% de 58 a 65 anos, 13% entre 50 e 57 anos, 7% acima de 65 anos, e 5% na faixa entre 26 e 33 anos.

Distribuídos nessa configuração, vemos que a procura pelo Parque tem especialmente de pessoas que têm entre 42 e 49 anos, o que pode ser relacionado ao fato delas geralmente irem acompanhadas de familiares, principalmente de crianças como conferido pelas observações locais que reafirmam o resultado de Stigliano (2004). Os jovens também se destacaram e evidenciam a demanda de um público que nasceu entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, indicando o interesse desses que provavelmente tiveram mais contato com a repercussão das questões ambientais assim como possivelmente participaram de atividades de educação ambiental durante sua formação escolar, além de crescerem sob a crescente influência da expansão ao acesso de tecnologias e informações.

A investigação também permitiu esquematizar a distribuição do público entre as faixas etárias de acordo com o critério da experiência, mostrando a demanda do público que foi ao PECJ pela primeira vez e do que já conhecia o local.

Figura 23 – Distribuição dos visitantes em faixas etárias de acordo com experiência

Fonte: Resultado da pesquisa.

A Figura 23 demonstra tendências segundo sua faixa etária com distinção considerável entre a demanda daqueles que vão ao PECJ pela primeira vez e os que já conhecem a área. Nota-se que os mais jovens têm procurado o Parque como uma nova experiência, assim como os adultos entre 42 e 49 anos seguidos por valores relativamente equilibrados dos outros componentes. Essa mesma tendência não se confirma entre os que já conhecem o Parque, apontando a concentração da demanda entre o público na faixa etária de 34 a 49 anos, evidenciando a UC como alvo principal de regresso dos adultos que mencionaram como motivos que os trazem de volta a sensação de liberdade (12%), valor afetivo (8%), atividades para crianças (8%), dentre outros que serão analisados posteriormente.

Ter os dados referentes à idade dos visitantes, especialmente saber quais faixas etárias são predominantes, sem esquecer-se das demais, permite aos gestores que visualizem medidas que vão ao encontro das necessidades para uma visita de qualidade, direcionando os esforços com prioridades. Dessa forma, instalações e programas que promovam qualidade na experiência das famílias com crianças, as tecnologias que aproximem o visitante da área e à facilitação de acesso para que idosos e indivíduos com dificuldade de locomoção também possam aproveitar o passeio no Parque são exemplos de ações que podem ser empregadas.

Para caracterização socioeconômica dos visitantes foram feitas questões a respeito da escolaridade e profissão, renda familiar em salários mínimos, tipo de hospedagem utilizada, meio de transporte para ir ao Parque e local de origem.

O grau de escolaridade dos visitantes foi dividido nas categorias Ensino Fundamental, Ensino Médio/ Técnico, e Ensino Superior.

Figura 24 – Distribuição dos visitantes por grau de escolaridade

Fonte: Resultado da pesquisa.

A grande maioria dos entrevistados declarou ter completado o ensino superior, representando 82% da amostra, seguida por 13% dos que concluíram o ensino médio e/ou técnico e uma pequena parcela com apenas o ensino fundamental.

A renda familiar dos visitantes foi organizada em faixas de salários mínimos – S.M., considerando o valor efetivo de 2011 de R\$545,00. As opções que os respondentes poderiam escolher constam das subdivisões em faixas que variam em unidades de salários mínimos mensais que variaram de: 0-2; 3-5; 6-8; 8-10; e acima de 10.

Figura 25 – Distribuição dos visitantes por renda familiar em salários mínimos

Fonte: Resultado da pesquisa.

Como pode ser observado na Figura 25, mais da metade dos indivíduos da amostra declarou que a renda mensal familiar é superior a 10 salários mínimos (mais de R\$5450,00) sendo que oito pessoas comentaram que a renda ultrapassa 20 salários mínimos e dois disseram que passa de 40 unidades, dentre outras que apenas optaram pela faixa correspondente. Nota-se que poderiam ter sido disponibilizadas opções de faixas superiores de renda, no entanto só a noção da porcentagem do público que mensalmente têm mais de 10 S.M. como receita já auxilia na compreensão de alguns aspectos da visita do Parque. Em seguida, verifica-se que 16% recebem entre 6 e 8 S.M.; 15% se declararam que sua renda mensal é de 8 a 10 S.M.; 9% entre 3 e 5; e 5% entre 0 e 2 S.M..

Reunindo os resultados das duas últimas variáveis apresentadas observamos características relevantes do perfil do visitante do PECJ, expondo o grau de instrução e a sua distribuição em classes sociais. As informações reiteram outras pesquisas realizadas anteriormente no Parque, assim como confirmam a visão dos gestores que dão indícios do alto nível de educação e caráter elitista do público.

A investigação seguiu buscando saber em quais tipos de hospedagem os visitantes estavam alocados e qual o meio de transporte que utilizaram para ir até o PECJ.

Tabela 7 – Tipos de hospedagem utilizados pelos visitantes

Tipo de hospedagem	Quantidade de visitantes
Hotel	34
Pousada	34
Residência própria	11
Residência de amigo/conhecido	8
Colônia de férias	9
Casa alugada	1
Total	97

Fonte: Resultado da pesquisa.

Na análise seguinte destaca-se a diferença na distribuição dos tipos de hospedagem utilizados pelos visitantes que foram ao Parque pela primeira vez e os que já o conheciam.

Figura 26 – Tipos de hospedagem utilizados

Fonte: Resultado da pesquisa.

Os resultados dessa parte da pesquisa refletem diferenças entre os tipos de estadia em que o público se abriga durante o período que ficam em Campos do Jordão. Dentre as pessoas que foram ao PECJ pela primeira vez, estima-se que também não tenha conhecido ou frequentado o município jordanense também vista a expressividade do número que se hospeda em hotéis e pousadas e representam mais de 80% do grupo.

A mesma tendência não é verificada entre os que já conhecem o Parque, pois, apesar de mais da metade concentrar-se nos hotéis e pousadas, vê-se uma ocupação

maior de estruturas diversificadas como a residência própria, a residência de um amigo ou conhecido, a colônia de férias ou uma casa alugada. Aliás, essas formas de hospedagem evidenciam uma característica peculiar de Campos do Jordão cuja história de consolidação do turismo como principal atividade econômica local tem entre seus componentes a segunda residência como um fator marcante até os dias de hoje.

Quanto ao meio de transporte que os visitantes utilizaram para chegar de sua origem até o PECJ há quase uma unanimidade já que 96 deles afirmou ter vindo com veículo próprio e somente um indivíduo locomoveu-se de ônibus até a unidade, tratando-se de um atleta profissional que foi em busca um treino em altitude elevada. Esses dados, juntamente com os de escolaridade e renda, realçam as observações já mencionadas sobre o perfil do visitante.

E para finalizar essa primeira fase do formulário cujo intuito foi caracterizar o visitante do Parque Estadual de Campos do Jordão, há os resultados que identificaram a origem do público e que podem ser verificados na Figura 27.

Figura 27 – Distribuição dos visitantes de acordo com o local de origem
Fonte: Resultado da pesquisa.

Como Stigliano (2004) já havia constatado em sua pesquisa, o PECJ tem se mostrado um Parque paulista, com quase 70% dos visitantes vindos principalmente da capital (30%) e de municípios do interior do Estado. Os outros estados não foram tão representativos nessa amostra, mas a mesma comprova a significativa presença de visitantes que vêm do Estado do Rio de Janeiro, em especial da capital, origem de 17 visitantes entrevistados (17,5%).

Nota-se que apenas um visitante de Campos do Jordão participou da pesquisa, entretanto, apesar do número em si ser baixo, ele não significa necessariamente que o Parque não seja procurado pela população local já que existem fatores de influência sobre essa informação que podem ter trazido alterações ao resultado, como o fato da pesquisa ter sido em julho, alta temporada do turismo no município e quando os jordanenses mais trabalham e se dedicam em hotéis, pousadas, restaurantes, venda de malhas e chocolates dentre outras atividades voltadas à demanda turística que impulsiona a economia municipal.

Outra observação é que tanto o único participante como 2 visitantes que se recusaram a responder o inquérito disseram assim que foram abordados que eram moradores do município e por isso não tinham que participar da pesquisa, denotando sua impressão de que o estudo envolvia apenas turistas de outras localidades.

Considerando o cenário regional, 26% dos visitantes que vieram do interior paulista são de municípios vizinhos ou próximos como Pindamonhangaba (2) e Taubaté (3) que distam entre 45 e 60 quilômetros, respectivamente. Além desses, três visitantes eram de São José dos Campos e dois de Guaratinguetá, ambos a cerca de 80 quilômetros de Campos do Jordão.

A segunda etapa do formulário buscou levantar a relação dos visitantes com o PECJ por meio de indagações a respeito da relação, opinião e avaliação dos indivíduos sobre o Parque e sobre as unidades de conservação paulistas.

O levantamento dos principais atrativos do município jordanense se deu por meio de uma questão aberta em que os entrevistados poderiam dizer os atrativos que quisessem. Do total de formulários foram coletadas 217 respostas das quais 93 correspondem aos indivíduos que já conheciam o local.

Devido à possibilidade de respostas variadas à pergunta, na tabulação houve a separação desses dados em categorias que reuniram referências aos atrativos naturais, atributos naturais, turismo convencional e outros que não se encaixaram em nenhuma das outras opções segundo o critério adotado pela pesquisa.

Entre os atrativos naturais foram contados pontos já conhecidos no município em que os fatores naturais são os mais representativos como atração: Horto, Pico do Itapeva, Morro do Elefante, Ducha de Prata, e Pedra do Baú, que, apesar de estar localizado no município de São Bento do Sapucaí é equivocadamente conhecido como atributo jordanense.

Na categoria atributos naturais estão contidas as indicações alusivas aos recursos naturais e características do cenário físico: natureza, frio, ar puro, clima, beleza, paisagem, altitude e araucária.

Agrupadas em turismo convencional estão indicações sugestivas às atividades típicas do turismo no município: pontos históricos, gastronomia, chocolate, arquitetura, vila Capivari, Cervejaria Baden Baden, bares, centro, Palácio Boa Vista, Auditório, Museus, Teleférico, Festival de Inverno, badalação, comércio, pousadas e passeios de trem.

Em “outros” há respostas que não se encaixaram nas demais categorias sendo palavras genéricas como passeio e referência ao Tarundu, um parque particular de atrações variadas (*paintball*, escalada, passeios a cavalo etc).

A distribuição das informações por categorias pode ser vista sob as duas perspectivas na Figura 28. Os percentuais sugerem que o principal interesse do público no município é em relação aos atrativos desenvolvidos para os turistas e para a visitação, como é o caso do Festival de Inverno e de visitas guiadas que são oferecidas em museus, no Palácio Boa Vista, na fábrica de cervejas da Baden Baden e outros lugares. Há ainda a busca por cenários figurativos construídos no intuito de caracterizar o município em semelhança às construções típicas de alguns países europeus.

Figura 28 - Atrativos de Campos do Jordão

Fonte: Resultado da pesquisa.

Entre os visitantes que já conheciam o Parque a diferença de 10% entre os percentuais sobre o turismo convencional revela que aqueles com mais experiência no

local têm mais interesses nas demais categorias, especialmente as que reúnem aspectos naturais.

Logo em sequência os participantes foram solicitados a indicar, também em pergunta aberta, quais os principais atrativos do Parque Estadual de Campos do Jordão, gerando 155 indicações totais sendo 66 dos visitantes que já estiveram no Parque antes. Da mesma forma que na abordagem passada, houve a necessidade de separação das respostas por categorias cujo preenchimento se deu da seguinte maneira:

- ❖ Atividade física – trilhas, tirolesa, arvorismo, treino e caminhada.
- ❖ Lazer – atividades para crianças, Trenzinho do Parque, lojas de artesanato e *souvenir*, área para piquenique, tranquilidade, espaço para família, restaurante e café.
- ❖ Natureza – paisagem, árvores, beleza natural, cachoeira, conservação da área, hortênsias, araucária e lagos.
- ❖ Outros – carpas, mudas, passeio tradicional e menos poluição.

Figura 29 – Principais atrativos do Parque Estadual de Campos do Jordão

Fonte: Resultado da pesquisa.

O Parque Estadual de Campos do Jordão oferece ao público que o procura muitas opções de atividades que atendem a diversas preferências e interesses. A Figura 29 indica a distribuição das respostas em razão do caráter de atrativo destacado pelas pessoas.

Como um todo, há uma considerável concentração de indicações de aspectos naturais, sobretudo entre os visitantes que estavam no Parque pela primeira vez, o que talvez seja motivado pela crescente procura pelo ambiente natural preservado, uma intenção que não se repete entre quem já esteve no local, indicando que por conhecerem melhor a área vão até lá direcionados às outras opções de atividades, especialmente que lhe proporcionem lazer e bem-estar, como em atividades para as crianças, áreas para piquenique entre outros que também resgatem valores afetivos.

Esse grupo foi solicitado a responder com que frequência costuma visitar o PECJ e quais os atrativos que os motivavam a retornar. Para essas questões, foram obtidos os seguintes resultados:

Figura 30 – Frequência de visitas à UC de quem já conhecia o PECJ

Fonte: Resultado da pesquisa.

Vê-se que 57% dos visitantes que já conheciam o Parque afirmaram que se deslocam até o mesmo uma vez a cada semestre, o que pode estar relacionado aos períodos de férias escolares e alta temporada de julho.

Já as razões que os motivam a regressar distribuem-se entre as classificações apresentadas e explicadas na Tabela 8.

É notável que a quantidade de respostas que citaram aspectos ligados à natureza ou ao lazer como motivação para retornarem ao Parque se destaca entre as demais e corrobora tendências apontadas sobre a escolha dos principais atrativos do PECJ para esse grupo de visitantes.

Tabela 8 – Motivos que trazem visitante de volta ao PECJ

Motivação	Quantidade de respostas
Natureza (clima, paisagem, contato com a natureza, vegetação, cachoeira)	20
Lazer (atividade para filhos, tranquilidade, afetivo, espaço público, descanso e paz)	18
Atividade física (tiroleza e treino de altitude)	2
Outros (viveiro e coisas que existiam antes)	6

Fonte: Resultado da pesquisa.

A proposta do diálogo foi direcionada então em busca da relação entre o respondente e as unidades de conservação brasileiras, focando nas geridas por órgãos ligados a SMA do Estado de São Paulo.

O levantamento apontou que 78 dos 97 visitantes entrevistados já visitaram outro Parque ou área protegida, ou seja, 80% já tiveram experiência anterior no Brasil e/ou no exterior nesses espaços. Esse índice ratifica a competência relativa dos indivíduos em opinar e avaliar os itens propostos no formulário.

Quando questionados se sabiam do que se trata o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza ou SNUC (BRASIL, 2000), apenas três participantes afirmaram ter noção do que se trata a lei, os outros 97% negaram ter conhecimento sobre a lei federal 9.985 de 18 de julho 2000 que estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs brasileiras.

Em relação à gestão das unidades de conservação paulistas, incluindo a do PECJ, as respostas dos visitantes distribuíram-se de acordo com os percentuais apresentados na Figura 31.

Figura 31 – Opinião sobre quem é responsável pela gestão das UCs paulistas

Fonte: Resultado da pesquisa.

Os resultados mostram uma inconsistência do senso da população entrevistada a respeito de quem promove a gestão das áreas protegidas estaduais e do PECJ. Quase 70% dos visitantes declararam não saber o responsável pela administração da área, 4 acreditavam que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – ou o SNUC (BRASIL, 2000) gerissem a área.

Os outros 27% fizeram afirmações mais próximas da resposta condizente. Ainda assim, dentre eles 11 responderam genericamente que a gestão era feita pelo Governo estadual. Restaram então 15 pessoas das quais nove atribuíram à SMA a responsabilidade por cuidar das UCs e do Parque e somente seis apontaram a Fundação Florestal como órgão gestor.

Considerando que à SMA estão ligados tanto o Instituto Florestal, responsável por 47 áreas protegidas do Estado (apenas 1 Parque), como a Fundação Florestal, a qual cabe gerir o Parque Estadual de Campos do Jordão, temos um total de 15% cientes da estrutura administrativa das UCs estaduais.

Entrelaçando os resultados da questão sobre o SNUC (BRASIL, 2000) com a anterior e extrapolando essas informações para o universo a título de análise não estatisticamente comprovada, temos uma demonstração nítida de que a população não

tem conhecimento do arcabouço legal administrativo onde estão inseridas as unidades de conservação do nosso país.

Esses apontamentos sugerem uma alta deficiência na formação da identificação e identidade entre a sociedade e as áreas protegidas no Brasil, ou seja, a baixa efetividade de gestão como reflexo dos escassos investimentos e problemática política que não suportam a demanda dessas áreas e afetam a consolidação da imagem, da comunicação e do relacionamento como um todo entre a UC e o seu visitante, quando a categoria permite e visa o uso público, uma oportunidade de que conheçam mais sobre as funções de um Parque e saibam como fazer parte dele. Isso sem mencionarmos os efeitos que essas lacunas no poder público causam sobre o objetivo de preservar o que ainda existe dos ecossistemas brasileiros.

Retornando ao foco do estudo de caso da pesquisa, o inquérito questionou a opinião dos usuários sobre quais são os objetivos de um Parque Estadual. O questionamento foi feito em pergunta aberta que resultou em 189 respostas, o que equivale à média de duas respostas por cada entrevistado.

A questão buscou levantar a opinião e o nível de conhecimento dos visitantes em relação aos intuitos de um Parque a partir das imposições legais já apresentadas na Revisão Bibliográfica deste trabalho. Reiterando os itens da legislação pertinente, temos que, de acordo com o Decreto Estadual 25.341 de 4 de junho de 1986 (SÃO PAULO, 1986) que aprova o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas os parágrafos 2º e 3º que elucidam:

§ 2º - Os Parques Estaduais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos e criados e administrados pelo Governo Estadual, constituem bens do Estado destinados ao uso do povo, cabendo as autoridades, mandadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los novos.

§ 3º - O objetivo principal dos Parques Estaduais reside na preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

E conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000) que fala sobre os objetivos de um Parque Nacional, aplicável igualmente ao Estadual e Municipal:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Diante desses conceitos e em consideração à alusão das respostas do público sobre os objetivos de um Parque Estadual, a análise dos dados foi efetuada após distribuição em categorias de acordo com o estabelecido na Tabela 9.

Tabela 9 – Classificação da opinião sobre objetivos de um Parque Estadual

Categoria	Respostas correspondentes
Educação e Interpretação ambientais	Educação ambiental; conscientização; orientação ambiental; orientação; conhecimento.
Preservação	Cuidar; preservar; manter a natureza; conservar; reserva ambiental; valorizar; manter fauna e flora; divulgar preservação; representar paisagem.
Recreação em contato com a natureza	Contato com a natureza; integração homem e natureza; estar em lugar natural; ver a natureza.
Visitação e Turismo	Visitação; descansar; relaxar; lazer.
Outros	Fiscalização; mudas.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Assim, temos a seguir a representação ilustrativa da distribuição do retorno dos visitantes à questão.

Figura 32 - Opinião dos visitantes sobre os objetivos de um Parque Estadual

Fonte: Resultado da pesquisa.

Os resultados apresentados na Figura 32 ratificam a noção coerente da quase totalidade das respostas dadas pelos usuários entrevistados, especialmente em relação à preservação da área que foi citada como objetivo em 110 indicações.

Há, portanto, indícios importantes de que apesar da noção sobre a gestão da visitação do Parque ser escassa, existe o entrosamento entre o público e o local e a consequente identificação das finalidades do mesmo.

O retorno obtido nesta indagação traz implicações positivas para a gestão da visitação no sentido de dar a ela suporte para planejar ações que já partam do pressuposto que a grande maioria do público tem um pensamento coeso sobre os objetivos dessa categoria de área protegida, sem deixar de aplicar esforços no esclarecimento de que o PECJ não se trata de um Horto Florestal, cujo objetivo principal é distinto do de um Parque.

Os últimos questionamentos analisados através do inquérito compreendem componentes da experiência da visita ao Parque Estadual de Campos do Jordão sobre aspectos qualitativos evidenciados na profundidade de conhecimento da área, atribuição de valores a itens do Parque e, por fim, as sugestões e comentários fornecidos.

Como já explicado, o formulário distinguiu algumas informações sobre os visitantes que estavam pela primeira vez no PECJ (53 indivíduos) dos que já o conheciam (44 indivíduos), identificando alguns itens do perfil do último grupo.

Abordados especialmente em pontos movimentados do Parque quando transitavam em sentido de retorno à entrada da UC ou ao estacionamento, o intuito foi solicitar a participação daqueles que já tivessem conhecido um pouco do PECJ para fazer alguns julgamentos a respeito do seu contato com a unidade.

Para interpretação das informações, foi calculada a média dos valores atribuídos na avaliação dos atrativos (trilhas, serviços de apoio à visitação, paisagem etc), da infraestrutura (construções de recepção ao visitantes, sanitários, lixeiras, acomodações etc), gestão (organização do Parque, disposição dos funcionários, atendimento na portaria etc) e divulgação/comunicação (informações disponíveis sobre a área, placas de sinalização na cidade, na estrada e dentro do Parque, materiais informativos etc) de acordo com a escala:

- 1 - Ruim (insatisfatório/desagradável)
- 2 - Razoável (pouco satisfatório)
- 3 - Bom (satisfatório/agradável)

4 - Muito bom (plenamente satisfatório/ótimo)

Somando os valores aplicados pelos visitantes, temos:

Tabela 10 – Avaliação dos visitantes sobre componentes do PECJ

Componente avaliado	Valor médio atribuído
Atrativos	3
Infraestrutura	3
Gestão do parque	3
Divulgação/ Comunicação	2

Fonte: Resultado da pesquisa.

Os resultados conferem, de acordo com a Tabela 10, que a satisfação dos indivíduos da amostra sobre os componentes do Parque levantados é considerada boa, exceto no quesito divulgação/comunicação em que há um índice razoável de contentamento. Destaca-se que os valores médios calculados foram equivalentes entre o grupo que conheceu o PECJ naquele dia e os que já conheciam o local.

Esses reflexos representam uma imagem positiva do Parque na opinião do seu público aqui representado pela amostra desse estudo. No geral, a maioria dos visitantes está satisfeita com aquilo que é oferecido pelo local e a maior crítica é referente à divulgação/comunicação do PECJ, ou seja, de orientações, tanto vindo de placas de sinalização dentro e fora do Parque, como de materiais informativos sobre os atributos da área.

Uma demonstração de que esse fator é importante pode ser vista no resultado de outro item da investigação – Questionados se a visita ao PECJ já estava planejada para o período de estadia em Campos do Jordão, 58% dos visitantes que vieram pela primeira vez afirmaram que sim e 86% dos que já conheciam o Parque disseram que a visita já estava programada.

Os índices realçam as evidências de que o público que foi à UC pela primeira vez pode não ter tido acesso a informações sobre o Parque anteriormente, mostrando uma deficiência nos procedimentos de divulgação e comunicação da área, tanto no contexto externo como nas imediações do mesmo.

Nota-se que a demanda pelo incremento desses componentes é percebida não apenas pelos participantes da pesquisa, mas também pelos gestores e estudos

precedentes que concordam com a necessidade de incremento de programas informativos dentro do Parque e também a abrangência além do perímetro local, com mais sinalização e informações distribuídas no município e nas dimensões regional, estadual, nacional e até internacional.

A viabilidade de investimento nesses itens é, no entanto, uma questão mais complexa do que elencar quais medidas precisam ser adotadas. As entrevistas com a gestora Célia Serrano e os ex-gestores Marco Pupio e Waldyr Joel foram marcadas por momentos em que o assunto é comentado. De maneira geral, a problemática provavelmente decorre da carência de recursos e de planejamento para as melhorias não só da divulgação, mas do atendimento ao público como um todo.

Embora possam ser utilizados alguns instrumentos como panfletos, banners e outros materiais, a consistência de programas voltados à educação e interpretação ambiental ainda está consideravelmente distante de ser alcançada. Por parte dos gestores, é preciso estudar até que ponto a visitação pode ser estimulada quando há chances de frustração entre a expectativa criada e a real capacidade em oferecer a todos uma experiência de boa qualidade.

Nesse sentido, o novo Plano de Manejo que está em fase de elaboração deve amparar as decisões da gestão a partir da sua implantação já que o documento deverá prever a competência do Parque em atender os visitantes segundo critérios não só de satisfação do público, mas também de resiliência aos impactos negativos gerados pela visitação convergindo ações que contemplem todos os objetivos do PECJ, evitando assim a degradação dos recursos naturais por ele protegidos.

Na época da pesquisa, a gestora do Parque afirmou ter consciência de uma série de impactos decorrentes do uso público, porém até aquele momento não havia suporte teórico e prático para monitorá-los e geri-los adequadamente. Independentemente dessa inviabilidade, é essencial que se saiba quais são os principais efeitos da relação entre a presença humana e a área natural protegida e como estimular a sensibilização dos visitantes para que adotem uma conduta coerente com os objetivos de preservação do local, amenizando as consequências negativas das atividades antrópicas.

Para encerrar a análise dos formulários, temos os resultados obtidos sobre a questão: “Em sua opinião, quais são os impactos gerados pela visitação sobre o PECJ?” e as sugestões e comentários recebidos.

Visando estimular a espontaneidade dos participantes, a questão foi aberta, permitindo que cada um dissesse aquilo que mais lhe parecesse pertinente. Para analisar os dados, as 155 respostas coletadas foram então agrupadas em três tipos de impactos que poderiam ser positivos (+) ou negativos (-), conforme apresentado na Tabela X.

Tabela 11 - Agrupamento da opinião sobre impactos da visitação do PECJ por tipo

Tipo de impacto	Respostas correspondentes
Ambiental -	Geração de resíduos; lixo; destruição da natureza; alimentar a fauna; poluição dos veículos; impacto sobre a vegetação; compactação das trilhas; impactos da manutenção (da infraestrutura); coleta de plantas; coleta de pinhões.
Ambiental +	Sensibilização; conscientização; educação ambiental; positivo ambiental.
Econômico +	Recursos com taxa de ingresso; positivo econômico.
Social +	Possibilidade de educar a população; revigorar as pessoas; manter para as próximas gerações; leva à reflexão.
Não gera	-

Fonte: Resultado da pesquisa.

Pela descrição dos agrupamentos, notamos que algumas respostas foram mais genéricas como “ambiental positivo”, no entanto, outras demonstraram uma noção de impactos mais específicos como a “compactação das trilhas” e “coleta de plantas” ou “coleta de pinhões”.

Analisando a distribuição das opiniões entre as categorias apresentadas, foi obtida a Figura 33.

Observa-se que 73% das respostas coletadas mencionaram impactos ambientais e dentre essas, a maior parte delas (61) citou-os como positivos. Talvez a maioria dos efeitos nomeados tenha sido sobre o fator ambiental devido ao contexto local do momento da entrevista, o fato de estarmos num Parque e como apresentada anteriormente, a concentração de opinião de que os principais atrativos da UC têm relação com a natureza.

Figura 33 - Opinião dos visitantes sobre impactos gerados pela visitação do PECJ

Fonte: Resultado da pesquisa.

Os outros 27% das respostas indicaram impactos sobre os fatores econômicos e sociais e uma pequena parcela é composta pela afirmação de que a visitação não tem impactos sobre o Parque. Com essas informações, acredita-se que os visitantes não sejam tão esclarecidos ou se lembrem dos aspectos sociais e econômicos envolvidos com a visitação, de toda forma, as respostas foram coesas.

A opinião dos visitantes sobre os impactos gerados pelo uso público mostra a compreensão relativa dos indivíduos de que a presença deles têm efeitos sobre a área, sobretudo, acreditam que esses efeitos sejam positivos.

Não há dúvidas de que a visitação proporcione benefícios para os visitantes, e há muitas chances de que esse caminho ocorra como uma via de mão dupla, dando retorno positivo também ao Parque, à preservação de seus recursos naturais e a valorização do mesmo enquanto espaço de desenvolvimento da percepção ambiental. Nota-se que existe uma demanda por conhecimento aprofundado sobre as relações sociais e econômicas, e também as ambientais entre o homem e a área protegida, mais uma vez apontando que a gestão deve priorizar os programas de educação e interpretação ambiental que englobem tais relações, bem como as interligações que as unem.

Numa análise meramente ilustrativa, sem conotação científica, baseada na observação dos dados entre a relação do nível de escolaridade e a percepção dos

impactos causados pela visitao no Parque Estadual de Campos de Jordo, foram obtidas algumas informaes interessantes que podem ser conferidas na Figura 34.

Figura 34 - Relao entre nvel de escolaridade e percepo dos impactos gerados pela visitao no PECJ
Fonte: Resultado da pesquisa.

Nota-se que os visitantes que declararam ter o ensino superior completo foram os que menos afirmaram que a visitao no gera impactos sobre o PECJ alm de representarem a maior parte dos participantes que citou impactos econmicos positivos da visitao na UC. Em contrapartida, mais de 20% daqueles que responderam que o uso pblico no causa nenhum efeito ao Parque so indivduos que concluíram somente o ensino fundamental, mesma condio dos que menos citaram os impactos ambientais negativos.

Sem pretenses de afirmar que existe de fato uma relao direta entre o nvel de escolaridade e a percepo sobre os impactos, h uma ideia identificada pelos dados da amostra que indicam especialmente a correspondncia entre as pessoas com menos escolaridade e a resposta “no gera” para a questo formulada.

Esses apontamentos serviram para enfatizar que a educao da populao brasileira primordial como forma de melhoria da sociedade e da capacidade crtica de fatores de influncia, no apenas de impactos que a visitao causa numa unidade de conservao, mas sobre tantos outros temas em que a cidadania essencial para que o povo se desenvolva sobre pilares slidos da democracia, e, qui, da sustentabilidade.

Na finalização dos formulários os participantes tinham a oportunidade de fazer comentários e sugestões sobre tudo que foi abordado e sobre a pesquisa, como uma forma livre de dizerem o que quisessem e também dessem retorno para aprimorar a gestão da visitação no PECJ.

Foram obtidas 94 indicações, considerando que cada visitante poderia fazer um número indeterminado de itens ou então não responder a essa parte, o que foi optado por 41 visitantes. O conjunto de opiniões dos visitantes é imprescindível para não apenas analisar como tem sido feita e percebida a gestão da visitação da unidade, mas, sobretudo dar sua contrapartida para enriquecer o local. O número de abstenções foi relativamente alto, e, dentre outros fatores, pode ser interpretada com a relativa satisfação dos visitantes com o Parque, ou o desinteresse em contribuir para melhorias do local.

Organizando os comentários e sugestões, foi notado que eles se concentraram em algumas categorias que foram então criadas para facilitar a interpretação desses dados. Assim, temos críticas sobre a infraestrutura; a deficiência na quantidade de monitores, de atividades de educação ambiental e divulgação; sobre os custos para entrar no Parque; opinião sobre aplicação das leis; e elogios e reclamações gerais que não se encaixaram nas outras divisões.

A correspondência entre as categorias e as respostas obtidas pode ser vista na Tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição dos comentários e sugestões

Categoria	Comentários e sugestões
Infraestrutura	Mais lixeiras
	Esperava mesmo nível de infraestrutura da cidade
	Mais banheiros
	Sinalização de apoio aos turistas
	Mapas
Falta de monitores	Falta de guias
	Visitas monitoradas
	Mais monitores
Faltam atividades de educação ambiental	Mais informação ambiental (mais monitores)
	Educação ambiental
	Parque deve conscientizar sobre os resíduos
	Mais eventos
	Palestras educativas
	Mais informação ambiental (mais monitores)
	Integração com a população
Custos	Cursos de educação ambiental para professores
	Cobrança é errado
	Custo de entrada muito alto e pouco divulgado
Falta divulgação	Maior divulgação + explorar potencial turístico
	Monitores divulgando o Parque nos meios de hospedagem
	Mais políticas
Aplicação das leis	Cuidar para preservar a área
	Maior aplicação das leis ambientais
	Área é bem administrada
Elogios gerais	Área é bem policiada
	O Parque tem atrativos para todas as idades
	Anos atrás estava mais bonito
Reclamações gerais	Parque parece abandonado
	Faltam atividades para as crianças
	É errado ter gente morando dentro do Parque

Fonte: Resultado da pesquisa.

Na figura seguinte, temos a distribuição das contribuições dadas pelos visitantes entrevistados por categorias.

Figura 35 - Distribuição dos comentários e sugestões dos visitantes

Fonte: Resultado da pesquisa.

Na Figura 35, percebe-se que a maior demanda apresentada pelos entrevistados é a de infraestrutura, especialmente sinalização de apoio ao visitante e mapas, com 8 e 6 indicações respectivamente, além de banheiros e lixeiras.

A falta de monitores e de atividades de educação ambiental também se mostraram reconhecidamente deficientes pelos participantes que comentaram a carência por mais visitas monitoradas, eventos e integração entre o Parque e a sociedade.

As sugestões sobre ampliar a aplicação de leis para conservação do local é interessante do ponto de vista crítico dos visitantes exigirem que as condições da visitação sejam conciliadas com as de preservação da UC.

Os outros comentários e sugestões realçam necessidades já citadas anteriormente com os outros resultados, como a falta de divulgação e comunicação no ambiente interno e externo ao Parque.

4.4 Análise das táticas de encaminhamento da gestão da visitação do PECJ a partir da vinculação à Fundação Florestal

As táticas de encaminhamento da gestão da visitação do PECJ têm passado por mudanças significativas desde a criação do Sistema Estadual de Florestas que ocorreu no final de 2006 e trouxe ao parque um gestor ligado à Fundação Florestal a partir de 2008.

Com a chegada da FF novos pensamentos passaram a ser empregados nas ações e atividades de gerenciamento da unidade condicionando o Parque ao processo de inovação do seu contexto estrutural e político.

No intuito de ressaltar as principais modificações decorrentes desse período de transição entre os órgãos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, podemos elencar os itens a seguir:

- ❖ Plano Emergencial de Uso Público – o documento elaborado em 2009 permitiu que fossem providenciadas medidas mais urgentes para responder à demanda da visitação que o Parque recebe. Com o PEUP foi possível alterar e trazer coisas novas para o PECJ, como o controle diferenciado dos ingressos, melhorias no tráfego dentre outros direcionamentos que foram apontados neste documento.
- ❖ Conselho Consultivo – o apoio à gestão do Parque por meio da formação do Conselho em outubro de 2009 também é um reflexo das medidas trazidas após o SIEFLOR.
- ❖ Reforma do Centro de Visitantes e de outras construções – tem sido visto um esforço em criar uma identidade visual para o PECJ por meio de reformas nas construções e melhorias delas. As mais expressivas têm sido feitas no alojamento da unidade e no Centro de Visitantes que foi revitalizado em março de 2010. As novas instalações desse espaço podem ser observadas na Figura 36 e na Figura 37.

Figura 36 - Imagens do Centro de Visitantes em 2011

Fonte: Sara R. Hirata. Data: 29 de julho de 2011

Nas imagens seguintes podemos ver o banner fixado com a sinalização indicando o Centro de Visitantes e em seguidas a porta de entrada e um dos equipamentos de áudio e vídeo instalados após a reforma.

Figura 37 - Novas instalações do interior do Centro de Visitantes

Fonte: Sara R. Hirata. Data: 29 de julho de 2011.

A Figura 37 é composta por duas imagens do interior do Centro de Visitantes. Esses são dois de uma série de quadros de vidro instalados no interior da primeira sala do CV gravados com informações sobre o Parque e a fauna local. Sobre o vidro é colada uma película com as imagens e o texto; há também inserido em alguns uma espécie de porta-retratos digital que alterna imagens referentes ao tema tratado.

No mesmo formato que esses, há outros quadros que falam do conceito de uma unidade de conservação, da flora local das trilhas que existem no parque, do Mosaico da Mantiqueira e ainda um que dá orientações para o passeio do visitante.

Figura 38 – Quadro com orientações para o passeio do visitante

Fonte: Sara R. Hirata. Data: 29 de julho de 2011.

O quadro dá indicações para que o visitante comporte-se de maneira que possa usufruir dos atrativos do Parque evitando causar impactos sobre o mesmo. É uma abordagem direta e pedagógica que passa algumas noções básicas para a conduta correta do visitante, como a proibição da coleta de qualquer material natural da UC e a perturbação à fauna.

Além dos quadros também é possível encontrar alguns materiais informativos que tratam de assuntos diversos como a fauna, a geração de resíduos, cidadania, energia, florestas etc. Na Figura 39 temos cinco exemplares do folder “Eco Dica” em que cada assunto é diferenciado por meio de cores e o verso do material onde constam os logotipos do Festival de Inverno de Campos do Jordão, da Fundação Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente e do Estado de São Paulo.

Figura 39 - "ECO DICA": Material informativo distribuído no PECJ

Fonte: Sara R. Hirata. Data: 29 de julho de 2011.

- ❖ Novo Plano de Manejo – umas das metas da Fundação Florestal visa que as UCs paulistas sob sua gestão tenham Plano de Manejo o quanto antes. O PECJ teve o seu primeiro PM feito em 1975 e até hoje ainda é um documento representativo para o Parque, porém, devido à sua defasagem, bem como as necessidades atuais da área, um novo Plano está em elaboração e a previsão de término é agosto de 2013. O documento deverá desencadear outras mudanças significativas para a gestão do PECJ nos próximos anos por dar suporte legal e teórico para a implantação de novas diretrizes que deem à UC amparo mais efetivo para o cumprimento de suas finalidades e alcance de seus objetivos.

O conjunto de ações já desenvolvidas demonstra o potencial da Fundação Florestal, por meio dos encaminhamentos dados pelos gestores em aprimorar a

infraestrutura e resgatar preceitos do Parque Estadual de Campos do Jordão, viabilizando a atualização da identidade do mesmo.

São visíveis os esforços em oferecer condições favoráveis à visitação que, ao passo que a realização das expectativas ocorre e os planos saem do papel, terá garantida uma qualidade cada vez maior.

Os números já comentados também reforçam essa perspectiva. Desde 2009, quando foi implantado um novo sistema para contagem dos visitantes que ingressam no Parque até 2012, houve um crescimento em torno de 80% da visitação, um indicativo de que, dentre outros fatores, o público está motivado a ir ao local e valer-se de seus benefícios. Embora exista uma longa discussão sobre o perfil dos visitantes do PECJ e as influências que os levam até a unidade, continua sendo relevante a quantidade e principalmente o incremento da demanda de usuários nos anos mais recentes.

Ainda há uma deficiência nos programas e atividades de educação e interpretação ambiental, comunicação e sinalização, assim como do gerenciamento dos impactos gerados pelo uso público, no entanto, a consistência das táticas voltadas a esses assuntos depende da capacidade de investimentos na forma de recursos financeiros e humanos que é afetada em razão de questões políticas e orçamentárias.

4.5 Sugestões para aprimorar a gestão da visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão

A partir dos resultados discutidos até o momento, é possível compilar os principais apontamentos levantados durante do estudo de caso e assim formular um conjunto de sugestões para aprimoramento da gestão da visitação dos Parques Estaduais de São Paulo e especialmente do PECJ.

A contribuição dos visitantes é uma das primeiras coisas que deve ser considerada no planejamento das ações, uma forma de identificar os sucessos e falhas do Parque sob o olhar do público. Como demonstrado anteriormente, as principais reivindicações referem-se ao incremento da infraestrutura para recepção dos visitantes e também do suporte de mais monitores e atividades de educação e interpretação ambiental. A falta de sinalização e placas instrutivas é, por exemplo, uma das reclamações que mais se destacou entre os resultados.

É imprescindível que tais exigências sejam absorvidas pela gestão e que sejam aplicados esforços através de medidas que proporcionem mais qualidade à experiência do visitante e dê estímulos positivos para que ele possa enriquecer a sua percepção ambiental sobre o Parque e sobre as áreas protegidas como um todo.

Há, por outro lado, a compreensão dos gestores a respeito da problemática e a incompatibilidade entre os anseios dos visitantes, os esforços da gestão e o acompanhamento de recursos para promover tais medidas, uma vez que, especialmente a construção de instalações e a contratação de monitores são duas requisições que envolvem planejamento e principalmente investimentos de recursos, uma limitação recorrente entre as UCs paulistas e brasileiras, como já explanado no trabalho.

Mesmo cientes desses entraves, é preciso se dedicar ao planejamento das ações prioritárias para que no momento oportuno elas sejam implantadas e geridas, proporcionando a evolução e efetividade não apenas da gestão, mas da existência de um Parque, ou de uma UC.

Assim, dentre outros apontamentos, a necessidade de programas de educação e interpretação ambiental se mostra urgente, em especial de medidas que tornem esses programas consistentes, envolventes e contínuos, capazes de caminhar lado a lado com a dinâmica temporal e espacial no intuito de acessar o visitante de forma que ele perceba essa abordagem como uma oportunidade de crescimento pessoal e identidade com os valores do Parque Estadual de Campos do Jordão.

Esse entendimento é crucial para que o público passe a compreendê-lo não como um Horto ou mais um atrativo turístico do município, enxergando suas finalidades e papéis originários na preservação de remanescentes dos ecossistemas brasileiros e espaço para desenvolvimento de atividades que envolvem o contato entre o homem e a natureza, um compartilhamento único possível em um Parque que propicia a sensibilização aos elementos protegidos e a expansão de sua autocrítica como cidadão e participante da conquista dos objetivos dessa categoria de unidade de conservação.

O aperfeiçoamento da comunicação entre o Parque e o visitante também caminha na mesma direção do ideal anterior. Ela deve instigar e orientar os indivíduos para que estejam de fato presentes naquele ambiente e saibam respeitar os atributos locais por meio de comportamentos apropriados. É preciso propor uma conduta condizente com os objetivos da área que seja construída não somente à base de proibições, mas sustentada pela apresentação das razões que levam a tais impedimentos,

solicitando a colaboração de todos na redução dos impactos negativos e não impondo procedimentos mecânicos e vazios de contexto.

Na prática, dentre outras ações que podem ser implementadas, a divulgação externa poderia contar com parceria entre a gestão do Parque e o Poder Público municipal para promover o PECJ juntamente com os demais atrativos turísticos, no entanto, ressaltando sua função maior que ultrapassa esse conceito. Outra possibilidade seria ter mais parcerias com revistas e informativos que auxiliassem na divulgação dos papéis e atrativos do Parque.

Ou ainda, a criação de um site ou mesmo a inserção em redes sociais poderia ser um empreendimento inovador e eficiente na relação entre o PECJ e o seu visitante, estabelecendo um contato mais direto e moderno que envolva o público com o ambiente do Parque, seus recursos, seu cotidiano e a evolução das ações planejadas, dando mais transparência aos procedimentos e garantindo uma aproximação e até sensibilização de quem nunca esteve na área, além de nutrir a afinidade com parcela considerável de visitantes que frequenta o Parque, motivando-os continuarem regressando.

Esses instrumentos de interação são muito pertinentes no momento tecnológico em que nos encontramos e podem ser decisivos na inserção da população ao ambiente natural protegido, esclarecendo os benefícios que os dois lados recebem nessa troca mútua, não apenas no Parque Estadual de Campos do Jordão, mas também nas demais UCs paulistas, sendo, portanto, uma medida a ser promovida pela Fundação Florestal, inclusive como estratégia de vinculação e identificação entre o Parque e o seu órgão gestor.

Para ir mais além, tais ferramentas, eletrônicas e materiais, deveriam prever também o contato em outras línguas, principalmente o idioma Inglês, como forma de atingir os visitantes estrangeiros, especialmente para a recepção daqueles que virão ao Brasil para a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, dois grandes eventos já mencionados na Revisão Bibliográfica, com grande potencial de atrair milhares de visitantes para parques do nosso país.

Abrir um espaço ao estilo de uma ouvidoria seria ainda um importante mecanismo na inclusão da opinião dos visitantes ao planejamento e direcionamento da gestão da visitação, uma abertura a críticas e sugestões que ampliasse o poder participativo e compartilhado, não desconsiderando as funções do Conselho Consultivo, mas ampliando a visão sobre os sucessos e falhas da unidade.

Embora já esteja programado para figurar entre as principais medidas previstas pelo Plano de Manejo, cabe enfatizar a sugestão para melhorias visando o diagnóstico e monitoramento dos impactos gerados pela visitação. Os dados apresentados mostraram que a demanda pelas UCs e, especificamente, pelo PECJ tem crescido significativamente nos últimos anos, demonstrando a insustentabilidade da ausência de ações efetivas que controlem os efeitos negativos e possibilitem que as demais ações voltadas ao visitante possam ocorrer, já que é impensável estimular o uso público sem saber exatamente as consequências da presença humana, seja pela quantidade de indivíduos como pela pressão envolvida nas diferentes atividades oferecidas dentro do Parque.

Limitando o pensamento ao número de visitantes que vão ao Parque todos os anos, se usarmos a visitação de 2012 que atingiu uma quantidade superior a 130 000 pessoas, e se a estimativa de Stigliano (2004) continuar se confirmando com 30% das visitas concentradas na alta temporada (meses de junho e julho), temos que quase 40 000 pessoas visitando o Parque nesses 60 dias. Tais valores dão uma média superior a 650 visitantes por dia, e considerando diferenças entre dias de semana e fins de semana, é possível que o PECJ receba mais de 1000 pessoas num único dia. Este é, realmente, um dado preocupante que se não gerenciado de forma adequada pode gerar uma situação extremamente alarmante para manter as condições suficientes de suporte para preservação da área.

4.6 Discussão do conjunto de resultados

A análise e a interpretação dos resultados da pesquisa percorreram um caminho metodológico até o momento que auxiliaram a análise da gestão da visitação do PECJ, objetivo maior do estudo. Notou-se a complexidade das variáveis que envolvem a gestão das unidades de conservação e principalmente do Parque.

Em primeiro lugar, todo o contexto abordado está, sobretudo, repleto de inter-relações causais e temporais que não podem ser esquecidas, pois são cruciais no entendimento e satisfação dos objetivos ao mesmo tempo limitam a investigação a seu caráter exploratório e descritivo, sendo principalmente imagens detalhadas de um recorte sobre as áreas protegidas do Estado.

Impregnadas de questões políticas, aspectos humanos, interesses divergentes, carência de recursos, e descontinuidade de políticas estruturantes, as UCs sofrem grandes influências dessas relações que, geralmente, culminam na baixa efetividade da gestão de um Parque e, conseqüentemente, de como a visitação é gerida.

O diálogo dessa pesquisa com os gestores, prestadores de serviços de apoio à visitação e com os visitantes promoveu uma experiência muito rica ao disponibilizar uma perspectiva diferente de cada parte e analisar seus pontos em comum e suas diferenças, mostrando muitas vezes que ambos sabem dos problemas, demandas, fraquezas e também as soluções e potenciais para melhorar a visita, porém com uma visão específica, geralmente não compartilhada com a dos demais.

A integração dos pensamentos mostra-se, no entanto, complementares e, muitas vezes, convergentes, verdadeiras oportunidades de se maximizar os benefícios e reduzir os impactos negativos da visitação através da interação dessas partes em conjunto com o poder público.

O uso público é importante para a valorização dos Parques, para o contato direto com a natureza preservada que desperte no indivíduo o anseio em conhecer mais sobre aquele local, e retornar a ele não apenas para usufruir de seus recursos, mas, acima de tudo, dar um retorno positivo que comprove a absorção dos valores e funções dessas áreas para a conservação, a educação e a interpretação ambiental, a recreação e a pesquisa.

Sem programas refinados para as atividades oferecidas aos visitantes, e até mesmo sem condições de se comunicar adequadamente com eles, o Parque Estadual de Campos do Jordão, dentre os outros do Estado na mesma situação, enfrenta grandes desafios em alcançar progressos na construção de identidade do público com o PECJ e com a Fundação Florestal, bem como com o SNUC (BRASIL, 2000). Como um todo, carece de instrumentos que estimulem a apropriação dos seus valores pelas pessoas.

Ainda ligados à imagem de um Horto, os principais atrativos do Parque nem sempre condizem com o que realmente há de melhor em seu território a ser aproveitado, apontando outra barreira a ser superada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção principal do trabalho foi reunir elementos para analisar a gestão da visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão no contexto do seu programa de uso público, destacando o seu papel como UC e como local de lazer.

Para chegar a esse objetivo maior foram definidos objetivos específicos que em conjunto permitissem uma análise mais abrangente. Assim, conhecer o perfil de quem esteve na gestão do PECJ e a sua visão sobre os problemas ali existentes foi importante, assim como conhecer o perfil dos prestadores de serviços que apoiam o atendimento ao visitante e sua experiência de relação com o Parque. Não poderia deixar também de caracterizar o público e investigar a percepção deles sobre a unidade.

E, depois de transcorridos tais levantamentos com os indivíduos, a intenção foi entrelaçá-los com as observações pessoais e a literatura sobre o assunto a fim de investigar as táticas de encaminhamento da gestão da visitação do PECJ nos últimos anos para identificar as alterações ocorridas desde que a Fundação Florestal passou a ser responsável por ela, em 2008.

A compreensão da realidade local e das principais tendências que configuram a visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão são essenciais para o direcionamento da gestão em busca do funcionamento bem sucedido apoiado no entendimento de causas e consequências do uso público. É imprescindível que tal concepção seja construída por meio do diálogo e da contribuição daqueles que fazem parte do contexto da UC.

Retomando os questionamentos desta pesquisa que direcionaram o roteiro de investigação: “A gestão da visitação do Parque Estadual de Campos do Jordão, SP sofreu modificações significativas após a sua vinculação à Fundação Florestal paulista a partir de 2008? Como as alterações têm sido implementadas? E suas consequências?” “Como se dá a percepção dos gestores, visitantes e dos prestadores de serviços sobre a gestão do PECJ nos últimos anos?”, é possível destacar alguns pontos que colaboraram para o esclarecimento e o aprofundamento deles.

As informações e dados obtidos configuram-se como elementos que permitem fazer considerações sobre a situação da visitação e gestão do PECJ, constituindo-se importantes resultados a serem comentados.

Em 2011, quando a investigação em campo foi feita, apenas dois anos tinham se passado desde que a Fundação Florestal assumira como órgão gestor do PECJ o que limitou a análise a poucos fatos decorridos nesse pequeno período de tempo. Assim, não foram observadas mudanças significativas, mas foi notado um direcionamento diferente nas propostas atuais em relação ao que ocorria antes. Sem dúvidas, a elaboração de um novo Plano de Manejo é em si a maior conquista concreta que a FF está alcançando para o PECJ até agora, juntamente com a criação do Conselho Consultivo formado em 2009.

Novas ideias e ideais passaram a fazer parte do planejamento e da gestão do PECJ. A terceirização dos serviços já é uma realidade do Parque há alguns anos, mas a discussão a respeito disso e o estabelecimento de uma gestão compartilhada com a iniciativa privada são assuntos que merecem ser melhor explorados melhor para analisar suas potenciais consequências.

Por hora, os efeitos decorrentes do SIEFLOR no Parque Estadual de Campos do Jordão são detectados apenas por observações, o que pode dar margem a interpretações equivocadas e considerações precoces. Mesmo assim, com base nas entrevistas com a então gestora Célia Serrano, com os prestadores de serviços de apoio à visitação e com os dados obtidos por meio dos formulários aplicados a 97 visitantes, pode-se dizer que o saldo é positivo, ocorrendo um incremento do público frequentador do PECJ que entre 2008 e 2012 aumentou mais de 130%, atraindo mais de 130 000 visitantes só no último ano.

As próximas mudanças, provavelmente, ficarão evidentes com a implantação do novo Plano de Manejo, especialmente com medidas sobre os impactos da visitação, instalação e melhorias da infraestrutura local e para programas de educação e interpretação ambientais. Estes precisam urgentemente de investimentos para que se tornem meios consistentes de aprimorar a experiência da visita e a formação de comportamentos mais conscientes sobre o meio ambiente.

Sobre a segunda questão, cujo intuito foi compreender como os novos rumos que o PECJ tem seguido eram percebidos, é possível inferir alguns apontamentos a partir do contato com os três grupos entrevistados. De acordo com as informações oferecidas pela gestora que atuava em 2011 e pelos dois ex-gestores entrevistados concluiu-se que há uma compreensão comum entre eles de que o processo de mudanças que levaram a gestão do PECJ para responsabilidade da Fundação Florestal está ainda no

início, percebendo-se que acreditam na agilidade do órgão como fator vantajoso para o Parque.

De uma maneira geral, todos se mostraram otimistas com o potencial de visitação do Parque, porém não deixaram de salientar as limitações que os impedem de agir plenamente de acordo com o que é planejado e desejado.

A percepção dos prestadores de serviços contribuiu para se ter uma noção do ponto de vista deles, a maioria com experiência superior a dez anos, capazes, portanto, de opinar a respeito daquilo que percebem no ambiente do PECJ. Quase todos concordaram que as medidas até o momento estavam proporcionando melhorias em seus ambientes de trabalho, e que a nova gestão estava se mostrando mais organizada e aberta ao diálogo.

Por outro lado, observou-se que os visitantes não compreendem corretamente as funções do PECJ, e acreditam, muitas vezes, de maneira equivocada, que o local ainda é um Horto, embora tenham demonstrado ter noção dos objetivos de um Parque Estadual.

De fato, nota-se que no período de alta temporada a maior procura pelo PECJ não parte do ecoturista, mas de um público também interessado e aberto a novas experiências que os estimulem a repensar sua conduta perante a unidade de conservação. As exigências apresentadas também mostraram que os maiores anseios são de uma infraestrutura mais adequada para atendê-los, a presença de mais monitores e de atividades de educação e interpretação ambientais.

Apesar das críticas, o público também demonstrou satisfação com o Parque além de afetividade aos elementos encontrados ali. É importante frisar que de cada 10 visitantes que já conheciam o Parque, pelo menos 8 responderam que incluem a visita ao PECJ no seu planejamento quando vão a Campos do Jordão.

O estudo de caso do Parque Estadual de Campos do Jordão para a análise da gestão da visitação em UCs foi bem sucedido e atendeu às expectativas da investigação. Ainda assim, há sempre oportunidades para que novas pesquisas sejam feitas com perspectivas diferentes e com abordagens que sejam complementares e úteis para o próprio Parque. Com os resultados obtidos e a interpretação dessas informações, os objetivos foram satisfatoriamente alcançados.

A experiência na unidade selecionada ofereceu fundamentos para apreciação da gestão após a implementação do Sistema Estadual de Florestal e também para sugestões de melhorias que podem ser feitas tanto lá como em outros

Parques paulistas desde que as especificidades e limitações de cada um sejam respeitadas.

Nesse sentido, as contribuições dessa pesquisa mostram-se aplicáveis em outras UCs, pois 80% da amostra utilizada já visitaram outras unidades, sendo, portanto, um conjunto de opiniões que também reflete o pensamento dos visitantes das UCs como um todo.

A partir disso outros resultados são parcialmente válidos para as outras UCs, como as respostas sobre o conhecimento do SNUC (BRASIL, 2000), do órgão gestor e dos objetivos de um Parque. A visão dos entrevistados a respeito dos impactos gerados pela visitação também é um ponto a ser considerado como correspondente aos outros Parques Estaduais, assim como as críticas à falta de monitores suficientes para atendimento do público.

A interação com o frequentador e a implantação de medidas voltadas à gestão da visitação são primordiais dentro dos Parques, devendo ser aplicadas em conjunto com ações direcionadas para a preservação do ambiente. É aconselhável também incentivar a participação do visitante para instigá-lo a repensar e reestruturar sua percepção ambiental.

A forma como a visitação ocorre nas UCs e suas consequências estão estreitamente relacionadas à percepção ambiental dos visitantes. Esta é construída tendo como base a educação de cada um e seus valores culturais, fruto da interpretação individual das experiências anteriores e concepções sobre a valoração da natureza.

Os valores de uma sociedade são constituídos ao longo do tempo entrelaçados à cultura vigente, sendo esta essencial para a formação da identidade humana, daquilo que se compreende como certo ou errado, bom ou mal.

Diversas vezes mencionado durante o trabalho, a criação do novo Plano de Manejo tem gerado muitas expectativas sobre o futuro do PECJ. Sem dúvidas, será um documento de extrema relevância para que a gestão busque ser cada vez mais efetiva, mas é importante lembrar que somente a existência desse amparo legal não altera a realidade local, que é preciso um acompanhamento dos investimentos no mesmo ritmo para que ele “saia do papel” e consolide um novo cenário para a UC.

Da mesma forma, a visitação no Parque deve contemplar fatores estabelecidos por um planejamento, representando, dentro de parâmetros sustentáveis, uma alternativa

para minimizar conflitos e impactos, considerando as necessidades dos visitantes e incorporando as populações locais para o bem maior da integridade do ambiente.

Além de ser importante para o aprimoramento da cognição dos visitantes, a presença do público também auxilia na arrecadação de recursos que sustentam parcialmente as necessidades do próprio Parque e de outras UCs do Estado. É preciso entender que, especialmente quando falamos de áreas protegidas e da sustentabilidade de sua manutenção, estamos tratando de economia e natureza como itens que compartilham do intuito de desenvolvimento conjunto e retorno para todas as partes com respeito aos fatores sociais, culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A.N. **Os domínios de natureza do Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABREU, R. L. **Figura da localização do Município de Campos do Jordão no Estado de São Paulo, Brasil**. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_CamposdoJordao.svg. Acesso em: 30 out. 2012.
- ALDEN, D. Recreational user management of parks: an ecological economic framework. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 23, p. 225–236, 1997.
- ALMEIDA, J.G.A (In)**Sustentabilidade do Turismo no Entorno de Campos do Jordão, SP**: Aspectos da Relação Turismo-residente nas Novas Destinações Serranas, à Luz da Fenomenologia. Tese. (Doutorado na área de Propaganda e Publicidade, Relações Públicas e Turismo) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ARAÚJO, R.S.P. **A Viabilização de Parques com o Apoio do Turismo**: o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão. 2008. 123p. Dissertação (Mestrado na área de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BACCHI, R. **A educação ambiental no ecoturismo**: um estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia, São Paulo – SP. 2013. 151p. Dissertação (Mestrado na área de Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.
- BELL, J. **Doing your Research Project**: A guide for first-time researches in education, health and social science. 4th ed. Berkshire, England: The Bath Press, 2005. 267p.
- BK CONSULTORIA E SERVIÇOS. Disponível em:
<http://www.bkconsultoria.com.br/empresa.asp>. Acesso em: 25 mar 2013.
- BRANDÃO, I.L. **Campos do Jordão**: A natureza que emociona. AME Campos (Org). São Paulo: DBA. 1999. 103p.
- BRASIL. Decreto Federal Nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal. Brasília, DF. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm> Acesso em: 20 nov. 2012.
- _____. Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Brasília, DF. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm> Acesso em: 21 nov. 2012.

_____. Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3354>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2012.

_____. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências (Art. 21 - Transforma a SEMAM/PR, em Ministério do Meio Ambiente – MMA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em 10 fev. 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 61p.

_____. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. 72p. (Série Áreas Protegidas do Brasil, 7)

_____. (2012a) Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente – CNUC/MMA. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. Atualizada em 12/06/2012. Disponível em: www.mma.gov.br/cadastro_uc. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. (2012b) Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente – CNUC/MMA. **Tabela Unidades de Conservação por Bioma**. Atualizada em 12/06/2012. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/cnuc/tabela_ucs_bioma_%2012junho2012.pdf Acesso em: 20 out. 2012.

_____. (2012c) Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm> Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. (2012d) BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Apresentação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao> . Acesso em: 13 nov. 2012.

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000. 230 p.

CÂMARA, I.G. **Plano de Ação para a Mata Atlântica**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1991. 152p.

CAMPOS DO JORDÃO. Cidade. Localização Disponível em: <http://www.camposdojordao.sp.gov.br/portal/index.php/cidade/informacoes/localizacao> >. Acesso em: 10 mar. 2011.

CAVACO, C.; FONSECA, M.L. **Território e Turismo no Brasil: uma introdução**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, EPRU 2001.n.53, 225p.

CAVALCANTI, A.P.B. Implantação de programas de manejo e plano de gestão ambiental em pequenas comunidades. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.22, n3,p. 539-550, dez.2010.

_____. Gestão e proteção ambiental em unidades de conservação: Parque Nacional Sete Cidades – Piauí/ Brasil. **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, Ano XI, v. 11, n. 1, , p. 147-170, janeiro/junho, 2011.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development**. Published by: IUCN, Gland, Switzerland, and Cambridge, UK, 1996. 301p.

CHAPE, S.SPALDING, M.; JENKINS, M.D. **The World's Protected Areas**. Berkeley:UNEP World Conservation Monitoring Centre:University of California Press. 2008. 359p.

COLE; D.N.; HALL, T.E. Perceived Effects of Setting Attributes on Visitor Experiences in Wilderness: Variation with Situational Context and Visitor Characteristics. **Environmental Management**, New York, v.44, n.1, p. 24-36, 2009.

COSTA, P.C. **Unidades de conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002. 163p.

DEIRO, B. Sem estrutura, 21% dos parques estão fechados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sem-estrutura-21-dos-parques-estao-fechados,1014951,0.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5.ed. São Paulo: Editora Futura, 1998. 287p.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161p.

DRUMMOND, J.A. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente e sociedade**, Campinas , v. 2, n.3/4, p. 138,1989.

DUDLEY, N. (Ed). **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Gland, Switzerland: IUCN. 2008. 86p.

EAGLES, P.F.J.; McCOOL, S.F.; HAYNES, C.D.A. **Sustainable Tourism in Protected Areas**: Guidelines for Planning and Management. Switzerland and Cambridge: IUCN Gland, 2002.183p.

EAGLES, P.J.; McCOOL, S.F. **Tourism in national parks and protected areas** : planning and management. Cambridge: CABI Publishing, 2002. 332p.

FRANCO, J.L.A. A primeira conferencia brasileira de protecao a natureza e a questão da identidade nacional. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n. 26, p. 78, 2002.

FRANCO, L.D. Parque Nacional Lagoa do Peixe: criação e uso público dos parques nacionais e a lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Prismas**: Direito, Políticas Públicas e Mundialização (substituída pela Revista de Direito Internacional), Brasília, DF. v.7 n.2, p.265-289, jul/dez 2010.

FUNDAÇÃO FLORESTAL – FF. **Plano Emergencial de Uso Público (PEUP)**: Parque Estadual de Campos do Jordão. Campos do Jordão: Fundação Florestal, maio de 2009.

_____. (2012a) Institucional. Disponível em:
<http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/institucional/historico/> Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. (2012b). O Núcleo Planos de Manejo – NPM. Disponível em:
<http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/planos-de-manejo/planos-de-manejo-conceito/> Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. (2012c) Educação Ambiental. Disponível em:
<http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/educacao-ambiental/educacao-ambiental-conceito/> Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. (2012d). Ecoturismo. Projetos apoiados/realizados. Disponível em:
<http://www.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/ecoturismo/apresentacao/> Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. Dados de visitação nas Unidades de Conservação administradas pela FF no período de 2007 a 2012. Núcleo de Novos Negócios e Parcerias para Sustentabilidade, fflorestal@fflorestal.sp.gov.br . Acesso em: 05 abr. 2013.

GALLO JUNIOR, H.; OLIVATO, D.; CARVALHO, J. L. Sobreposição de territórios e festão de unidades de conservação de proteção integral: estudo aplicado ao município de Campos do Jordão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre –RS. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. p. 1-11.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed.. São Paulo : Atlas, 2008. 200p.

GIRALDELLA, H. S. **Apontamentos sobre a visão de gestores de Unidades de Conservação Paulistas a respeito da situação de seus Planos de Manejo e Conselhos Consultivos**. 2009. 71p. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo, *campus* Sorocaba, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba-SP, 2009.

GONÇALVES, N.M.; HOEFFEL, J.L.M. Parque Estadual do Itapetinga/SP: características socioambientais, desafios e possibilidades. **OLAM** – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, v. 11, n. 1, p. 5-26, jan./jun., 2011.

GÖSSLING, S. Ecotourism: a means to safeguard biodiversity and ecosystem functions? **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 29 p. 303-320, 1999.

GRETZEL, U.; YOO, K.H. Use and Impact of Online Travel Reviews. In: O'CONNOR, P.; Höpken, W.; _____. (Ed.). **Information and communication technologies in tourism 2008**. Viena: Springer-Verlag Wien, 2008. cap.2. p.35-46.

HAMMERL, P.C. **Destinos de saúde e lazer: história do turismo em Campos do Jordão –SP**. 2007. 65p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – *Campus* Experimental de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho, Rosana, 2007.

HAMMITT, W.E.; COLE, D.N. **Wildland recreation**: ecology and management. New York: John Wiley, c1998. 361p.

HERCULIANI, S.; ESTON, M.R.; ANDRADE, W.J.; PIMENTEL, C.I.P. Análise das atividades de educação ambiental realizadas no Parque Estadual Alberto Löfgren. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 227-242, dez. 2009.

HILLEL, O. Como impulsionar o turismo em UC como ferramenta de conservação? [Entrevista ao Instituto Semeia]. Disponível em: http://www.semeia.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=111:como-impulsionar-o-turismo-em-uc-como-ferramenta-de-conserva%C3%A7%C3%A3o?-oliver-hilel-sugere-3-frentes-de-trabalho&lang=pt. Acesso em: 03 mar. 2013.

HIRATA, S.R.; QUEIROZ, O.T.M.M. Percepção do visitante sobre a relação entre turismo e meio ambiente no município de Campos do Jordão (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez, p. 482-501, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. MMA/IBAMA, Brasília, 2002. 135p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2010. IBGE Cidades. Dados Básicos. Campos do Jordão. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=350970#>. Acesso em: 26 out. 2011.

_____. – IBGE. 2012. **Você sabia?/Curiosidades**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/curiosidades/curiosidade.php?id_curiosidade=36> Acesso em: 22 out. 2012.

_____. – IBGE. 2013. Diretoria de Geociências. Sistema de Informação de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 16 jan. 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. 2011. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação**: com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais. 85p. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/roteiro_impacto.pdf Acesso em: 13 set. 2012.

_____. (2012a) – **ICMBio**. Quem somos. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html> Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. (2012b) – **ICMBio**. Nossas Competências. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/nossas-competencias.html> Acesso em: 12 nov. 2012.

INSTITUTO FLORESTAL (IF). Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal. Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo (SIFESP), Mapa Florestal dos Municípios do Estado de São Paulo – Campos do Jordão. 2011. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/estadosaopaulo/camposdojordao.pdf?paraiba=campo do jordao.pdf> Acesso em: 30 out. 2011.

_____. Institucional. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/institucional/index.asp> . Acesso em: 15 nov. 2012.

INSTITUTO SEMEIA. Análise 2012- Uso Público e Parcerias para Conservação e Desenvolvimento: a Perspectiva dos Gestores de Unidades de Conservação do Brasil. Disponível em: http://www.semeia.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&task=download&id=64&lang=pt . Acesso em: 31 mar. 2013.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. Protected areas. Respecting People. Disponível em: http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_people/ Acesso em: 20 out. 2012.

JUUTINEN, A.; MITANI, Y.; MÄNTYMAA, E.; SHOJI, Y.; SIIKAMÄKI, P.; SVENTO, R. Combining ecological and recreational aspects in national park management: A choice experiment application. **Ecological Economics**. Amsterdam. v. 70, n. 6. p. 1231-1239, April 2011.

LEUNG, Y.-F.; MARION, J.L Recreations Impacts and Management in Wilderness: A State of Knowledge Review. In: WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE: WILDERNESS ECOSYSTEMS, THREATS AND MANAGEMENT, 1999. Missoula. **Proceedings**. Fort Collins: USDA, Forest Service, 2000. p.23-48.

LEVERINGTON, F.; COSTA, K.L.; PAVESE, H.; LISLE, M.H. A Global Analysis of Protected Area Management Effectiveness. **Environmental management**,. New York , v. 46, n 5, p. 685-698, 2010.

MACIEL, M.A. Unidades de Conservação: breve histórico e relevância para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande,v.14, n. 90, jul 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9870&revista_caderno=5. Acesso em: 05 out. 2012.

MAGRO, T.C. **Gestão de Unidades de Conservação**.Piracicaba: ESALQ/USP, Departamento de Ciências Florestais, Março, 2009. 101p. (Notas de aula – LCF 710)

MAGRO, T.C.M.; GRANJA, C.M.; MENDES, F.B.G (1990). Características do usuário do Parque Estadual da Ilha Anchieta. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 60, 1990 Campos de Jordão. **Anais...** Campos do Jordão, SP: SBS-sbef. V122-27 set. 1990. p. 766-772.

MALLER, C.; TOWNSEND, M.; LEGER, L.S.; HENDERSON-WILSON, C.; PRYOR, A.; PROSSER, L.; MOORE, M. et al. **Healthy parks, healthy people: The health benefits of contact with nature in a park context. A review of relevant literature.** 2nd ed. 2008. School of Health and Social Development Faculty of Health, Medicine, Nursing and Behavioural Sciences Deakin University Burwood, Melbourne. 96P.

MASAKAZU, A. **Cinqüenta anos de Campos do Jordão.** Campos do Jordão: Mantiqueira, 1985. 128p.

McNEELY, J.A. How protected areas can respond to the changing nature of society In: **PROTECTED AREAS IN THE 21ST CENTURY: From Islands to Networks.** 1998. Gland. **Proceedings...** Gland, Switzerland: IUCN, p.189-202. 1998.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F.; PAVESE, H.B. ; ARAÚJO, F.F.S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo.** Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44p.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190.

MORAES, M.E.B. **Análise da legislação ambiental e das características físicas na ocupação urbana da Estância de Campos do Jordão (SP).** 148p. Dissertação (Mestrado na área de Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.

NEIMAN, Z.; GEERDINK, S.; PEREIRA, J. C.. A Imagem como Agente Motivador para o Ecoturismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.. 22, n. 1, p. 71-95, 2011.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Envolvimento sustentável em unidades de conservação. Rio Claro: **OLAM – Ciência & Tecnologia.** v.. 8, n.2, p.6-30, Jan-jun, 2008.

O'CONNOR, P. User-Generated Content and Travel: A Case Study on Tripadvisor. In: _____; HÖPKEN, W.; GRETZEL, U. (Ed.). **Information and Communication Technologies in Tourism 2008.** Viena: Springer-Verlag Wien. 2008 cap.2. p.47-58.

PÁDUA, M.T.J. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F.F.S. (Org). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro.** Brasília: MMA, 2011. cap. 2, p.21-36.

PAULO FILHO. **História de Campos do Jordão.** Aparecida: Santuário, 1986. 783p.

_____. **Campos do Jordão, o presente passado a limpo.** São José dos Campos: Vertente, 1997. 188p.

PEDRINI, A.G. COSTA; C.; NEWTON; T.; MANESCHY; F S.A.; SILVA, V.G.; BERCHEZ, F.; SPELTA, L.; GHILARDI, N.P.; ROBIM, M. de J. Efeitos ambientais da visitação de turistas em áreas protegidas marinhas. Estudo de caso na Piscina Natural Marinha, Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro (SP), v. 7, n.1, p. 678-696, 2007.

PIMENTEL, D. S. **Os “parques de papel” e o papel social dos parques**. 2008. 254p. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

PIVOTT, C. **O Turismo e a Produção Social do Espaço Urbano**: estudos sobre Campos do Jordão, SP. 2006. 336p. Dissertação (Mestrado na área de Recursos Florestais) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

RODRIGUES, R.R.; BONONI, V.L.R. (Org.). **Diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade no Estado de São Paulo** - São Paulo: Instituto de Botânica, 2008. 248p. : il.

ROZETO, I.L.E.; LIMA, A.R. **Campos do Jordão, cidade hospitalar?** Levantamento da população terciária de Campos do Jordão. Bauru: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia e Letras do Sagrado Coração de Jesus, 1968. (Curso de Geografia, 18),

RUNTE, A. **National parks**: the American experience. Lincoln: University of Nebraska Press, 1997. 335p.

SÃO PAULO (Estado) (1986a). Decreto nº 24.932, de 24 de março de 1986. Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e dá providências correlatas. Disponível em: http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/estadual/decretos/1986_Dec_Est_24932.pdf. Acesso em: 18 dez. 2012.

_____. (1986b). Decreto Estadual Nº 25.341, de 04 de junho de 1986. Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas. Disponível em: http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/estadual/decretos/1986_Dec_Est_25341.pdf. Acesso em 09 dez. 2012.

_____. (1986c). Lei nº 5.208, de 1 de julho de 1986. Autoriza o Poder Executivo a instituir Fundação denominada “Fundação para a Conservação e a Proteção Florestal do Estado de São Paulo”. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/192519/lei-5208-86-sao-paulo-sp>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Constituição do Estado de São Paulo, de 05 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70452>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Áreas de Proteção Ambiental de Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão**: documentos ambientais. São Paulo : Secretaria de Estado do Meio Ambiente; CETESB; Prefeituras

Municipais de Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí. 2000. 28p. (Caderno Informativo)

_____. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo.** Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo. (Atlas), 2005.

_____. Decreto Nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006. Cria o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e dá providências correlatas. Disponível em: <http://perfil.sp.gov.br/site/legislacaoi.asp?atoid=21849> Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. (2009a). Decreto nº 54.079, de 4 de março de 2009. Altera os artigos 5º, 6º e 9º, acrescenta o artigo 9ºA e modifica os Anexos do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR e dá providências correlatas. Disponível em: http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/estadual/decretos/2009_Dec_Est_54079.pdf. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. (2009b). Secretaria do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação.** Cadernos de Educação Ambiental. São Paulo: SMA, 2009. 104p.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Ecoturismo.** Cadernos de Educação Ambiental. São Paulo: SMA, 2010. 43 p.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal. Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo (SIFESP), Mapa Florestal dos Municípios do Estado de São Paulo – Campos do Jordão. 2011. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/estadosaopaulo/camposdojordao.pdf?paraiba=camposdojordao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2011.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. Quem somos. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/a-secretaria/quem-somos/>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SCHIAVETTI, A.; FORESTI, C. Turismo em Unidades de Conservação: Parques Estaduais de Campos do Jordão. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 47-57, 1999.

SEIBERT, P.; NEGREIROS, O.C.; BUENO, R.A., EMMERICH, W., MOURA NETTO, B.V., MARCONDES, M.A.P., CESAR, S.F., GUILLAUMON, J.R., MONTAGNA, R.A.A. BARRETO NOGUEIRA, J.C.B., GARRIDO, M.A.O., MELLO FILHO, L.E., EMMERICH, M., de MATTOS, J.R., OLIVEIRA, M.C. & GODOI, A. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão.** Boletim Técnico do Instituto Florestal de São Paulo, 19: 1-153 + Atlas, 1975.

SENA, M.F.A.; QUEIROZ, O.T.M.M. Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso do povoado de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA. In: AVILA, M.A. (Org). **Política e planejamento em cultura e turismo.** Ilhéus: EDITUS, 2009. p. 155-179.

SERRANO, C.M.T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: _____; BRUHNS, H.T. (Org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.p.103-124.

SILVA, M.G.L. **Os Cenários do Lazer: Turismo e transformação da paisagem urbana**. 2003. 176p. Tese. (Doutorado na área de Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

SIRGADO, J.R. Espaço turístico e desenvolvimento no Cone Leste Paulista. In: RODRIGUES, A.B. (org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.p. 69-98.

SOARES, C.C. Campos do Jordão não quer esfriar depois do inverno. **Folha de São Paulo**, 18 jun. 2001. Folha Turismo, p. F9

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONCA, P.; FERRARO JUNIOR, L. **Educação ambiental como política pública**. Educ. Pesqui. [online]. v..31, n.2, p. 285-299, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>. Acesso em: 02 out. 2012.

SOUSA, N.O.M.; SANTOS, F.R.P; SALGADO. M.A.S.; ARAÚJO, F.F.S. Dez anos de história: avanços e desafios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F.F.S. (Org.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011. cap. 1, p.7-20.

STIGLIANO, B.V. **Visitantes em Unidades de Conservação: o método VAMP aplicado ao Parque Estadual Campos do Jordão (SP)**. 2004. 189p. Dissertação (Mestrado na área de Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage: principles and practices for visitor services in parks, museums and historic places**. 3rd ed. Chapel Hill:Chapel Hill University of North Carolina Press,South Boundary Street, 1977. 119p.

TRIP ADVISOR®. Horto Florestal de Campos do Jordão. Disponível em: http://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303607-d2427126-Reviews-Horto_Florestal-Campos_Do_Jordao_State_of_Sao_Paulo.html#REVIEWS. Acesso em: 01 abr 2013.

VALLEJO, L.R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, v. 4, n.8, p.57-78, 2002. Disponível em: < <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/88/86>> Acesso em: 20 nov. 2012.

VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.R.; LIMA, J.C.A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991. 124p.

WILDERNESS ACT, 1964. Public Law 88-577 (16 U.S. C. 1131-1136).
In: CONGRESS, SECOND SESSION, 88., Sept.3, 1964

WWF – Brasil. **Implementação da avaliação rápida e priorização do manejo de unidades de conservação do Instituto Florestal e da Fundação Florestal de São Paulo**. 2004. 42p. São Paulo (Brazil : State). Instituto Florestal; Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. WWF-Brasil.

WWF – Brasil. **Unidades de Conservação**: Conservando a vida, os bens e os serviços ambientais. São Paulo, 2008. Versão para internet. Disponível em:
http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/cartilha_ucs_versao_para_internet.pdf.
Acesso em: 20 ago. 2012.

ZAGO, E.A. Percepção, reconhecimento e interpretação ambiental. In: São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Gestão de Unidades de Conservação e Educação Ambiental**. São Paulo: SMA, 2008. 116p. v. 1. p.35-59.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BARROS, M.I.A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 2003. 121p. Dissertação (Mestrado na área de Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

BRASIL. Decreto Federal Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm> Acesso em: 23 nov. 2012.

CHAPMAN, D. Management of national parks in developing countries: a proposal for an international park service. **Ecological Economics**, Amsterdam. v.46, p. 1-7, 2003.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA SERRA DA MANTIQUEIRA - CBH-SM – Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira Levantamento Aerofotogramétrico. Bacia Hidrográfica da Serra da Mantiqueira. (Relatório Técnico CPTI 208/06.). 257p.

MACÊDO, J.A.C. **Avaliação da gestão participativa dos parques estaduais da Bahia**. 2008. 188p. Dissertação (Mestrado na área de Política e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

NARO MACIEL, E; STERLING, E.J.; RAO, M. Protected Areas and Biodiversity Conservation. In: _____. **Reserve Planning and Design**. Synthesis. American Museum of Natural History, Lessons in Conservation, 2009. p. 18-48.

QUEIROZ, O.T.M.M.; HIRATA, S.R. O turismo contemporâneo como experiência no espaço rural: prática socioambiental de apropriação do patrimônio agroindustrial. 3rd

ed. In: INTERNACIONAL SEMINAR ON AGROINDUSTRIAL HERITAGE, 2012. Douro. **Anais...** 24-27out. Régua, 2012.
SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Manual de Monitoramento e Gestão dos Impactos da Visitação em Unidades de Conservação**. São Paulo, 2010.78p.

THIOLLENT, M.; SILVA, G.O. The Use of Action Research in the Management of Environmental Problems. **RECIIS** – Electronic Journal of Communication, Information & Innovation in Health. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.91-98, Jan.-Jun., 2007

VEJA SÃO PAULO. **Especial sobre a Serra: O melhor de Campos do Jordão**. São Paulo: Editora Abril, julho 2011.63p. Edição especial.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro da entrevista com a gestora e os ex-gestores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”
 PROGRAMA INTERUNIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO
 EM ECOLOGIA APLICADA

Projeto de mestrado: **Gestão da Visitação em Unidades de Conservação: O caso do Parque Estadual de Campos do Jordão.**

Mestranda: Sara Ruiz Hirata

Orientadora: Profa. Dra. Odaléia T. M. Machado Queiroz

Co-orientadora: Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães

ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Responsável: _____

A. Gestores

- a) Nome: _____
- b) Gênero : _____ Idade: _____
- c) Formação/ Escolaridade: _____
- d) Função (desde quando) / Carreira _____

Apreciação sobre gestão das unidades de conservação

Federais

_____

Estaduais

_____

i. PECJ

_____

Apreciação sobre mudanças na gestão após SIEFLOR (DECRETO Nº 51.453, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006)

Sucessos e falhas

Perspectivas

Opinião sobre diretrizes com relação aos visitantes

Plano de Manejo

Impactos ambientais

Educação e Percepção Ambiental

Uso público em geral

Sugestões e demais comentários

ANEXO B – Roteiro da entrevista com os prestadores de serviços de apoio à visitação.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”
 PROGRAMA INTERUNIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO
 EM ECOLOGIA APLICADA

Projeto de mestrado: **Gestão da Visitação em Unidades de Conservação: O caso do Parque Estadual de Campos do Jordão.**

Mestranda: Sara Ruiz Hirata

Orientadora: Profa. Dra. Odaléia T. M. Machado Queiroz

Co-orientadora: Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães

ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Responsável: _____

B. Serviços de apoio no atendimento aos visitantes

a) Nome do estabelecimento

_____

b) Faixa etária do entrevistado

_____

c) Formação/ Escolaridade

_____

d) Tempo de prestação de serviços no PECJ

_____

e) Opinião sobre gestão do parque

i. Quantidade de visitantes

_____

ii. Atividades desenvolvidas

_____

iii. Observação sobre mudanças após SIEFLOR (explicar decreto)

_____

f) Sugestões e demais comentários

_____

_____

ANEXO C – Formulário utilizado para entrevistar os visitantes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”
 PROGRAMA INTERUNIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO
 EM ECOLOGIA APLICADA

Projeto de mestrado: **Gestão da Visitação em Unidades de Conservação: O caso do Parque Estadual de Campos do Jordão.**

Mestranda: Sara Ruiz Hirata

Orientadora: Profa. Dra. Odaléia T. M. Machado Queiroz

Co-orientadora: Profa. Dra. Solange T. de Lima Guimarães

ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Responsável: _____

C. Visitantes

a) Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

b) Faixa etária (em anos de idade)

( ) 18 a 25 ( ) 26 a 33 ( ) 34 a 41 ( ) 42 a 49 ( ) 50 a 57 ( ) 58 a 65 ( ) 66 ou mais

c) Escolaridade/ Profissão

_____

d) Faixa de renda familiar mensal (em salários mínimos)

( ) 0 a 2 ( ) 3 a 5 ( ) 6 a 8 ( ) 8 a 10 ( ) 10 ou mais

e) Local de origem

_____

f) Meio de transporte utilizado

_____

g) Modo de hospedagem

_____

h) Principais atrativos

a. Campos do Jordão

_____

b. PECJ

-
- i) Primeira visita ao PECJ? (Sim = Vis.1/ Não = Vis.2)

C'. Visitante 1 (Vis.1)

- i. Qual sua avaliação sobre o PECJ à:

	RUIM (1)	RAZOÁVEL (2)	BOM (3)	MUITO BOM (4)
Atrativos				
Infraestrutura				
Gestão do parque				
Divulgação				

- ii. A visita ao PECJ já estava planejada?

- iii. Você sabe o que é o SNUC?

- iv. Quais os objetivos de um Parque Estadual?

- v. Quem faz a gestão das Unidades de Conservação no Estado de São Paulo?

- vi. Em sua opinião, quais são os impactos gerados pela visitação sobre o PECJ?
(sociais, econômicos e ambientais)

- vii. Sugestões e demais comentários

C". Visitante 2 (Vis.2)

- i. Com que frequência você visita o PECJ?

- ii. Quais são os atrativos que o fazem retornar à unidade?

- iii. Qual sua avaliação sobre o PECJ à:

	RUIM (1)	RAZOÁVEL (2)	BOM (3)	MUITO BOM (4)
Atrativos				
Infraestrutura				
Gestão do parque				
Divulgação				

- iv. A visita ao PECJ já estava planejada?

- v. Você sabe o que é o SNUC?

- vi. Quais os objetivos de um Parque Estadual?

- vii. Quem faz a gestão das Unidades de Conservação no Estado de São Paulo?

- viii. Em sua opinião, quais são os impactos gerados pela visitação sobre o PECJ?
(sociais, econômicos e ambientais)

- ix. Sugestões e demais comentários